

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA:
EMBATES POLÍTICOS ENTRE AGRONEGÓCIO E
AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR NA DÉCADA DE 2000

RAPHAEL MEDINA RIBEIRO

UBERLÂNDIA/MG
2009

RAPHAEL MEDINA RIBEIRO

**QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA:
EMBATES POLÍTICOS ENTRE AGRONEGÓCIO E
AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR NA DÉCADA DE 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior

INSTITUTO DE GEOGRAFIA
UBERLÂNDIA/MG
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R484q
2009 Ribeiro, Raphael Medina, 1981-
Questão agrária e territórios em disputa: embates políticos entre
agronegócio e agricultura camponesa/familiar na década de 2000/
Raphael Medina Ribeiro. – 2009.
151f. : il.

Orientador: João Cleps Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Agricultura e Estado - Teses. 3. Economia agrícola-
Teses. 4. Agricultura familiar – Teses.I. Cleps Júnior, João.II.Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III.
Título.

CDU: 910.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

RAPHAEL MEDINA RIBEIRO

QUESTÃO AGRÁRIA E TERRITÓRIOS EM DISPUTA: EMBATES POLÍTICOS ENTRE AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR NA DÉCADA DE 2000

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Cleps Júnior
Orientador — Instituto de Geografia — Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Prof. Dr. Antonio César Ortega
Instituto de Economia — Universidade Federal de Uberlândia/UFU

Profª. Drª. Eliane Tomiasi Paulino
Departamento de Geociências — Universidade Estadual de Londrina/UEL

Data: ____ / ____ / ____

Resultado: _____

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Cleps Júnior, pela relação de confiança e amizade construída nesses últimos cinco anos, desde 2004, período em que ingressei no Laboratório de Geografia Agrária (UFU). Por sempre dar espaço para nossas propostas de pesquisa, de extensão e outros trabalhos. Depois, por acreditar neste projeto e pela confiança dada para nos lançar nessa empreita. Muito obrigado e meu reconhecimento João!

Aos professores que participaram da banca de defesa da dissertação: Prof. Dr. Antônio César Ortega (UFU) e Prof.^a Dr.^a Eliane Tomiasi Paulino (UEL) e aos professores que participaram da banca de qualificação: Prof. Dr. Antônio de Almeida (UFU) e Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Salazar Pessoa (UFU). Agradeço imensamente o esforço e a disposição em contribuírem conosco. As reflexões e comentários realizados nos momentos de avaliação foram muito valiosos e fundamentais para nossa caminhada.

Um agradecimento especial também às pessoas entrevistadas, representantes do MST e do Núcleo Agrário do PT, pelo tempo cedido e por contribuírem com nossa pesquisa.

Agradeço ao amigo e revisor do texto, Edinan, que auxiliou em vários momentos nas dúvidas do português e normas da ABNT, sua ajuda foi fundamental, valeu demais parceiro, *é noise!*

À minha família: Noé Ribeiro, Sarita Medina, Naira e Ana Luiza, por sempre me apoiarem e ajudarem nas decisões e caminhos da vida, também por serem refúgio nas horas em que foi possível desligar da pesquisa. Aos meus pais, sou grato ainda pelo exemplo de anos de vida dedicados à educação, deles tenho aprendido que a mesma emancipa e transforma. Sou grato também aos familiares Jeane, Vitor e Daniel!

À minha *amore*, Flávia, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos, nessa e noutras jornadas, pela companhia, pelo carinho, pela atenção, pela compreensão. Por me ouvir e confortar nos momentos de dificuldades ao longo da pesquisa, pela companhia nos trabalhos de campo, pela ajuda na organização de alguns dados. Para lhe agradecer precisaria de uma dissertação inteira, assim resumo esse sentimento com uma de “nossas” músicas de 2009: “É só pensar em você, que muda o dia, minha alegria dá prá viver, não dá prá esconder [...] se a chuva cai e o sol não sai, penso em você, vontade de viver mais” (Chico César). Te amo amore! Agradeço também aos nossos filhos caninos, o Trovão e a Branca, pela companhia.

Aos amigos, colegas de trabalho do INCRA, colegas do Laboratório de Geografia Agrária/UFU e demais companheiros e amigos de Uberlândia, de Brasília e de outros cantos, valeu pelo apoio e pelas energias positivas. Do Incra, aos colegas da Cartografia, pela agradável convivência cotidiana e pela compreensão por algumas ausências necessárias ao cumprimento da dissertação. Sou grato à José Vaz Parente e Jussara, estimados amigos da CNASI, por compartilharem comigo suas vivências de luta e de organização sindical no âmbito do Incra. Do LAGEA ou que já passaram pelo laboratório: Murilo, Joyce, Joelma,

Marcelo Chelotti, Lucimeire, Cristiano, Rodrigo, Anginha, Paulão, Andreza, Renata, Eduardo e os demais colegas. E ainda: Macô, Guido (mequetrefes) e os três meninos da Vila Planalto: Luisão (in memorian), Luis Luluca e Carlão.

*Tá contada a minha estória
Verdade e imaginação
Espero que o sinhô
Tenha tirado uma lição
Que assim mal dividido
Esse mundo anda errado
Que a terra é do homem
Num é de Deus nem do Diabo.*

— *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, GLAUBER ROCHA/SÉRGIO RICARDO

RESUMO

Os elementos que trazem à tona a questão agrária no Brasil neste limiar de século evidenciam a existência de conflitualidades entre duas formas sociais, econômicas e políticas que se reproduzem historicamente no campo, seguindo a lógica capitalista de desenvolvimento desigual e contraditório: são designadas no momento atual pelas categorias agronegócio (agricultura capitalista) e agricultura camponesa/familiar. Esta pesquisa objetivou compreender a dimensão política dos embates e disputas territoriais entre esses dois modelos de desenvolvimento, com destaque para os espaços, territórios e atores sociais presentes na sociedade civil e no Estado. O caminho metodológico empregado consistiu de estudo bibliográfico; pesquisa documental (reportagens jornalísticas, documentos de organizações da sociedade civil, de instâncias estatais e outros materiais); observação direta de práticas políticas e discursos na cena pública; e entrevistas semiestruturadas. Constatou-se, assim, a diversidade de atores sociais que protagonizam a questão agrária nesta década nas esferas da sociedade civil e do Estado, bem como características de sua presença e atuação na esfera política nacional. Os poderes Executivo e Legislativo federais se sobressaíram como espaços institucionais ricos para uma análise dos embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar, nos quais se destacam instâncias e atores/interlocutores mais próximos das demandas agrárias e agrícolas (dentre estes, a bancada ruralista e o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores). No bojo dessas conflitualidades, a ação política dos movimentos sociais rurais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, como aqueles vinculados à Via Campesina do Brasil — dentre os quais o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra ganha relevo —, também comparece como elemento relevante de análise, ao demarcar traços da questão agrária atual sob a ótica dos territórios em disputa.

Palavras-chave: questão agrária, embates políticos, agronegócio, agricultura camponesa/familiar.

ABSTRACT

The elements that bring out the agrarian question in Brazil at the threshold of a century show that there are conflicts between two social kinds, economic and political, that reproduce historically in the field, following the capitalist uneven logic contradictory development: they are known at the moment by the agribusiness (capitalist agriculture) and peasantry/family farming. This research aimed to understand the political dimension of conflicts and territorial disputes between these two development models, especially the spaces, territories and social actors present in the civil society and the state. The methodological approach used consisted of a bibliographic study, documentary research (press reports, documents of civil society organizations, state bodies and other materials); direct observation of political practices and speeches in public arena; and semi-structured interviews. It was noticed, therefore, the diversity of social actors who protagonist the agrarian question in this decade in the spheres of civil society and State, as well as features of their presence and performance in the national political sphere. The executive and legislative federal powers were recognized as rich institutional spaces for an analysis of political struggle between agribusiness and peasantry/family farming, in which we highlight instances and actors/partners closer to the agricultural demands (among them, the rural caucus and Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores). In the midst of these conflicts, the political action of rural social movements against the agribusiness development model, such as those linked to the Via Campesina in Brazil - among whom the Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra get relief – it also appears as an important element of analysis, the demarcation lines on the agrarian question from the perspective of the disputed territories.

Keywords: agrarian question, political struggle, agribusiness, peasantry/family farming.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Manifestação do “Tratoração: o alerta à nação”, feita entre 26 e 30 de junho de 2005	40
FIGURA 2 – Produtores protestaram contra perda de renda e falta de apoio governamental para combater a crise na agropecuária brasileira	40
FIGURA 3 – Reunião de entrega da pauta de reivindicações da CONTAG durante o “Grito da terra Brasil” — 2008	50
FIGURA 4 – O espaço político do Congresso Nacional e os temas agrários e agrícolas	59
FIGURA 5 – Ato nacional pela aprovação da PEC 438 — 12 de março de 2008	60
FIGURA 6 – Manifestação pelo fim do trabalho escravo no Brasil e aprovação da PEC 438 — 12 de março de 2008	60
FIGURA 7 – Distribuição espacial das manifestações contra o agronegócio no Brasil (2002–8)	125

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participação de organizações civis do Agronegócio e do Camponato nas audiências públicas da CAPAD (2005–8)	65
GRÁFICO 2 – Trajetória histórica de presença da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (1988–2008)	75
GRÁFICO 3 – Assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos agrários (1984–2002)	107
GRÁFICO 4 – Número de assentamentos rurais criados pelo governo federal (1985–2007)	113
GRÁFICO 5 – Número de famílias assentadas pelo governo federal (1985–2007)	113
GRÁFICO 6 – Manifestações dos movimentos sociais rurais no país (2002–8)	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Parlamentares da bancada ruralista e sua participação em organizações patronais	74
QUADRO 2 – Proposições legislativas que trazem avanços ao tema agrário no Congresso Nacional — a partir de 2000	97
QUADRO 3 – Manifestações, demandas e reivindicações dos movimentos sociais rurais (2002–8)	119
QUADRO 4 – Manifestações da luta política de movimentos sociais rurais contra o agronegócio (2002–8)	122

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Manifestações empreendidas por movimentos sociais rurais e organizações aliadas (2002–8)	120
TABELA 2 – Manifestações contra o modelo do agronegócio no país (2002–8)	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABIMILHO – Associação Brasileira das Indústrias de Milho
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRAPA – Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
ABRASOJA – Associação Brasileira de Produtores de Soja
ACEBRA – Associação das Empresas Cerealistas do Brasil
ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos
APP – Área de Preservação Permanente
APR – Animação Pastoral e Social no Meio Rural
CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária Nacional
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI da Terra – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal
CTASP – Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Partido Democrata
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAAB – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAG – Federação Estadual de Trabalhadores na Agricultura
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNRA – Fórum Nacional de Reforma Agrária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST – Movimento de Libertação dos Sem-terra
MLT – Movimento de Luta pela Terra
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MRAM – Modelo de Reforma Agrária de Mercado
MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
MTL – Terra, Trabalho e Liberdade
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização não governamental
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEC – Projeto de emenda constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto interno bruto
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PR – Partido da República
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SINGA – Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UDR – União Democrática Ruralista
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
USP – Universidade de São Paulo
WWF – World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo 1	
TERRITÓRIOS, QUESTÃO AGRÁRIA E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO BRASILEIRO	23
1.1 Territórios, conflitualidades e disputas territoriais	23
1.2 Questão agrária no tempo presente: cenários e atores sociais envolvidos	36
1.3 Meios de comunicação de massa e a questão agrária	44
Capítulo 2	
AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR: EMBATES NA ESFERA POLÍTICA NACIONAL	49
2.1 Espaços e territórios em disputa: a arena político-institucional do Estado	49
2.1.1 Poder Executivo e os embates em torno de políticas agrícolas e agrárias	51
2.1.2 Espaço político do Congresso Nacional	56
2.1.3 Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados	68
2.2 Presença e atuação da bancada ruralista e os territórios políticos do agronegócio	68
2.2.1 Antecedentes históricos: os ruralistas e a constituinte de 1988	68
2.2.2 Bancada ruralista hoje	70
2.2.3 Ofensiva política dos ruralistas na legislação ambiental e no Código Florestal Brasileiro	80
2.3 Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores: trajetória de resistência no parlamento e dilemas atuais	86
Capítulo 3	
MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E A LUTA POLÍTICA FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO	102
3.1 Efeitos da modernização conservadora, abertura política e conflitos sociais no campo	103
3.2 Globalização neoliberal, mudanças na agricultura e atualização da agenda dos movimentos sociais rurais	109
3.3 Movimentos sociais rurais <i>versus</i> agronegócio: mobilizações e resistências	116
3.4 Luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra contra o modelo do agronegócio	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	144

INTRODUÇÃO

Os elementos que trazem à tona a questão agrária no Brasil neste limiar de século evidenciam a existência de embates e conflitualidades entre duas formas sociais, econômicas e políticas que se reproduzem historicamente no campo, seguindo a lógica capitalista de desenvolvimento desigual e contraditório. Tais formas são conhecidas, no momento atual, como agronegócio (agricultura capitalista) e agricultura camponesa/familiar. No centro dessa questão, está o modo como se efetivou, em diferentes momentos históricos, a estruturação de condições desiguais e excludentes de acesso e propriedade da terra mediante processos econômicos e políticos que impulsionaram o poder de grupos sociais dominantes no campo, orientados pelo monopólio fundiário e pela “captura” da renda da terra e do lucro, a exemplo de grandes proprietários, grandes produtores e empresários rurais. Desse cenário, surgem concepções arraigadas no imaginário social, mas que traduzem as estratégias hegemônicas desses atores sociais ao conceberem a propriedade da terra como direito absoluto — meio de acumulação, especulação e poder. Como informa Bruno (2006), o apego à propriedade da terra permeia a sociedade e se expressa de formas variadas, mas seu ponto focal é que ela tanto escamoteia a acumulação desigual de riqueza quanto oculta e naturaliza relações assimétricas de exercício do poder.

Por outro lado, nas contradições que revelam a questão agrária, está demarcado o lugar que os camponeses ocupam na sociedade capitalista em razão de sua subordinação à lógica de reprodução ampliada do capital. Acionada pelo mecanismo de sujeição da renda da terra ao capital, a condição de subordinação, de um lado, institui a possibilidade de existência e recriação do território camponês (terra, trabalho, família, produção); de outro, engendra sua *expropriação*, ou seja, a separação do trabalhador de seus meios de produção, em especial a terra. A despeito dessa condição de subalternidade, o campesinato brasileiro e suas organizações políticas, como os movimentos sociais e sindicais, sempre buscaram, na luta pela terra e para nela permanecerem, a resistência à expropriação, a recusa à proletarianização e a contestação da apropriação capitalista da terra — processos que se manifestam pelo conflito entre terra de trabalho *versus* terra de negócio.

Na agenda de estudos e reflexões empreendidas pelo campo disciplinar da geografia agrária nos últimos 30 anos, observa-se, entre alguns pesquisadores, a construção de um percurso apoiado na compreensão da questão agrária e os contornos assumidos por esta, mediante aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais. Também os conflitos essenciais

de classes revelam outro enfoque recorrente. Assim, como eixo de análise, surgem as relações sociais de produção — capitalistas e não capitalistas —, desveladas pela lógica contraditória e desigual do desenvolvimento capitalista.¹ Nessa ótica, dois processos permitem revelar traços essenciais da realidade agrária brasileira numa perspectiva geográfica. Uma é a *territorialização do capital na agricultura*, que define propriamente a dinâmica de reprodução da agricultura capitalista/agronegócio, marcada pela unificação da figura do capitalista da cidade (industrial, comerciário, financeiro) com o proprietário de terras e pelo mecanismo indispensável de assalariamento de trabalhadores rurais — cenário característico de grandes empreendimentos agropecuários (plantio de soja, cana-de-açúcar, laranja e algodão; pecuária extensiva etc.). O outro processo se refere à *monopolização do território pelo capital*, que traz a lume a criação e recriação das relações de produção camponesas pela sua condição de subordinação à lógica de reprodução ampliada do capital. Logo, este se volta à apropriação da renda auferida pelos camponeses, ao engendrar, por exemplo, a condição que determina a estes a destinação do produto de seu trabalho ao mercado (em maior ou menor proporção) como forma de garantir sua reprodução social.

Na conjuntura atual, a sociedade brasileira passa por transformações importantes, impulsionadas por ajustes estruturais que anunciaram, em meados da década de 1990, uma nova ordem político-econômica: a globalização neoliberal. A abertura de mercado ao capital externo e a queda do controle e da regulação do Estado são alguns dos mecanismos centrais operados, os quais têm alcançado diversos setores, particularmente a economia e a esfera social. Houve reflexos na agricultura e nos negócios agrícolas, que ganharam centralidade na gestão de conjunturas macroeconômicas adversas, sentidas pelos governos nos últimos anos, a exemplo do endividamento público, da dependência externa e da necessidade de equilibrar a balança comercial. Para gerar saldos de comércio exterior, a política de exportações de produtos agrícolas foi tomada como uma solução para sustentar o desempenho da economia, contribuindo para o incremento do produto interno bruto (PIB) e a elevação do superávit primário. Logo, a estruturação do modelo do agronegócio, nos termos como tem operado no contexto atual, evidencia uma nova etapa de modernização técnica da agricultura, amparada em princípios semelhantes a outras fases do desenvolvimento capitalista no campo, que nos

¹ Essa visão orienta a trajetória de estudos do geógrafo Ariovaldo Umbelino Oliveira (2004b; 1996; 1986 e outros trabalhos) e é compartilhada por uma geração de pesquisadores que endossam tal abordagem na geografia agrária. Dentre os mais expressivos, estão: Fernandes (1999) — no estudo sobre a formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST); Almeida (2003) — na pesquisa sobre o processo de recriação camponesa em assentamentos rurais e acampamentos em Mato Grosso do Sul; e Paulino (2006) — na pesquisa acerca da territorialização do campesinato na região norte do Paraná, num contexto de tecnificação da agricultura e integração ao mercado vivenciado pelos camponeses, que se manifesta na monopolização do território pelo capital.

remete, por exemplo, à década de 1970; ou seja, ao aumento da produtividade agropecuária, à incorporação de pacotes tecnológicos de países capitalistas centrais (mecanização, insumos químicos, biotecnologia etc.) e ao acesso privilegiado a créditos e subsídios do fundo público.

A novidade nesse cenário são a intensidade e o alcance da inserção do capital global nos sistemas agrícolas e agroalimentares, isto é, em suas etapas de pesquisa agropecuária, produção, processamento, distribuição e consumo. A articulação de diferentes escalas traduz a dinâmica de novos arranjos territoriais produtivos, alimentados por fluxos de circulação rápidos e intensos, tais como os circuitos que permeiam a produção, a comercialização e o consumo de *commodities agrícolas* brasileiras destinadas ao mercado internacional, dentre as quais, soja, etanol, café, celulose, algodão, laranja, carnes e outras. Assim, a materialidade desse modelo de desenvolvimento agrícola se expressa na atuação de corporações transnacionais nos negócios agrícolas no Brasil e noutros países da América Latina; e que despontam como arranjo territorial hegemônico. A estratégia perpetrada por esses empreendimentos envolve o controle de etapas diversas da chamada cadeia do agronegócio (produção, circulação e consumo), que deixa subjacentes a concentração econômica e produtiva, a extração de renda da terra e a obtenção de lucro, além da exploração insustentável de recursos naturais (solos, recursos hídricos, florestas, biodiversidade), levados a efeito nesse circuito.

A aliança rentista firmada entre grandes proprietários de terras (latifundiários) e agentes capitalistas industriais/financeiros/comerciais, também, comparece como traço importante que assegura a reprodução da agricultura capitalista. Isso traz à tona os consensos de classe em torno da acumulação, da concentração da riqueza produzida e do controle político do aparelho de Estado em favor de seus interesses, visíveis no acesso privilegiado ao fundo público ou em legislações e medidas políticas que incluem suas demandas, dentre outros privilégios. Nesse sentido, a expansão do modelo de desenvolvimento do agronegócio, em especial a partir de meados da década de 1990, traduz o processo de territorialização do capital na agricultura mencionado antes e o deixa como elemento essencial de configuração da questão agrária no presente.

Por outro lado, a realidade da agricultura camponesa/familiar surge como eixo importante de compreensão da questão agrária, manifestada em sua dinâmica de criação e recriação no território brasileiro ou, em outros termos, pela sua territorialização–desterritorialização–reterritorialização. Mediados pelo mecanismo de sujeição da renda da terra ao capital, a existência e o destino dos camponeses supõem processos de mobilização e resistência, dos quais se destacam dois: a luta pela conquista da terra e as estratégias de

reprodução social que viabilizam a permanência nela. Mas, embora partilhem de condições desfavoráveis de acesso à terra — como indicam dados sobre uso e distribuição da terra nos estabelecimentos rurais, assim como de subsídios à produção como crédito rural e assistência técnica —, os agricultores camponeses/familiares se destacam em termos de eficiência produtiva e rendimento por área. Essa situação se reflete na constatação de que é o setor que mais contribui para a produção agropecuária voltada ao abastecimento alimentar e que abarca a maior parte da mão-de-obra ocupada no campo, dentre outros indicadores que revelam sua viabilidade como modelo de desenvolvimento.

Partindo desses pressupostos, esta pesquisa se insere no debate de atualização da questão agrária no país, delineado nos anos de 1990 e, sobretudo, nesta década, numa conjuntura em que os embates e as conflitualidades entre a agricultura capitalista/agronegócio e a agricultura camponesa/familiar passaram a ocupar a cena pública, a agenda política do Estado e, por consequência, o debate acadêmico nas ciências humanas, ainda que encaminhado por um número reduzido de instituições e pesquisadores. Uma das hipóteses que se pode inferir dessa situação é que essa perspectiva teórico-analítica, ao trazer à tona os conflitos essenciais de classe e a questão agrária como problemática essencial a ser enfrentada na atualidade (longe de ter sido resolvida pelo Estado, mercado ou sociedade civil), tem sido ofuscada por outras leituras e análises sobre a agricultura e o desenvolvimento rural nos países da América Latina, a exemplo daquelas encaminhadas por “[...] agências multilaterais que servem de bases ideológicas às políticas neoliberais”, como afirma Fernandes (2008b, p. 9). Esse autor acrescenta ainda que

[...] essas publicações sugerem políticas de ajuste estrutural aos governos dos países da América Latina, depois seus relatórios avaliam os resultados das políticas evitando os estudos das conflitualidades geradas pela subalternidade e expropriação do campesinato, produzidas por essas próprias políticas. Nessas publicações predominam análises em que o agronegócio é apresentado como totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento rural. Excluindo qualquer tipo de crítica, o campesinato é compreendido como uma parte do agronegócio, de modo que a subalternidade e a expropriação aparecem como suposta ineficácia do campesinato e não como intensa exploração do agronegócio. (FERNANDES, 2008b, p. 9).

Posicionar a questão agrária como elemento essencial de debate acadêmico e tratamento político, assim como explicitar as conflitualidades entre relações de produção, classes sociais e modelos de desenvolvimento na agricultura brasileira, parece-nos um caminho de reflexão oportuno neste limiar de século. Essa abordagem contribui também como contraposição a territórios teóricos e projetos de desenvolvimento gestados por certos setores

governamentais, instituições multilaterais (a exemplo do Banco Mundial), organizações da sociedade civil e segmentos do meio acadêmico que insistem em escamotear o paradigma de compreensão da realidade calcado na questão agrária e em seus desdobramentos históricos, como a concentração exacerbada de terras, as relações assimétricas de poder na sociedade brasileira e a resposta de trabalhadores rurais, camponeses e movimentos sociais que se contrapõem a esse quadro mediante ações de mobilização e resistência. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a dimensão política dos embates e das disputas territoriais entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar no cenário público brasileiro nesta década, com destaque para espaços e atores sociais da sociedade civil e do Estado neles envolvidos.

O caminho metodológico adotado consistiu no emprego de fontes primárias e secundárias. As primárias abrangem reportagens de veículos jornalísticos da grande mídia e da mídia independente — inclusive material elaborado por organizações da sociedade civil (movimentos sociais, associações civis, entidades, organizações não governamentais) — com enfoque na temática agrária e nos modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar; além disso, documentos produzidos por organizações sociais que representam o agronegócio e organizações que representam a agricultura camponesa/familiar, tais como pautas de reivindicações, resoluções de encontros, notas públicas, manifestos, análises de conjuntura política, documentos com propostas e outros. Uma terceira fonte primária foram documentos produzidos por instâncias político-institucionais do Estado, em particular dos poderes Executivo e Legislativo, a exemplo de órgãos da administração pública direta e indireta ligados à problemática agrária e agrícola. No caso do Congresso Nacional, documentos sobre as comissões parlamentares, bancadas parlamentares e parlamentares individualmente, a exemplo de projetos de lei, notas taquigráficas de audiências públicas, relatórios de atividades das comissões, regimento interno da Câmara dos Deputados e outros.

As fontes secundárias incluem trabalhos acadêmicos² situados nos campos disciplinares da geografia — em especial na geografia agrária —, sociologia, ciência política e história. Procuramos enfocar a perspectiva teórica de debate destes temas: conceitos de território, a questão agrária, os modelos de desenvolvimento da agricultura capitalista/agronegócio e da agricultura camponesa/familiar e suas conflitualidades, bem

² Monografias de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, textos publicados em periódicos acadêmicos e/ou livros, relatórios de pesquisas e outras formas de publicação.

como a atuação política de organizações do patronato rural, movimentos sociais de luta pela terra e entidades representativas dos agricultores camponeses/familiares.

Outro recurso metodológico foi a pesquisa de campo. Por ser este um estudo qualitativo, como procedimento de abordagem das categorias sociais abarcadas pela pesquisa, recorremos a duas estratégias, conduzidas de forma concomitante e inter-relacionada. Uma foi a observação direta e o registro de falas, discursos e posicionamentos proferidos pelos atores sociais compreendidos na pesquisa, especialmente em eventos de natureza pública como seminários, audiências públicas, manifestações, encontros e outros espaços. A outra foi a realização de entrevistas semiestruturadas, seguindo roteiro de questões pré-definidas, mas com adaptações e inclusão de assuntos no momento da realização. Foram entrevistados líderes de movimentos sociais rurais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG e Movimento dos Trabalhadores Sem-terra/MST) e quadros técnicos e políticos atuantes ou que já atuaram em instâncias estatais ligadas à problemática agrária, em particular nos poderes Executivo e Legislativo.

A dissertação resultante da pesquisa tem três capítulos. No capítulo 1, identificamos atores sociais que protagonizam a questão agrária nesta década nas esferas da sociedade civil e do Estado em nível federal, enfocando características de sua presença e atuação na cena política. Em seguida, expomos um percurso teórico acerca de conceitos e concepções de território entre autores contemporâneos da geografia brasileira e entre os que aproximam a abordagem territorial de temas vinculados da questão agrária e dos processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na agricultura. Discutimos a perspectiva teórico-analítica das disputas territoriais e conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento do campo — agronegócio e agricultura camponesa/familiar —, levada a efeito por autores da geografia agrária e de disciplinas como história e sociologia.

No segundo capítulo, tratamos dos embates políticos entre o agronegócio e a agricultura camponesa/familiar na arena político-institucional do Estado, dando relevo a espaços, atores sociais, projetos políticos e estratégias de atuação que configuram o cenário de debates e deliberação em torno de demandas agrárias e agrícolas. A Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados (CAPADR) foi um dos espaços analisados. Dentre os atores políticos, abordamos a bancada ruralista, o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores e características de sua atuação política. Verifica-se, portanto, a conformação de espaços-territórios marcados pelo jogo de correlações de forças e pela disputa de projetos político-ideológicos em que ganham contorno as ações e estratégias de organizações civis (entidades de representação, movimentos sociais, patronato rural etc.) e de atores estatais (parlamentares,

grupos de parlamentares, dirigentes de governo e demais autoridades políticas), em especial nos domínios federais dos poderes Executivo e Legislativo.

No capítulo 3, apresentamos a perspectiva de luta social e política acionada pelos movimentos sociais rurais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no país. Como contextualização temporal, voltamo-nos aos decênios de 1980, 1990 e à década atual, quando transformações na agricultura advindas dos ciclos de modernização técnica tiveram efeitos sociais consideráveis, pois indicaram um caminho de desenvolvimento concentrador e excludente. Logo, a expansão das relações capitalistas de produção no campo figurou, também, como fator importante de surgimento da luta e mobilização política de trabalhadores rurais, camponeses e demais segmentos sociais acionadas por organizações como a CONTAG e o MST, que defendem bandeiras como democratização do acesso à terra, justiça social no campo e cumprimento da função social da propriedade fundiária. Nesta década, esses atores sociais — sobretudo MST e Via Campesina — têm contestado notavelmente a matriz econômica, tecnológica e político-ideológica expressa pelo modelo do agronegócio.

Capítulo 1

TERRITÓRIOS, QUESTÃO AGRÁRIA E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta uma perspectiva teórico-analítica que embasa a compreensão dos embates políticos entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar, sobretudo nesta década. Para tanto, recorreremos a autores da geografia contemporânea que tratam do conceito de território e aos que fazem *abordagens territoriais* de assuntos vinculados à questão agrária e aos processos econômicos, sociais e políticos na agricultura brasileira. Também destacamos os atores sociais que protagonizam a questão agrária na sociedade civil e no Estado: movimentos sociais, entidades representativas de trabalhadores rurais, organizações do patronato rural, agentes públicos, dirigentes de governo, segmentos parlamentares e outros. Para exemplificar traços da dinâmica de mobilização política de alguns deles no cenário público nacional, reportamo-nos a duas manifestações recentes: “Tratoração: o alerta do campo”, organizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária Nacional (CNA), entidade representativa do agronegócio, e “Grito da terra — Brasil”, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), principal entidade do movimento sindical de trabalhadores rurais em nível nacional. Com base nos valores ideológicos, nos projetos de sociedade, nas reivindicações e nas estratégias de mobilização desses atores, são definidos e demarcados territórios de construção política na sociedade civil e no Estado que fazem da questão agrária um campo de embates, correlação de forças e disputas político-ideológicas.

1.1 Territórios, conflitualidades e disputas territoriais

Abordagens teóricas guiadas por uma reflexão sobre o território na geografia levaram a uma reelaboração crítica desse conceito no Brasil nos últimos 15 anos (SAQUET, 2007)³ e fez surgirem perspectivas teórico-metodológicas que apontaram dimensões múltiplas ensejadas pelas concepções de território na atualidade. Nessa ótica, o enfoque desta pesquisa busca enunciar conceitos de território de modo a trazer à tona a lógica e os princípios teórico-

³ “No Brasil, tanto a expansão como a qualificação dos estudos centrados nos conceitos de território e territorialidade ocorrem, principalmente, a partir do biênio 1992–93, como os seminários internacionais *O novo mapa do mundo e Território: globalização e fragmentação*, realizados em São Paulo e, com a tradução para a língua portuguesa, do livro de Claude Raffestin, *Por uma geografia do poder*.” (SAQUET, 2007, p. 120).

metodológicos que orientam tais abordagens e extrair daí elementos que caracterizem a compreensão desse conceito.

Para isso, convém destacar a análise dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, enfatizada pela maioria dos autores aqui discutidos, pois contribui para se ver o território em seu movimento, sua dinâmica. Em geral, as perspectivas e os olhares analíticos desses autores, embora distintos, aproximam-se ao se considerarem as múltiplas dimensões (*multidimensionalidade*) que o conceito desperta, sobretudo em seus atributos sociais, políticos, econômicos e simbólicos. Também destacamos as possibilidades de se relacionarem e se fazerem interagir diversos processos e diversas escalas de tempo e espaço, em especial no presente, quando se impõem fluxos e redes numerosos que interligam as esferas local, nacional e global sob a égide do capitalismo mundializado. Geógrafo que nos embasa na construção desse percurso, mediante uma reflexão marcadamente epistemológica sobre o território, Rogério Haesbaert (2006; 2004) concebe esse conceito numa perspectiva integradora e relacional, além de realçar os múltiplos territórios, as territorialidades e as formas de territorialização que se afirmam hoje no mundo.

Ao mesmo tempo, buscamos na produção teórica da geografia brasileira contemporânea a abordagem e reflexão de autores que aproximam sua *abordagem territorial* de temas vinculados à questão agrária e aos processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem na agricultura brasileira. Esse olhar nos levou ao campo disciplinar da geografia agrária e a autores como Oliveira (2004b; 1999), Fernandes (2008a; 2008c) e Paulino (2008), quem — a nosso ver — insere a perspectiva teórico-analítica das *disputas territoriais* na agenda de pesquisas da geografia agrária brasileira, mediante temas e discussões que recentemente têm estimulado os debates. O olhar sobre as disputas territoriais encaminhados por esses autores focaliza território como categoria fundamental de análise, conflitos essenciais de classe no bojo do desenvolvimento capitalista no campo e processos sociais, econômicos e políticos que envolvem a reprodução da agricultura capitalista e do campesinato no Brasil. Esse debate “recente” na geografia agrária tirou proveito do acúmulo teórico e das pesquisas do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que desde o fim da década de 1970 aborda a questão agrária e, um pouco depois, o território com um posicionamento crítico no pensamento geográfico (ALMEIDA, 2007).

Eis o contexto teórico em que dialogaremos com os autores que embasam a discussão sobre o problema e as questões colocadas desta pesquisa, que dão relevo à dimensão política das disputas territoriais entre o agronegócio e a agricultura camponesa/familiar no país na década de 2000. Desde já reivindicamos a necessidade de transpor uma leitura fragmentada

do território ancorada por tradição em traços homogêneos, uniescalares, fixos e contínuos — presentes nos “territórios-zona” ou “territórios-área” — para concebê-lo numa perspectiva integradora e relacional com enfoque em sua multidimensionalidade, no entrecruzar de seus atributos econômicos, políticos, simbólicos e físico-naturais. Também buscamos nos atentar a sua dinâmica flexível, descontínua e multiescalar — a exemplo de fluxos, conexões e mobilidades cada vez mais intensos no mundo contemporâneo e que impõem a necessidade de se pensar neles como “territórios-rede” (HAESBAERT, 2004).

Considerar o território nessa ótica não supõe abandonar a lógica territorial zonal, alicerce da trajetória do Estado-nação e dos pilares de sua hegemonia como sistema político dominante. Essa lógica não deixa de existir nem de manifestar-se no presente; antes, recria-se e dá lugar a outras lógicas/formas de controle, dominação e apropriação do território, próprias da diversidade territorial contemporânea e que

[...] se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uni-territorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral em forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado. (HAESBAERT, 2004, p. 7).

Assim, Haesbaert parte dessa visão para tecer reflexões sobre o conceito de território e destaca que, desde a sua origem, ele apresenta uma conotação dupla: material e simbólica. Ele atribui importância às relações de poder como elemento essencial e as desvela num sentido amplo — seja sua dimensão mais concreta e funcional (pela *dominação*), seja sua dimensão simbólica, identitária (que expressa o poder exercido via *apropriação*). Fernandes (2008c, p. 282) também corrobora essa direção ao afirmar que o território deve ser compreendido com base em sua dimensão material e imaterial, chamando atenção para sua condição de *indissociabilidade*, de modo que o território material não poderá existir sem o imaterial, e vice-versa.

É percorrendo, então, os *múltiplos territórios* que Haesbaert mostrará a “variedade de tipos e níveis de controle territorial”, na medida em que a existência de um território implica relações de poder e, também, no “controle de uma área” (SACK, 1986; apud HAESBAERT, 2004).

Assim, o fenômeno da multiplicidade dos territórios se revela no tempo presente mediante a existência de diversas formas/processos de territorialização e a justaposição e/ou sobreposição de territórios, assim como pela presença de múltiplas territorialidades. Todos esses fenômenos são fruto da afirmação de projetos políticos, econômicos, simbólico-culturais

acionados por agentes e grupos sociais ou mesmo pelas instâncias de regulação, como faz o próprio Estado. Como forma de reconhecer esses *múltiplos territórios* e os processos de territorialização em curso, Haesbaert (2004) os apresenta mediante o seguinte esquema:

- territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais” — impõem correspondência entre poder político e identidade cultural e se ligam ao fenômeno do territorialismo, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos, ou seja, não admitem pluralidade territorial de poderes e identidades;
- territorializações político-funcionais mais tradicionais, como a do Estado-nação — mesmo admitindo certa pluralidade cultural, não admitem pluralidade de poderes;
- territorializações mais flexíveis — admitem sobreposição territorial, sucessiva (como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais na área central das grandes cidades) ou concomitantemente (como na sobreposição “encaixada” de territorialidades político-administrativas);
- territorializações efetivamente múltiplas, uma “multiterritorialidade” em sentido estrito — são construídas por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Esboçada a ideia de territórios múltiplos e das várias formas de territorialização que vêm à tona no presente, cabe agora tratar dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em que se inserem os atores sociais que protagonizam os problemas agrários do Brasil e as estratégias de controle territorial postas em práticas por tais atores, a exemplo de organizações representativas, movimentos sociais e agentes públicos. A composição desse cenário evidencia alguns traços essenciais de uma concepção integradora de território como a indissociabilidade da face material da face simbólica, pois os territórios do agronegócio e os da agricultura camponesa/familiar são construídos e reproduzidos nesses dois planos mediante práticas e processos sociais concretos — econômicos, produtivos etc. — e por representações simbólicas e identitárias que se afirmam diversamente, até como relações de poder e controle político. Isso ocorre, por exemplo, na condição de pertencimento a uma classe ou grupo social — empresário rural, grande produtor, agricultor familiar, quilombola — ou pela participação/militância numa organização política com valores e um projeto de atuação — movimentos de luta pela terra, entidades do patronato rural, associações ambientalistas. Para ilustrarmos, recorremos a Haesbaert (2006, p. 89), para quem

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada em momentos de conflito e/ou negociação.

Perceber esses territórios requer identificar e analisar seus componentes econômicos, políticos, simbólicos, físico-naturais, dentre outros, para que se possa, então, sobrepor e entrecruzar essas dimensões, tendo em vista sua dinâmica de mobilidade e flexibilidade.

Na problemática agrária, tais configurações territoriais podem ser observadas: nas práticas e representações de uso da terra e de exploração agrícola dos produtores, nos mecanismos de reprodução social e econômica da agricultura (por exemplo, capitalista e não capitalista) e nas estratégias de atuação política acionadas por representantes e organizações do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar no cenário público nacional. Nessa direção, Fernandes (2008c, p. 296), ao se referir à existência e reprodução de modelos de desenvolvimento distintos no campo brasileiro, que formam organizações espaciais diferentes, paisagens distintas e territórios divergentes, busca aproximar duas categorias-chave para a geografia: *território e paisagem*.

[...] temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento [...]; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses. (Grifo do autor).

O olhar tem de enfocar, também, as relações de poder — quais são firmadas e reproduzidas pelo agronegócio/agricultura capitalista? — e o controle territorial — que formas de dominação (concreta, funcional) e apropriação (simbólica, identitária) são estabelecidas por esse modelo de agricultura? No caso da agricultura camponesa/familiar, como operam essas questões? Pode-se falar de um “contrapoder” ou outro poder que se reproduz e se manifesta na *sujeição e resistência* do campesinato, dos posseiros, dos quilombolas e de outras categorias sociais em suas lutas pelas *terras-territórios*? A conquista de *frações do território* por organizações sociais que lutam pela terra (movimentos, sindicatos) e a trajetória de reprodução social e permanência/recriação do campesinato no campo brasileiro configuram formas de dominação e apropriação do território?

Para ilustrar parte do quadro de relações de poder recentes na agricultura brasileira, considerando-se o decurso das estratégias de controle territorial, em especial as operadas pelos agentes propulsores do agronegócio, Paulino (2008, p. 219) destaca que

[...] as condições estruturais que determinam uma situação contrastante na agricultura nos levam a refletir sobre as relações de poder, pois em contraponto à depauperação com que se debate uma parcela importante do campesinato, há a vitalidade do negócio agrícola, que se alimenta de estratégias de controle territorial. Tal controle pressupõe o concurso de vários agentes do poder público e do setor privado, que atuam em escalas que vão da local à global. Essa é a maneira pela qual, via de regra, tem sido alcançada a propalada eficiência produtiva, em que o critério de avaliação é meramente quantitativo, baseado nos recursos monetários amealhados ao fim do processo produtivo.

Convém recorrermos a outra abordagem do conceito de território para a compreensão das configurações territoriais do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar na sociedade brasileira. Trata-se da lógica de construção do território, empreendida pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004b; 1999), que investe na análise das transformações territoriais do campo. Eis sua concepção de território:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza. A construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e se desenvolve. Logo, a construção do território é, contraditoriamente, o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2004b, p. 40).

Essa concepção deixa entrever uma orientação teórica tributária da dialética marxista, pois considera a condição contraditória da realidade, em que o desenvolvimento do capitalismo ocorre de modo contraditório, desigual e combinado — tanto reproduz relações tipicamente capitalistas quanto recria relações não capitalistas de produção e trabalho como as relações camponesas (OLIVEIRA, 1999). Logo, a lógica de construção do território tem de ser apreendida no modo de produção/distribuição/circulação/consumo capitalista, considerando o desenvolvimento de forças produtivas e as relações sociais de produção que, em dado momento histórico, moldam as configurações específicas do território. Essa concepção de território tem outro elemento importante: o dinamismo do território: é construção, destruição,

manutenção, transformação e, também, “luta da sociedade pela socialização contínua da natureza”; o que faz do território não algo dado, *a priori*, mas um fenômeno socialmente construído e mutante.

A concepção de Oliveira enfoca ainda a presença de atores sociais que dão vida ao território ao se referir — à luz de Marx — a três classes sociais da sociedade capitalista: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Assim, o território se efetiva materialmente e se define pela “luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”, condição que traz a lume conflitos, embates e disputas entre classes.

Nesse conceito formulado por Oliveira para designar o território, Paulino (2007, p. 341) salienta a perspectiva de enxergá-lo como realidade dinâmica e não homogênea.

Ao conceber o território como produto da luta de classes, esse teórico nos ensina que não se pode tomar o território nem como expressão homogênea nem como cristalização, em determinado momento histórico, de um suposto saldo final das lutas travadas; antes nos ensina a buscar as contradições derivadas dos conflitos de classe para compreendermos o território em sua dinâmica. É por essa razão que analisa o arranjo territorial capitalista como hegemônico, que se organiza com vistas à acumulação ampliada, ressaltando que as lutas concretas travadas pela existência levam classes opostas a controlar frações do território capitalista, organizado pelo e para o capital, dando-lhes uma configuração dinâmica, coerente com a lógica de reprodução que as move.

Em sua análise dos *territórios em disputa* na agricultura brasileira, Paulino (2008), por sua vez, refere-se à produção do território, enxergando-o como fenômeno flexível, não cristalizado, pois

[...] o território é, ao mesmo tempo, um agente e um receptáculo do processo de produção capitalista, cuja lógica hegemônica inscreve os contornos dos arranjos existentes. Pensar em contorno é, assim, negar a idéia de arranjo acabado, tendo em vista a confluência de embates movidos por interesses divergentes, e que não estão restritos aos conflitos entre as classes, mas também intra-classes e que, ao fim, impedem a delimitação de espaços de poder ao gosto de seus agentes, traduzindo-se sempre em rearranjos. (PAULINO, 2008, p. 215).

Essas palavras mostram que, para essa autora, o modo capitalista de produção e sua lógica hegemônica estruturam e ordenam o território. Ela rechaça a ideia de ver “arranjos acabados” na dinâmica da organização territorial, pois o motor desse processo — conflitos e lutas políticas entre classes sociais (e no interior dessas) — sempre conduz a rearranjos nesse território e impede a existência de recortes territoriais rígidos. Disso se depreende que os espaços/territórios não estão dados *a priori* nem são determinados “automaticamente” pela lógica capitalista, embora esta lhes condicione. Logo, são construídos no campo contraditório e conflituoso das interações entre classes, agentes e grupos sociais.

As concepções de Oliveira (2004b) e Paulino (2008) nos instigam a percorrer esse cenário de classes e agentes sociais, contribuindo para se desvendar os personagens envolvidos no drama agrário brasileiro, bem como reconhecendo neste, uma arena sociopolítica marcada por tensões e embates. Grandes proprietários de terras, grandes e médios produtores agrícolas, empresários rurais, agronegociantes, camponeses, agricultores familiares, movimentos sociais, setores da Igreja, entidades representativas dos produtores agrícolas (confederações, federações, sindicatos), partidos políticos, intelectuais: são esses os atores sociais que tem desenhado “a ferro e fogo” a questão agrária no Brasil.

Dado o atual cenário do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, outra perspectiva que embasa a análise das configurações territoriais da agricultura capitalista (agronegócio) e da agricultura camponesa/familiar são os processos de territorialização do capital monopolista na agricultura e de monopolização do território pelo capital monopolista (OLIVEIRA, 2004b, p. 41–3). Essa abordagem teórica supõe que as formas assumidas pelo desenvolvimento da agricultura no país pela industrialização mostram que o capitalismo, contraditoriamente, está unificando o que esteve separado em seu início: a indústria e a agricultura. Em termos concretos, o que se observa é que o capitalista, antes ligado a outros ramos de atividade (indústria, comércio, serviços), tornou-se também proprietários de terras, fazendo que um só agente, uma empresa, controle todas as etapas da produção — a “fase agrícola” e a “fase industrial”.

Exemplo disso é a cana-de-açúcar, cultura produzida em grandes propriedades e beneficiada (agroindustrializada) em usinas de açúcar e álcool: essas duas etapas podem ser feitas por um só grupo empresarial, dono de todos os meios de produção: terras e usina de beneficiamento. Tais capitalistas podem usar a força de trabalho assalariada em atividades agrícolas não mecanizadas por completo como a colheita da cana ou o plantio de alguma cultura (laranja, café etc.) ou dispensá-la, retirando do campo os trabalhadores rurais. Nessa lógica, o desenvolvimento do capitalismo no campo evidencia a *territorialização do capital monopolista na agricultura*, que figura como o território “por excelência” da agricultura capitalista:

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2004b, p. 42.)

Entretanto, em razão do caráter contraditório e combinado do desenvolvimento capitalista na agricultura, ocorre também a *monopolização do território pelo capital monopolista*, processo este que gera a possibilidade da existência, reprodução e recriação do território camponês, a partir da sujeição da renda da terra pelo capital, conforme ressalta Oliveira (2004b, p. 42),

[...] quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. [...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda em capital.

Segundo Paulino (2006), a monopolização do território pelo capital na agricultura é marcada por conflitos desencadeados, sobretudo, pela própria condição de classe dos camponeses, isto é, de subordinação à lógica de reprodução ampliada do capital, em especial por mecanismos de apropriação/drenagem da renda gerada pela produção familiar. Ao analisar a territorialização camponesa, essa autora o faz

[...] na perspectiva de que a monopolização do território pelo capital não se dá harmoniosamente, mas envolve profundos conflitos. Evidentemente, tais conflitos se desenham a partir da própria condição de classe e diferem, necessariamente, do conflito entre capital e trabalho, no qual os trabalhadores percebem diretamente a exploração na relação de trabalho. O fato de os capitalistas perseguirem a renda da terra desloca o foco de conflitos para a produção camponesa, que é portadora da renda. Em situações de extrema voracidade dos capitalistas, respondem com o abandono das respectivas culturas, buscando outras que lhes permitam auferir uma margem maior de renda. Aliás, esse é o sentido da diversificação dos cultivos e da sua incessante alternância. (PAULINO, 2006, p. 24).

Como se depreende dessas palavras, mesmo que a produção camponesa se subordine à lógica capitalista, pela “captura” de sua renda, em contrapartida e no limite de sua autonomia, os camponeses oferecem respostas à “voracidade dos capitalistas”, acionando estratégias como intensificação do autoconsumo — deixam em segundo plano a produção de excedentes para comercialização; abandono de dada cultura agrícola e cultivo de outra que lhes dê mais renda; e, por fim, diversificação da produção agrícola em vez da especialização; dentre outras alternativas que viabilizam a reprodução social dos camponeses.

A última abordagem teórica que definimos para discussão são as *disputas territoriais*, que recentemente ganharam espaço na pesquisa de geógrafos no Brasil, em particular na geografia agrária. Dos estudiosos que se dedicam ao seu estudo, destacam-se Paulino (2008),

Fernandes (2008a; 2008c) e Oliveira (2004a; 2004b; 1999). Essa perspectiva de análise considera o cenário social e político em que se desenvolve a questão agrária brasileira entre fins dos anos de 1990 e nesta década, trazendo à tona os processos sociais, econômicos e políticos que se estabelecem no bojo dos conflitos entre classes e organizações sociopolíticas do campo sob a égide do desenvolvimento capitalista. Ela se traduz, ainda, como preocupação desses pesquisadores em assinalar o papel e a mediação do Estado em demandas sociais, interesses de atores diferenciados e projetos políticos divergentes. Alguns estudos estão no livro *Campesinato e territórios em disputa* (2008), como resultado das reflexões lançadas por esses pesquisadores, entre alguns outros, no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária (e IV Nacional), ⁴ ocorrido em outubro de 2007, em Londrina, PR. Este evento representou um espaço importante de socialização de pesquisas e reflexões, trazendo contribuições para que se possa falar hoje num olhar geográfico acerca das disputas territoriais no campo brasileiro.

Paulino (2008) formula sua abordagem sobre os “Territórios em disputa e agricultura” por intermédio de questões conceituais que abrangem as classes, o Estado e seus instrumentos de ação, para compreender o campesinato brasileiro no contexto dos territórios em disputa, ao atentar para os recuos, avanços e impasses no processo de recriação camponesa. Numa análise crítica do modelo produtivo hegemônico que se reproduz no campo brasileiro, ela aponta o caráter agroexportador, a incorporação de pacotes tecnológicos externos e a subordinação ao mercado mundial e às empresas multinacionais que ditam padrões de consumo produtivo na agricultura (pela aquisição de máquinas, agrotóxicos, fertilizantes e, mais recentemente, pelo avanço da biotecnologia e das sementes transgênicas no país).

No contexto das estratégias territoriais acionadas pelos agentes do capital agrário, são “orquestrados pactos de poder” que envolvem o Estado brasileiro e medidas políticas que sustentam o modelo do agronegócio. Essas estratégias incluem, por exemplo, o empenho de representantes dos poderes Executivo e Legislativo em sancionar leis que possibilitam a liberação dos organismos transgênicos (PAULINO, 2008). Outro aspecto trata do acesso ao fundo público, pois os grandes produtores têm sido os maiores beneficiários pelas políticas de crédito com juros altamente subsidiados. E quando não conseguem cumprir os contratos

⁴ O Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (SINGA) foi criado por pesquisadores e núcleos de pesquisa de diferentes instituições (Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de São Paulo/UNESP, Universidade Estadual de Londrina/UEL e outras) que debatem a geografia agrária e seus temas de análise, com ênfase em conflitos no campo, luta pela terra, reforma agrária, assentamentos rurais, agricultura camponesa, agricultura capitalista ou patronal e desenvolvimento rural. Nas quatro edições do SINGA (até 2007), essa rede de pesquisadores ampliou sua articulação e seu envolvimento com outros grupos de pesquisa, instituições governamentais e movimentos sociais do Brasil e de outros países da Américas Latina e do Norte, da África e da Europa.

financeiros, reivindicam a negociação do endividamento agrícola, o que faz os governos protelarem sucessivamente o pagamento, reduzir mais as taxas de juros e pagar a diferença dessas dívidas às instituições financeiras (PAULINO, 2008). Esse cenário revela que o papel do Estado como instância mediadora de demandas sociais se realiza só em parte, ou seja, como “mediação parcial”, pois sua atuação se sujeita a relações de poder e interesses de classe. Ele é, por assim dizer, um “[...] instrumento de perpetuação dos interesses hegemônicos” (PAULINO, 2008, p. 226).

Por outro lado, para evidenciar a presença e participação do campesinato na dinâmica socioeconômica do campo brasileiro, Paulino (2008) recorre à tese de recriação desse segmento social, a despeito da expansão e do fortalecimento do agronegócio em anos recentes. Ela destaca o aumento da participação proporcional do trabalho familiar na agricultura brasileira, conforme dados preliminares do Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), dentre outros fatores que seriam necessários para se analisar com mais precisão o crescimento da agricultura camponesa no país. A participação dos membros da família nas atividades produtivas aumentou de 75,9% para 78% entre 1996 e 2006. A isso se acrescentam medidas favoráveis ao fortalecimento do setor, tais como elevação do volume de crédito que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) recebeu recentemente (desde 2002, o montante aumentou em quase quatro vezes) e um orçamento de R\$ 12 bilhões para a safra 2007–8. E mais, a política de assentamentos rurais, conduzida nas sucessivas gestões pelo governo federal, também representa um passo, embora não ataque expressivamente o problema da concentração fundiária.

Se assim o for, então a ação do Estado, mesmo que seus resultados fiquem aquém das demandas dos camponeses, tem de ser considerada ao se analisar o processo de recriação do campesinato; há de se reconhecer a possibilidade de alcançarem conquistas políticas.

[...] o estado, que não é o agente de promoção do bem comum, mas o mediador de conflitos desenhados no confronto de classes e na disputa por recursos, tem realizado algumas ações em favor da agricultura camponesa, o que nos faz supor que o poder de pressão do campesinato tem sido decisivo para uma gestão pública que, mesmo sem atender as necessidades mais prementes, proporciona alguns avanços. (PAULINO, 2008, p. 236).

A nosso ver, as ações políticas dos movimentos de luta pela terra e das demais organizações pró-reforma agrária são relevantes porque têm sido elas (a exemplo das ocupações de terras) o instrumento principal para fazer avançarem políticas públicas do Estado, em particular a implementação dos assentamentos rurais (HEREDIA et al., 2002) e

demais iniciativas relativas ao desenvolvimento da agricultura camponesa, como assistência técnica, educação, organização produtiva, comercialização, preservação ambiental etc.

A perspectiva teórico-analítica das disputas territoriais no âmbito da geografia agrária é também trabalhada por Fernandes (2008a; 2008c). O autor expõe elementos acerca de sua concepção de território, dialoga com as noções de *conflitualidade* e de *desenvolvimento* e faz apontamentos sobre os processos de territorialização–desterritorialização–reterritorialização no campo brasileiro. Eis como ele se refere ao território:

Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, nos quais se realizam todas as dimensões da vida, desde que é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios, temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado [terras públicas]. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o enfrentamento entre territórios camponeses e do capital será intensificado. (FERNANDES, 2008c, p. 295)

Os elementos centrais dessa abordagem revelam a dimensão social e política do território, razão por que este é visto pelo autor segundo as relações sociais, que, ao se reproduzirem, “produzem os territórios e são produzidas por estes”. No interior das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, formam-se relações sociais distintas que produzem territórios diversos: os do capital, os dos camponeses, os dos indígenas. Quando se expandem ou recuam, a exemplo da efetivação de projetos econômicos, políticos ou simbólico-identitários, dão relevo à problemática das disputas territoriais, porque um território entra em confronto e embate com o outro.

Assim, a análise das disputas territoriais no campo brasileiro revela a existência de tipos diferentes de territórios que demarcam relações de poder e controle político, indicando avanços, recuos e impasses em sua organização e seu desenvolvimento; e essa dinâmica evidencia os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, visto que significam criação, destruição e recriação de territórios: em suas configurações específicas, os territórios são produto e condição de modelos de desenvolvimento divergentes e em confronto permanente.

Fernandes (2008a, p. 180) traduz essa dialética inerente ao território pela palavra *conflitualidade*:

De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa *conflitualidade* promove modelos distintos de desenvolvimento.

Assim, a territorialização do campesinato e a do capital (materializado pela agricultura capitalista) geram conflitualidades ao se formarem no interior das contradições do desenvolvimento capitalista e partem dos conflitos de classe; porém, mais que conflitualidades, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização geram desenvolvimento. Noutras palavras, as dimensões de conflitualidade e desenvolvimento caminham juntas e compõem a mesma realidade, pois ocorrem

[...] simultânea e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promove conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, territorializa-se, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. (FERNANDES, 2008a, p. 178).

Como se vê, esse autor se esforça para não separar conflitualidade de desenvolvimento ao analisar a questão agrária. Talvez porque seja algo recorrente entre estudiosos, pesquisadores e agentes políticos (gestores públicos, instituições, dirigentes) tratá-las separadamente ao verem o conflito como algo externo ao desenvolvimento. Essa postura ou intencionalidade afasta a alternativa de que o conflito possa produzir desenvolvimento, ou seja, faz prevalecer a visão de que o capitalismo promove só desenvolvimento, enquanto a luta pela terra motiva só o conflito (FERNANDES, 2008a).

Ver a conflitualidade e o desenvolvimento como partes da mesma realidade permite entender, por exemplo, por que em localidades diversas do país onde foram implementados projetos de assentamento (a maioria oriunda de situações de conflito) passou a se observar depois indicadores de desenvolvimento entre famílias assentadas e nos municípios onde se localizam os assentamentos. É isso o que se vê na pesquisa *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*, de Heredia et al. (2002), realizada em 2001 e cuja área de estudo abrangeu várias regiões do país. Dentre outros aspectos, a pesquisa mostrou certa redistribuição fundiária no município, (re)inserção dos assentados no mundo do

trabalho rural/agrícola, melhoria de rendimentos e condições de vida e dinamização das economias local e regional. Portanto, corrobora a ideia de que conflitualidade e desenvolvimento ocorrem simultaneamente: se a luta pela terra produziu conflito, também produziu desenvolvimento.

Posto isso, o território da agricultura capitalista e o do campesinato ganham relevo como objeto de reflexão e pesquisas, especialmente para geógrafos, porque “[...] ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidades, promovendo desenvolvimentos” (FERNANDES, 2008a, p. 181).

1.2 Questão agrária no tempo presente: cenários e atores sociais envolvidos

Nas análises teóricas de muitos estudiosos e na esfera pública nacional, os elementos que configuram a questão agrária no Brasil nesta década revelam uma diversidade de atores sociais na sociedade civil e nos espaços político-institucionais do Estado envolvidos na defesa, afirmação e consolidação de um destes modelos de desenvolvimento do campo: agricultura camponesa/familiar e agronegócio. Apresentar alguns deles, sobretudo as forças sociais e políticas que interagem ou intervêm nas demandas agrárias do país no presente, não supõe desconsiderar a trajetória histórica de surgimento e consolidação deles no cenário público nacional (sindicatos, movimentos sociais, igrejas, partidos, intelectuais etc.), os quais produziram propostas e interpretações para a problemática agrária brasileira nas últimas seis décadas (1946–2003) (STÉDILE, 2005).

Os atores sociais principais envolvidos nos cenários e nas conjunturas da questão agrária no Brasil e com presença e atuação em escala nacional⁵ incluem:

- grandes proprietários, grandes produtores agropecuários, empresários rurais e suas organizações de representação classista: Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Confederação da Agricultura e Pecuária Nacional (CNA), União Democrática Ruralista (UDR), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e outras;
- camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais, populações tradicionais (quilombolas, extrativistas, indígenas etc.), organizações representativas, movimentos sociais e entidades de apoio e/ou assessoria: Movimento dos

⁵ O enfoque desta pesquisa compreende atores sociais atuantes e com representatividade em escala nacional, a exemplo de confederações, movimentos sociais, entidades e demais organizações civis.

Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), Via Campesina, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF), Fórum Nacional de Reforma Agrária (FNRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e outros.

- meios de comunicação de massa (a mídia), sob a forma impressa (jornais e revistas), eletrônica (televisão, rádio) e digital (internet), tanto os de gestão empresarial dirigidos por grandes grupos econômicos quanto os independentes (condição adotada por organizações da sociedade civil); esses meios transmitem à sociedade em geral informações e opiniões sobre temas agrários e a realidade dos modelos do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar no país;
- instituições públicas técnicas e científicas que desenvolvem pesquisas e tecnologias voltadas à atividade agropecuária no país — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), universidades e centros de pesquisas —, bem como as que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural — como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) —, além de órgãos governamentais que intervêm em demandas agrárias e agrícolas como reforma agrária, regularização fundiária, produção agrícola, crédito rural, abastecimento etc. — Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e outras;
- o Estado brasileiro, como agente mediador de demandas da sociedade brasileira — sua presença se manifesta em ações dos poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) em nível federal por meio de seus representantes e dirigentes, sobretudo de gestões de governo (Poder Executivo) ou de legislaturas na Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Os dois primeiros são atores centrais da sociedade civil, que têm exercido importante papel na problemática agrária atual. Organizam-se em associações, entidades representativas, sindicatos e movimentos sociais. Cabe mencionar aqui a noção apresentada por Ilse Scherer-Warren para o termo sociedade civil, no qual muitos estudiosos têm se orientado nos últimos anos, tendo por referência uma divisão tripartite da realidade em Estado, mercado e sociedade civil.

A sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos dois primeiros setores acima [Estado e mercado] que estão orientados, também preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia. É importante enfatizar, portanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações de conflito e de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

Essa diversidade de agentes envolvidos na dinâmica da questão agrária no país inclui, ainda, quem atua no espaço político-institucional do Estado e intervém nas demandas agrárias e agrícolas: deputados federais, senadores e assessores parlamentares, grupos de interesse e pressão (por exemplo, as frentes parlamentares), dirigentes da administração pública federal, ministérios e demais órgãos e instituições governamentais. A esses atores políticos cabem responsabilidades importantes, sobretudo no Executivo e Legislativo, tais como o planejamento e a execução das políticas de governo — dentre as quais, a agrária e a agrícola — e a elaboração e aprovação de leis, que podem afetar, em maior ou menor grau, a vida econômica, social e política do campo. A presença e mobilização de todos esses atores sociais no espaço da sociedade civil e na arena político-institucional do Estado se manifestam mediante valores, interesses, visões de mundo, projetos políticos e matrizes ideológicas.

As relações e interlocuções entre os que protagonizam os dilemas e as conjunturas da questão agrária se desenvolvem num território de embates, correlações de forças e disputas político-ideológicas. Nesse território conflituoso, edificam-se e reproduzem-se valores, discursos e práticas sociopolíticas de classes e de segmentos sociais, que despertam “[...] um estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas” (FERNANDES, 2008a, p. 198). Assim, o território é compreendido especialmente conforme sua dimensão de conflitualidade, como assevera Fernandes (2008a, p. 199–200):

A conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e de controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias. Até mesmo as palavras são transformadas em território. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios.

Esse autor dá pistas para se compreender o conteúdo político e simbólico — portanto territorial — que se expressa nas reivindicações, nas “bandeiras de luta”, nas estratégias de atuação, nos discursos e nos projetos políticos edificadas pelos diversos atores sociais sob a agremiação de entidades de representação, sindicatos (patronais e trabalhistas), movimentos

sociais, partidos políticos, grupos de interesse, segmentos parlamentares e gestões de governo. Com base em valores ideológicos, projetos de sociedade, reivindicações e estratégias de mobilização, dentre outros, definem-se e demarcam-se territórios de construção política (territórios políticos), o que afirma a presença desses atores sociais no campo conflituoso da questão agrária. Igualmente, nesses territórios políticos se estabelecem disputas, enfrentamentos e embates entre os modelos de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e do agronegócio no cenário público nacional, dentro do Estado e no espaço da sociedade civil, materializados pela presença e mobilização das organizações representativas, entidades patronais, movimentos sociais, parlamentares, dirigentes de governo etc.

Para Fernandes (2001, p. 19, grifo nosso), as contradições e os antagonismos entre esses dois modelos de desenvolvimento aparecem como elemento central na reflexão teórica e política da questão agrária atual.

Neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente à intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate, desdobra-se uma *disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo*.

Nesse cenário, um exemplo recorrente são as diversas ações políticas conduzidas pelos movimentos de luta pela terra nos últimos anos, como marchas, ocupações de terras e de prédios públicos e eventos que reúnem milhares de agricultores e trabalhadores sem-terra. Elas expõem à sociedade em geral os valores, as demandas, as reivindicações e os projetos políticos de camponeses e agricultores familiares. Também se observa a mobilização de setores do patronato rural, como as entidades nacionais e estaduais que representam os produtores do agronegócio. Assim, percebe-se que cada vez mais a presença e mobilização política de setores organizados do agronegócio conquistam espaços na esfera pública nacional, inclusive ultrapassado o campo institucional do Estado (Executivo e Congresso Nacional) e alcançam a esfera pública não estatal, ou seja, a sociedade em geral, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública quanto a suas demandas e reivindicações e construir o discurso da viabilidade e supremacia do agronegócio como modelo econômico e produtivo para o campo brasileiro.

Duas manifestações desta década assinalam traços concretos da dinâmica de mobilização política de tais organizações no cenário público nacional. Ambas reuniram milhares de pessoas vinculadas a sindicatos, federações e confederações. A primeira foi denominada “Tratoração: o alerta do campo”, organizada pela CNA em conjunto com as

federações estaduais da Agricultura e Pecuária. Ocorreu entre 28 e 30 de junho de 2005, em Brasília, e foi precedida de atividades preparatórias de caráter regional e estadual. Dela participaram cerca de 15 mil produtores rurais de vários estados, que se deslocaram em caravana para a capital federal. Centenas levaram tratores, maquinários agrícolas e grandes caminhões para expô-los à sociedade em geral — sobretudo seus tratores — como símbolo dessa manifestação (FIG. 1 e 2). Participaram também líderes de sindicatos locais e federações estaduais do patronato rural, além de deputados federais, senadores e demais representantes. A participação de governadores de estados — Marconi Perillo (Goiás), Blairo Maggi (Mato Grosso) e Germano Rigotto (Rio Grande do Sul) — significou um apoio político importante nos dias de atividade.

Em entrevista à imprensa, nesta segunda-feira, na sede da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Homero Pereira lembrou que desde outubro do ano passado [2004] os produtores vêm advertindo o governo sobre as dificuldades do setor, mas infelizmente não houve boa vontade para atender as reivindicações da categoria nem adotou as medidas necessárias para solução da crise. O trator é um instrumento de trabalho dos produtores rurais e é por isso que 12 estados produtores de grãos estão participando do Tratoração: “O Alerta do Campo”, em Brasília [FIGS. 1 e 2], para sensibilizar o governo federal e a opinião pública sobre os problemas que enfrenta o setor”. A afirmação é do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso e coordenador do Tratoração, Homero Pereira. (CNA, 2004, s. p.).

De acordo com os organizadores do “Tratoração”, o objetivo foi protestar “[...] contra a perda de renda dos produtores e a falta de apoio governamental no combate à crise que atinge parte significativa da agropecuária brasileira” (CNA, 2004, s. p.). Segundo declarações do então presidente da CNA Antônio Ernesto de Salvo, as cobranças ao governo federal versaram sobre alocação de recursos para refinanciar as dívidas dos produtores rurais, prorrogação de vencimento dos créditos de custeio e agilidade na destinação de recursos já liberados que não chegaram aos produtores (CNA, 2004, s. p.).

A articulação política de líderes e entidades organizadoras dessa manifestação na esfera governamental (Executivo e Legislativo) contou com audiências com o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti; e com audiência pública conjunta entre a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal. Nessas audiências, as entidades apresentaram reivindicações e propostas para solucionar os problemas do setor; também começaram as rodadas de negociações entre dirigentes do governo federal, parlamentares (sobretudo da bancada ruralista) e representantes da CNA.



FIGURA 1 – Manifestação do “Tratoração: o alerta à nação”, feita entre 26 e 30 de junho de 2005

Fonte: CNA, 2005.



FIGURA 2 – Produtores protestaram contra perda de renda e falta de apoio governamental para combater a crise na agropecuária brasileira

Fonte: CNA, 2005.

A outra manifestação foi o “Grito da terra Brasil”, organizado anualmente pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), pela sua entidade representativa nacional (CONTAG). A mobilização alcançou sua 14ª edição em 2008, entre 12 e 16 de maio, em Brasília, e reuniu quase dez mil manifestantes vinculados a centenas de sindicatos de trabalhadores rurais (STTR) e federações estaduais de trabalhadores na agricultura (FETAG).

Os cerca de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais que participam do GTB [“Grito da terra Brasil”] marcharam nesta manhã (14) até a sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), na Esplanada dos Ministérios, para pedir mais atenção à agricultura familiar. Os manifestantes protestaram contra o modelo de desenvolvimento do governo para o campo brasileiro baseado no financiamento do agronegócio. No Mapa, os trabalhadores e trabalhadoras rurais também reivindicaram a assinatura da portaria que prevê a atualização dos índices de produtividade rural. Eles não são revisados há 40 anos, segundo a Contag. “Queremos questionar esse modelo de desenvolvimento voltado para a cultura da cana, da soja, do gado, com objetivo de vender tudo para o mercado internacional. E como ficam os alimentos? Viemos aqui para pedir uma agricultura com gente e não com máquinas”, disse o secretário de Política Agrícola da Confederação, Antoninho Rovaris. (CONTAG, 2008, s. p.).

Dos pontos da pauta de reivindicações do “Grito da terra Brasil – 2008” (CONTAG, 2008), apontamos alguns que representam as demandas e bandeiras de luta principais da CONTAG no momento atual, dirigidas em especial ao governo federal e Congresso Nacional:

- negociação das dívidas dos agricultores familiares, discordando do tratamento semelhante dado pelo governo federal à agricultura familiar e agricultura patronal, sobretudo quanto a condições e prazos para quitação das dívidas — a CONTAG defende o tratamento diferenciado aos agricultores familiares;
- diversificação de matérias-primas usadas na produção de biocombustível — pois a soja corresponde a 70% dessa produção — e formulação de políticas que minimizem os efeitos sociais da expansão dos monocultivos — em especial no que se refere às condições de vida e trabalho no campo — como nas plantações de cana-de-açúcar;
- aumento no volume de créditos do PRONAF para R\$ 14 bilhões referentes ao biênio 2008–9;
- votação e aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de emenda constitucional (PEC) 438/2001, que dá nova redação ao artigo 243 da Constituição Federal e estabelece a expropriação de áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo;
- publicação da portaria interministerial que atualiza os índices de produtividade;
- assentamento de 250 mil famílias por ano até 2010 e aumento dos investimentos na qualidade dos assentamentos de reforma agrária.

Essas duas mobilizações indicam valores, visões de mundo e concepções político-ideológicas que, de certa maneira, demarcam territórios de construção política e atuação na esfera pública nacional. A descrição feita há pouco elucidou só alguns pontos de reivindicações de cada entidade, pois não é nosso propósito abordar em detalhes seus projetos políticos. No caso do “Tratoração”, a fala de seus organizadores — “crise que atinge os produtores”, “perda de renda”, “falta de liquidez para honrar os compromissos com os credores” — deixa entrever que as motivações e demandas sublinhadas por federações estaduais dos produtores e pela confederação nacional (CNA) se concentraram em torno de questões como resolução dos problemas de endividamento do setor no sistema financeiro, estruturação de uma política agrícola que ofereça volume maior de recursos, condições melhores de financiamentos (créditos de custeio e comercialização) e criação de um programa de seguro rural. Disso se depreende a orientação eminentemente econômico-financeira das demandas das entidades representativas do agronegócio no governo federal e mobilização política direcionada à resolução das dificuldades econômicas dos produtores rurais e da cadeia produtiva. Eis, portanto, seu território e sua territorialidade de atuação política e mobilização no cenário público brasileiro.

Além das pautas imediatas, busca-se sensibilizar Estado e sociedade em geral quanto ao papel e à importância da sustentação e do avanço do agronegócio como modelo econômico-produtivo, que, na visão dos representantes da CNA e das demais entidades patronais, beneficia o conjunto da sociedade. A afirmação desse discurso explicita novamente o território político e a territorialidade projetada pelos representantes do agronegócio, conforme mostra a fala de um dirigente que participou da coordenação das atividades do “Tratoração” em 2005:

Quem fala com vocês, companheiros, é o Léo Brito, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul [afiliada à CNA]. Solidário com todos os produtores do Brasil nesse Tratoração, sentindo o que todos os produtores do nosso Mato Grosso do Sul sentem, principalmente depois desses dois anos de estiagem e dessa insensibilidade, dessa falta de vontade política, de decisão para o futuro do agronegócio brasileiro. [...] Quando nós estamos atravessando essa crise, outras crises passadas nos vêm à memória, outras mobilizações passadas nos vêm à lembrança, e o que acontece? Os mesmo itens, o setor produtivo mostra para as autoridades, quer sejam elas do Legislativo, do Executivo, e agora somos obrigados a conversar com o Judiciário, porque muitos dos nossos companheiros estão sendo levados aos tribunais, porque não conseguem pagar as suas dívidas. Não por falta de vontade, é porque não tem recurso, não tem nenhum tipo de financiamento, e muito menos não tem produto para vender, para saldar seus compromissos. [...] Nós temos garantido a alimentação, o vestuário, e a proteção da saúde do povo brasileiro, através da manutenção do café da manhã, do almoço e do jantar, que nós temos mantido ao longo desses anos. Assim como o saldo da balança comercial, em anos seguidos, que o setor do agronegócio — agricultura e pecuária — tem garantido à população brasileira. (CNA, 2004, s. p.).⁶

⁶ Arquivo de áudio disponível no *website* da CNA.

Os protestos e as cobranças da CONTAG transmitidos à sociedade em geral, e ao poder público federal em particular, convergem para a necessidade de se fortalecerem políticas públicas para os segmentos da agricultura familiar. As demandas apresentadas no “Grito da terra Brasil — 2008” cobravam avanços e aperfeiçoamento de vários programas e políticas do governo para melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares, sobretudo crédito, comercialização, organização social e produtiva, saúde pública, previdência social, educação no campo, meio ambiente e assistência técnica. A reforma agrária também foi sublinhada, ao se cobrar aumento na meta de criação de assentamentos pelo governo federal e investimentos na qualidade dos projetos e ao se reivindicar resposta a uma questão histórica na agenda política dos vários movimentos sociais e sindicais rurais, também presente na pauta entregue ao governo federal: atualização dos índices de produtividade da agropecuária brasileira; essa medida aumentaria o número de imóveis rurais improdutivos, portanto passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Como se vê, a mobilização trouxe à tona valores, concepções e elementos de um projeto político e de desenvolvimento que tem sido construído pelos segmentos da agricultura familiar vinculados à CONTAG. A proposição de outro modelo produtivo e social para a agricultura brasileira é uma preocupação central da entidade, como informa o “Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável” (SANTOS, 2001), que aponta a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar e a efetivação de uma reforma agrária ampla e massiva. Eis como se define o território — e a territorialidade — de atuação política e mobilização da CONTAG no cenário público brasileiro.

1.3 Meios de comunicação de massa e a questão agrária

A esses atores sociais diversos, junta-se outro cujo papel é relevante na questão e nos embates políticos (territoriais) entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar: os meios de comunicação de massa. De início, seu envolvimento ocorre no nível das *representações*,⁷ ou seja, mediante a construção de leituras interpretativas da realidade (reportagens, notícias, editoriais, textos opinativos etc.) que, por consequência, produzem significados, imagens e

⁷ Segundo Jodelet (1984 apud ALEXANDRE, 2004, p. 131), “[...] são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam”.

concepções de dado fenômeno. Num segundo momento, seu envolvimento acontece no nível da “transmissão de mensagens” ao difundirem visões de mundo e pontos de vista ao público em geral. Em especial no contexto da questão agrária, essas leituras interpretativas podem abordar temas como conflitos no campo, agronegócio, reforma agrária, agricultura camponesa/familiar, transgênicos e outros.

Para Haesbaert (2004), além da conotação material e concreta, todo território carrega uma carga simbólica, manifestada no domínio e na apropriação do espaço para produzir significados, configurando assim *territórios simbólicos*. No entanto, há de se considerar nessa dimensão imaterial e simbólica inerente à ação dos meios de comunicação de massa a sua *intencionalidade*, compreendida por Fernandes (2008c) como ato político, de criação e de construção em que o poder de significar e interpretar expressa a intenção e a pretensão dos sujeitos.

Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou enfoques da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios concretos e abstratos, materiais e imateriais. (FERNANDES, 2008c, p. 277-8).

As ações e os discursos desse ator social, encarados como produções simbólicas (portanto, territórios imateriais) munidas de intencionalidades, podem influenciar mais ou menos as ações e intervenções de outros setores da sociedade. Essa possibilidade nos leva à dimensão concreta, funcional e política das relações desse ator com a questão agrária. Sua influência é notória, sobretudo na construção de uma opinião pública nacional, isto é, ao informar para formar opiniões. Como essa dinâmica é regida por intencionalidades, as informações a serem veiculadas são produzidas na esfera simbólica, refletindo interpretações, apropriações, construções e valorizações da realidade. Nesse cenário, vem à tona um matiz diverso de discursos, posicionamentos e orientações político-ideológicas adotados pelos grupos de comunicação (empresariais, independentes ou públicos) através de seus veículos jornalísticos; assim como o caráter político da atuação desses atores sociais ao cobrirem divulgarem, por exemplo, informações sobre a realidade do agronegócio, agricultura camponesa/familiar, reforma agrária, das inovações tecnológicas na agricultura, transgênicos e sobre outros assuntos em editoriais, reportagens, textos de opinião e análise conjunturais. E mais: sua ação simbólica e política incide, de forma notável, no poder público quando os meios de comunicação enfocam dado assunto que questiona ou ameaça a credibilidade de

instituições e agentes públicos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e estes se vêem obrigados a transmitir alguma contrapartida à sociedade.

Ao discutir o papel dos meios de comunicação de massa na definição da agenda política, Miguel (2003, p. 132) revela a centralidade que eles têm, pois

[...] a mídia é, de longe, o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o papel de reunir e difundir as informações socialmente relevantes. Todos outros ficam reduzidos à condição de consumidores de informação. Não é difícil perceber que a pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, deve ser em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. Os grupos de interesse e mesmos os representantes eleitos, na medida em que desejam introduzir determinadas questões na agenda pública, tem de sensibilizar os meios de comunicação.

Essas considerações são relevantes para uma reflexão sobre a produção da agenda política dos temas agrários, pois os meios massivos de comunicação passaram a influir na “definição da pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública” ou no que tem de estar fora dela. Essa dinâmica recai sobre os espaços decisórios do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), aos quais cabe responder aos estímulos de visibilidade que dado tema ou dada demanda agrária assume no debate público, motivado sobremaneira pela atenção dada pela mídia. As medidas políticas para resolver problemas da agricultura como endividamento rural ou tensionamento de conflitos no campo entre sem-terra e fazendeiros exemplificam esse fenômeno.

Para dar mais nitidez a essas questões, apresentamos brevemente duas orientações político-ideológicas relativas ao tratamento de assuntos agrários pelos meios de comunicação do país. O enfoque proposto considera a problemática que conduz esta pesquisa, ou seja, as disputas territoriais e políticas entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar. Nossa preocupação foi, também, indicar elementos postos como disputa político-simbólica entre esses dois modelos de desenvolvimento, situando a mídia como espaço de análise.

A primeira orientação político-ideológica estabelece o desempenho econômico e produtivo do agronegócio brasileiro nos últimos anos como foco jornalístico. Diários impressos como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e periódicos como a revista *Veja* seguem essa linha editorial.⁸

⁸ Conforme Pena (2005), é a “[...] lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo, ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem”.

De forma recorrente, suas notícias e reportagens se referem a cifras e recordes de produção alcançados e se convertem numa grande participação na geração do Produto Interno Bruto (PIB), bem como no peso dos produtos agropecuários na pauta de exportações brasileiras. Por consequência, o desempenho do setor gera o incremento de saldos positivos na balança comercial e alavanca a elevação do superávit primário. Por outro lado, esses veículos adotam a postura de deslegitimar e condenar as ocupações de terras e prédios públicos, assim como as demais manifestações e estratégias de luta empreendidas pelos movimentos sociais de luta pela terra. Observam-se numerosas notícias e reportagens recorrentes que cobrem e registram depredações, esbulhos e demais transtornos provocados pelos sem-terra no país, em propriedades rurais, prédios públicos, rodovias e demais espaços onde há manifestações e atos políticos. Em geral tais situações são abordadas de modo factual (“fato por ele mesmo”) sem a contextualização necessária. A nosso ver, isso ocorre em razão da intencionalidade adotada por esses veículos jornalísticos. Prova disso é o espaço mínimo dado nos editoriais a pautas e reivindicações dos movimentos sociais e de demais entidades dos trabalhadores rurais, bem como ao contexto político de negociação dos conflitos e impasses, sobretudo no governo federal (MDA e INCRA, órgãos executores). Além disso, os veículos da grande mídia quase nunca enfocam ou divulgam projetos e alternativas concretas desenvolvidos por sem-terra e assentados da reforma agrária (como na educação, produção agrícola sustentável) nem formas de cooperativismo e associativismo ou a dinâmica de incremento e reaquecimento de economias locais provocada pelas áreas reformadas, dentre outras iniciativas e outros resultados que podem ser tidos como positivos não só a comunidades e sujeitos envolvidos (acampados, assentados, pequenos agricultores mais consolidados), mas também ao conjunto da sociedade, nas escalas municipal, regional e nacional.

Outra posição político-ideológica é a da chamada mídia independente, livre ou popular, que reúne grupos de comunicação e jornalismo distintos e opostos ao enquadramento da grande mídia empresarial. São criados por organizações civis — entidades, movimentos sociais, sindicais, organizações não governamentais (ONGs) —, e sua atuação defende a democratização da comunicação e do acesso à informação. Os principais incluem agências de notícias *on-line* (*Radioagência Notícias do Planalto* e *Agência de Notícias Repórter Brasil*), jornais impressos e *on-line* (*Brasil de Fato*, *Correio da Cidadania*) e revista impressa e *on-line* (*Caros Amigos*). A eles se acrescem informes e notícias produzidos e divulgados impressa ou digitalmente por movimentos sociais ou entidades de apoio como MST, CONTAG, CPT, ABRA e outras. Esses veículos privilegiam o papel social e a legitimidade das ações de movimentos e organizações pró-reforma agrária e pró-fortalecimento da agricultura

camponesa/familiar. Outro foco editorial se dedica a criticar e denunciar os efeitos sociais e ambientais da reprodução e expansão do agronegócio, em especial sobre as comunidades rurais, sobre trabalhadores rurais e sobre o meio ambiente. A sustentação dessa segunda posição política entre veículos da imprensa nacional contribui, ainda, para evidenciar projetos e alternativas de desenvolvimento construídas pelas organizações sociais da agricultura camponesa/familiar e sensibilizar a sociedade em geral sobre os graves problemas sociais do campo brasileiro, sobretudo a importância de se concretizar um processo de reforma agrária e fortalecer o modelo socioprodutivo da agricultura camponesa/familiar.

Dito isso, a grande mídia e a mídia independente são atores sociais envolvidos na questão agrária brasileira, sobretudo, porque partilham de uma condição especial na produção de conteúdos simbólicos e políticos propagados à sociedade em geral em forma de notícias, editoriais e outros tipos de texto. Entendemos que a adoção de posicionamentos político-ideológicos pelos veículos jornalísticos não escapa à sua atividade, mesmo que reivindicuem para si a condição de imparcialidade ou distanciamento relativa à realidade aqui examinada: os assuntos agrários. Ora, embates e conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar e sua reprodução no campo social e político surgem em vários momentos no cenário público, como em mobilizações de movimentos sociais ou entidades do patronato rural, em conflitos fundiários (fazendeiros *versus* sem-terra) e em decisões tomadas no âmbito de governo que afetam segmentos sociais do campo. Dada a dimensão dessa luta política, esta penetra no espaço midiático e aí se reproduz, ao despertar uma disputa de conteúdos simbólicos e políticos relativos aos temas agrários entre a chamada grande mídia e a mídia independente. Esse jogo de correlações de forças se mostra desigual porque supõe interesses de grandes grupos econômicos e empresariais (formulando a imagem positiva do modelo agronegócio) e interesses de organizações civis, entidades, movimentos sociais (defendendo o modelo da agricultura camponesa/familiar e da reforma agrária). Tal embate no campo do simbólico mostra forças desiguais caso se considerem o conhecimento que a opinião pública geral tem da mídia independente — a maioria da população desconhece sua existência, pois sua difusão ainda não é abrangente — e o monopólio de audiência e difusão de informações que a grande mídia controla.

Capítulo 2

AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA/FAMILIAR: EMBATES NA ESFERA POLÍTICA NACIONAL

O objetivo desta seção é elucidar o contexto de mediação e de representação de interesses no âmbito político-institucional do Estado, a partir da centralidade alcançada pelos embates entre a agricultura camponesa/familiar e o agronegócio na esfera política nacional, sobretudo no decorrer desta década. Tem-se, portanto, a conformação de um espaço marcado pelo jogo de correlações de forças e pela disputa de projetos político-ideológicos em que ganham contorno as ações e estratégias de organizações civis (entidades de representação, movimentos sociais, patronato rural etc.) e de atores estatais (parlamentares, grupos de parlamentares, dirigentes de governo e demais autoridades políticas), em especial nos poderes Executivo e Legislativo federal. Há de se considerar o contexto em que atores sociais estatais e não estatais acionam e “ocupam” a arena do Estado com base em graus diferentes de motivação e/ou investimento político, a fim de construírem avanços que impliquem sustentação e fortalecimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar como modelos de desenvolvimento. Cabe destacar que, nas duas últimas décadas, a sociedade brasileira viu conformar “um novo ciclo de conflituosidade, que agrega, de um lado, grandes proprietários de terra, empresários do agronegócio e seus porta-vozes e, de outro, trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e seus mediadores” (BRUNO, 2008, p. 83).

2.1 Espaços e territórios em disputa: a arena político-institucional do Estado

Na ótica da geografia, a configuração desses espaços e territórios é bastante significativa, sobretudo à luz de abordagens teóricas que dão relevo ao território com base em sua dimensão política, ou seja, ao traduzir-se em relações de poder, domínio, apropriação e controle territorial (HAESBAERT, 2006; 2004; RAFFESTIN, 1993). Assim, ao discutir a relação entre *política* — expressão e modo de controle dos conflitos sociais — e *território* — base material e simbólica da sociedade —, Castro (2005, p. 41) afirma que

[...] as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, de modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica.

Se assim o for, as arenas políticas do Poder Executivo Federal e do Congresso Nacional são espaços ocupados e disputados por grupos e classes sociais distintos com projetos políticos e valores ideológicos divergentes, que se confrontam no campo político-institucional e, por consequência, definem espaços e territórios de atuação política e conflitualidades no Estado. Sociedade civil, frentes parlamentares, dirigentes de governo e outros atores sociais podem disputar, por exemplo, o direcionamento de políticas públicas à agricultura (investimentos, créditos, modelo produtivo, políticas de acesso a terra e ordenamento fundiário etc.) ou a elaboração e o aperfeiçoamento da legislação que rege a realidade, os interesses e as demandas dos produtores agrícolas e de outros segmentos sociais do campo, dentre outros temas que surgem na agenda política.

Assim, nas questões agrárias e agrícolas, observam-se ações políticas de certos segmentos da sociedade civil dirigidas a instâncias de decisão do Estado, especialmente o governo federal. Elas incluem, por exemplo, manifestações de movimentos sociais ou de entidades do patronato rural (“Grito da terra”, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG; “Tratoração”, da Confederação da Agricultura e Pecuária/CNA), cujo objetivo é cobrar soluções para suas demandas e reivindicações. Além de manifestações massivas em locais públicos, podem se materializar noutras estratégias que buscam interlocução e negociação mais próximas do Executivo e Legislativo federais, a exemplo de audiências públicas, reuniões, grupos de trabalho e rodadas de negociações com presidente da República (FIG. 3), ministros de Estado, presidentes da Câmara, do Senado e diretores de órgãos da administração federal indireta, dentre os quais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e outros.

Assim, no domínio da sociedade civil e na arena político-institucional do Estado, atores sociais distintos, por vezes antagônicos, reivindicam projetos e demandas, o que faz do território arena de interesses de tipos diferentes de atores sociais (CASTRO, 2005). Na política, eles interagem, negociam, manifestam, reclamam direitos, fazem proposições para definir o que Castro (2005, p. 14) denomina “espaços políticos”, como aqueles dos conflitos e confrontos inerentes à convivência com os diferentes e da negociação, da cooperação, dos acordos.



FIGURA 3 – Reunião de entrega da pauta de reivindicações da CONTAG durante o “Grito da terra Brasil” — 2008
Fonte: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/CONTAG, 2008, p. 5.

2.1.1 Poder Executivo e os embates em torno de políticas agrícolas e agrárias

O Poder Executivo e seus organismos constitutivos (presidência da República, ministérios, órgãos e entidades da administração indireta, dentre outros) configuram um espaço de mediação e representação de interesses, demandas e valores político-ideológicos distintos e conflituosos. Na questão agrária, o governo federal tem de lidar permanentemente com embates e confrontos entre classes e segmentos sociais divergentes, o que o deixa essencialmente na condição de espaço política nos termos de Castro (2005), ou seja, espaço do conflito e do confronto entre diferentes, mas igualmente da negociação, da cooperação e dos acordos. Seus espaços de formulação e decisão política são “ocupados” e disputados por projetos políticos divergentes e — dentro da problemática que nos orienta — por quem busca fortalecer e fazer avançar o modelo do agronegócio e quem defende agricultura camponesa/familiar como alternativa de desenvolvimento do campo. Convém dizer que não

entra em análise neste momento o contexto de correlações de forças políticas (também econômicas e sociais) que leva um projeto ou outro a terem mais “peso político” ou mais condições de avançar em dada gestão do governo federal que se queira examinar, sobretudo a partir dos anos de 1990.

Quanto às ações e aos programas relativos a políticas agrícolas e agrárias encaminhadas pelo Executivo, à medida que se nota a existência de espaços distintos de formulação/execução política voltados a públicos e segmentos sociais distintos da agricultura e que apóiam modelos de desenvolvimento diferentes, ou melhor, antagônicos, divergentes (agricultura camponesa/familiar e agronegócio), nota-se como se definem alguns territórios políticos.

A esfera político-institucional inclui tanto o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e entidades vinculadas — CONAB e EMBRAPA, por exemplo — como território principal de formulação/execução de políticas do agronegócio, quanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), seus órgãos, suas secretarias e uma entidade vinculada — o INCRA — como território de formulação/execução de políticas da agricultura camponesa/familiar.

O MAPA planeja e executa ações e programas essencialmente para reprodução do modelo econômico-produtivo do agronegócio, da agricultura capitalista. De um conjunto amplo de ações institucionais empreendidas, destacam-se: política agrícola, produção e fomento agropecuário, políticas de mercado, comercialização e abastecimento, pesquisa tecnológica em agricultura e pecuária, políticas relativas ao fomento de *commodities* agrícolas como café, açúcar, álcool e soja, e a condução de negociações agrícolas em âmbito internacional (BRASIL, 2005b). Embora figurem como políticas abrangentes de fomento agropecuário, as quais convergiriam aos diversos segmentos socioeconômicos da agricultura (pequenos, médios, grandes produtores, capitalizados, não capitalizados), como se deduz ao se observarem as atribuições do ministério, o que se vê concretamente é uma gestão estratégica voltada aos segmentos mais viabilizados do ponto de vista econômico e produtivo, sobretudo produtos agrícolas de potencial maior de mercado, com destaque para *commodities* agrícolas para exportação.

O MDA planeja e executa ações voltadas aos segmentos socioprodutivos da agricultura familiar/camponesa (agricultores, assentados, comunidades rurais, populações tradicionais). Como consta sua estrutura regimental atual, regulamentada pelo decreto 5.033 de 2004 (BRASIL, 2004), o MDA cuida destas áreas: reforma agrária, promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e identificação,

delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas. Essas áreas de competência se desdobram em ações mais direcionadas em secretarias e departamentos do ministério, assim como no INCRA, as quais abrangem programas e políticas públicas de acesso à terra (assentamentos rurais, crédito fundiário e regularização fundiária), financiamento e proteção da produção, assistência técnica e extensão rural, educação do campo, cooperativismo e projetos de desenvolvimento territorial rural (BRASIL, 2004).⁹

Portanto, é essencial destacar que o território da agricultura camponesa/familiar na esfera político-institucional do Executivo — compreendido como espaço de formulação/execução política — é permanentemente (re)definido, disputado e negociado pelos atores sociais envolvidos na questão agrária, sobretudo os estatais (dirigentes do Poder Executivo, segmentos parlamentares) e a sociedade civil organizada — movimentos sociais de luta pela terra, organizações representativas de trabalhadores rurais, entidades de assessoria e apoio à reforma agrária. Em outras palavras, a natureza da ação governamental, que supõe tomada de posições e deliberação política pelo próprio Poder Executivo, tem de ser compreendida num campo de conflitos e disputas de posições e projetos na arena político-institucional do Estado; ela se efetiva como reflexo da correlação de forças políticas, econômicas e sociais no âmbito geral da sociedade, resultando em conjunturas mais e menos favoráveis à concretização das ações de governo.

Esse contexto estabelece as condições para condução de políticas referentes aos temas agrários e agrícolas e de outras demandas de interesse coletivo às quais se espera que haja iniciativas do Estado brasileiro, tais como saúde, educação, reforma urbana, emprego e renda. Esse cenário se revela, por exemplo, em momentos de mobilização em que a sociedade civil organizada (movimentos sociais e entidades) reivindica o fortalecimento do território da agricultura familiar/camponesa no Estado. Isso ocorreu no contexto da “Marcha nacional pela reforma agrária”, organizada pelo MST em maio de 2005. Uma das estratégias centrais do movimento foi sensibilizar o governo federal (no primeiro mandato de Lula) quanto ao cumprimento das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado pelo governo à sociedade brasileira em novembro de 2003. O documento entregue pelos representantes da manifestação às autoridades estatais destaca reivindicações voltadas ao fortalecimento do MDA e do INCRA, órgãos governamentais executores:

⁹ Neste momento não iremos discutir o resultado e eficácia dessas ações empreendidas pelo MDA e INCRA, no que concerne ao cumprimento das demandas de seu público-alvo e as metas definidas enquanto agenda de governo.

Os pontos apresentados no documento se referem ao fortalecimento do Incra e à situação dos acampamentos e assentamentos, sendo que o descontingenciamento dos recursos para a Reforma Agrária foi a questão mais enfatizada durante a reunião. “Nós não aceitamos que os 2 bilhões de reais da Reforma Agrária vão pagar juros da dívida brasileira”, disse Fátima Ribeiro, da direção nacional do MST. A verba se refere ao corte no orçamento destinado ao Ministério para gastos deste ano [2005]. Desse montante, somente 400 milhões foram devolvidos, sendo que a liberação efetiva do recurso se limitou a 250 milhões até agora. Com isso, a meta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de assentar 400 mil famílias Sem Terra até o fim de 2006 fica inviabilizada. Com relação à reestruturação do Incra, os Sem Terra reivindicam a vinculação do órgão à Presidência da República, além da contratação de novos servidores. Para Egidio Brunetto, da direção nacional do MST, durante o governo FHC o órgão foi sucateado e o novo governo tem a obrigação de fortalecê-lo novamente. “Passamos dois anos e meio de mandato [do governo Lula] e o Incra está quase igual. Tem estado que tem um agrônomo para fazer vistoria”, denuncia Brunetto. (MST, 2005, s. p.).

Longe de se enquadrarem apenas como “público-alvo” de ações governamentais pela inserção em programas e políticas públicas, em especial àqueles voltados ao desenvolvimento rural, os movimentos sociais, as entidades e as associações, nos últimos anos, têm protagonizado embates, enfrentamentos e provocado a abertura de espaços de interlocução e negociação em arenas de decisão do Estado, sobretudo o Executivo federal, em busca de fortalecimento e avanço no território político da agricultura camponesa/familiar. Para isso, recorrem a uma estratégia central: as formas de luta e mobilização massiva — a exemplo de ocupações de terras e manifestações em locais públicos — e a construção de alianças estratégicas com outros atores sociais — entidades da igreja católica, setores engajados do meio acadêmico e representantes da esfera político-partidária que defendem posições e projetos políticos pró-agricultura camponesa/familiar e pró-reforma agrária. Esses esforços convergem para a conquista e ampliação de seus direitos no poder público, refletindo a dinâmica de *invenção política* que a sociedade civil traz à tona, como afirmam Paoli e Telis (2000, p. 116):

A questão diz respeito às possibilidades da construção, entre Estado e sociedade, de arenas públicas que dêem visibilidade aos conflitos e ressonância às demandas sociais, permitindo, no cruzamento das razões e valores que conferem validade aos interesses envolvidos, a construção de parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos.

Entretanto, é preciso ressaltar a configuração desses territórios, pois apontamos um quadro genérico que, neste momento, não pretende adentrar as nuances e particularidades de ações e decisões encaminhadas por esses ministérios e órgãos, que tratam das demandas e políticas para o agronegócio e a agricultura camponesa/familiar. Caso o propósito fosse aprofundar nesse “mapeamento” de posições, interesses e projetos políticos levados a efeito

na arena político-institucional do Executivo, registraríamos também outros cenários. Por isso, em momentos e situações da luta política, os interesses e as demandas do agronegócio podem se inserir nos territórios políticos (institucionais) da agricultura camponesa/familiar — neste caso, MDA e INCRA.

Isso ocorreu, por exemplo, num período recente (2007–8). Trata-se da mobilização política conduzida por parlamentares da bancada ruralista no Congresso Nacional a fim de suspender a aplicação do decreto 4.887/2003, que fixa procedimentos legais e administrativos que o Poder Executivo federal adota via MDA/INCRA para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular terras de comunidades de remanescentes de quilombos — agricultores camponeses de origem étnica negra. Essa ação política foi levada a cabo numa ofensiva ruralista para barrar os processos de regularização de territórios quilombolas em curso, que vinham requerendo desapropriação de propriedades rurais em várias regiões do país em favor dos direitos das comunidades remanescentes de quilombos que tradicionalmente ocupavam tais terras.

Noutro cenário, ocorre o inverso, ou seja, interesses e demandas da agricultura camponesa/familiar adentram os territórios políticos (institucionais) do agronegócio, nesse caso, no Ministério da Agricultura. Essa situação ocorre, por exemplo, através da posição política que movimentos sociais e demais entidades de apoio à reforma agrária e agricultura familiar demarcam para que órgãos como CONAB e EMBRAPA se aproximem mais das demandas dos pequenos agricultores e assentados mediante ações e programas governamentais que se voltem à produção, comercialização, pesquisa agropecuária, segurança alimentar, dentre outros pontos. Nessa lógica, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),¹⁰ do governo federal, sinaliza um campo de disputas porque é executado pela CONAB/MAPA, território político do agronegócio; mas tem de dialogar e atender o público da agricultura familiar, que fornece “matéria-prima” — produtos agrícolas — ao programa, como também é quem defende e reivindica o fortalecimento e a consolidação dessa política pública no governo federal. Entidades como CONTAG e Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) destacam a importância do PAA e a necessidades de haver avanços no programa. Em relatório que analisa e indica propostas estratégicas de enfrentamento do problema agrário brasileiro, a ABRA (2007, p. 35; grifo nosso) assinala a necessidade de

¹⁰ “O Programa de Aquisição de Alimentos — PAA — é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturais do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).” (BRASIL, 2009c).

[...] garantias mínimas à comercialização da produção oriunda dos assentamentos, no nível dos preços institucionais da política agrária, de maneira a assegurar a realização dessa produção em pólos institucionais de demanda. *Isto implica reforço às iniciativas que deram origem ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar [PAA]*, instituído no início do governo Lula.

Em sua pauta do “Grito da terra Brasil — 2008”, a CONTAG propõe ao governo federal ações para fortalecer o PAA: aplicar R\$ 1,2 bilhão na safra 2008–09; ampliar os tetos de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil por beneficiário; sancionar a lei que isenta os beneficiários de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos produtos comercializados no âmbito do PAA; excluir de licitações a compra direta de produtos da agricultura familiar para merenda escolar.

2.1.2 Espaço político do Congresso Nacional

Outra arena de embate, organizada institucionalmente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o Congresso Nacional figura como *espaço político* por excelência, pois os parlamentares — representantes políticos — levam para seu interior interesses e demandas de segmentos e grupos sociais diversos, não raro antagônicos e conflituosos. Eles se mobilizam no plenário dessas duas casas legislativas e nas diversas comissões parlamentares mediante articulações, discursos em plenário, voto parlamentar e demais proposições políticas, com destaque aos projetos de lei. Sobre a dinâmica de funcionamento das comissões parlamentares, atentemo-nos a esta explicação:

O Congresso Nacional é composto de duas Casas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Cada uma dessas Casas possui Comissões Parlamentares, Permanentes ou Temporárias, com funções legislativas e fiscalizadoras, na forma definida na Constituição Federal e nos seus Regimentos Internos. No cumprimento dessas duas funções básicas, de elaboração das leis e de acompanhamento das ações administrativas, no âmbito do Poder Executivo, as Comissões promovem, também, debates e discussões com a participação da sociedade em geral, sobre todos os temas ou assuntos de seu interesse. É também no âmbito das comissões que se apresentam e se estudam todos os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto. Nas Comissões se possibilita que esses aspectos sofram ampla discussão e haja mais liberdade para expressão das opiniões e formação do consenso que, emitido sob a forma de parecer da Comissão, irá orientar o Plenário na apreciação da matéria. (BRASIL, 2009b).

O espaço político do Congresso abriga ainda a sociedade civil organizada nos momentos em que a esta cabe participar politicamente, como nas audiências públicas feitas por comissões parlamentares da Câmara e do Senado. Para estas são convidados representantes de entidades, movimentos sociais, segmentos do empresariado, do meio técnico e acadêmico, a quem se expõem relatos, posições

políticas, cenários e conjunturas sobre dada questão de interesse coletivo que possam servir de subsídio ao trabalho legislativo. A atuação da sociedade civil vem sensibilizar e interagir com parlamentares e grupos políticos (partidos, bancadas partidárias) mais identificados e sensíveis as suas “causas” e reivindicações. Outras motivações para sua presença são a denúncia e a busca de apoio político, contra projetos de lei e demais medidas que tramitam no Legislativo suscetíveis de afetar a realidade econômica, social e cultural de dado setor da sociedade ou, que por outro lado, represente benefícios e conquistas.

Conforme Bonelli (2005, p. 9), o Congresso assume dois papéis principais frente à temática do desenvolvimento rural, ambos de impacto na sociedade brasileira em geral.

[...] um deles é a sua participação no debate público sobre essa temática, como âmbito principal da discussão normativa, por meio de propostas de mudanças constitucionais, na legislação ordinária e na complementar. Outro é o poder de determinação que exerce o Congresso, por meio de projetos e propostas políticas que podem transformar-se em determinações de governo na forma de leis, leis complementares e emendas à Constituição.

As decisões encaminhadas nesse espaço político podem alcançar uma gama de atores sociais, particularmente em duas esferas: uma, o governo federal — ambiente de formulação e execução de políticas agrícolas e agrárias, pois o parlamento pode contribuir para a ação governamental e/ou dificultá-la; outra, as decisões do parlamento — uma vez transformadas em leis, atingem a vida e o cotidiano do público-alvo a que esses atos normativos se direcionam, em especial os produtores rurais e demais agentes da atividade agropecuária/agroindustrial nas etapas de produção, processamento e comercialização, por exemplo.

Numa linha de intervenção política dedicada mais à realidade agrária, as proposições legislativas se voltam à reforma agrária, aos assentamentos rurais, às ocupações de terras, às desapropriações de imóveis rurais, aos índices de produtividade da agropecuária e ao trabalho escravo e infantil (BONELLI, 2005). Cabe dizer, é comum um mesmo tema (alvo de proposições legislativas) abrigar posicionamentos e propostas divergentes, demarcando territórios políticos na arena do Congresso, ao por em lados opostos, por exemplo, as proposições dos ruralistas e de parlamentares que defendem a reforma agrária e a agricultura familiar/camponesa.

Eis o ambiente, de embates e enfrentamentos, onde transitam as propostas que buscam definir um marco normativo para se tratar de questões como atualização dos índices de produtividade da agropecuária, ocupações de terra, trabalho escravo no campo e outros assuntos que surgem ou são recolocados na agenda política, revelando os contornos da questão agrária na arena político-institucional do Estado brasileiro na década atual.

Além dos plenários da Câmara e do Senado, a agenda de debates e deliberação política dos temas agrários e agrícolas no Congresso ocupa a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal (CRA) e suas subcomissões. Em momentos diferentes do cotidiano parlamentar, surgem comissões temporárias¹¹ — comissões especiais, comissões externas, comissões parlamentares de inquérito —, que podem ser criadas para tratar de demandas mais específicas a serem deliberadas ou de certos assuntos que ganham relevância na sociedade. Ainda há outras comissões permanentes relativas a questões de natureza agrícola e/ou agrária nas quais também se debate e tramitam proposições legislativas, como a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara (CMADS). Eis algumas delas:

- Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo — criada em março de 2007, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal — e Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil — criada no fim de 2007, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Ambas objetivam sensibilizar o Congresso e debater, acompanhar e acelerar a aprovação de medidas políticas em prol da repressão e erradicação do trabalho escravo no campo, a exemplo dos esforços para aprovar a PEC 438/2001, que aguarda votação em segundo turno na Câmara dos Deputados, após ter sido aprovada no Senado Federal, em 2003.¹² Esse assunto tem sido alvo de embates políticos e disputas no parlamento na conjuntura recente (década de 2000);

¹¹ Comissões temporárias são órgãos técnicos, criados pelo Presidente da Câmara. Todas elas se extinguem ao final das legislaturas em que são criadas, ou quando atingem a sua finalidade, ou ainda quando o prazo fixado para a sua duração é expirado (BRASIL, 2009a).

¹² Os embates políticos em torno da erradicação do trabalho escravo no campo e da tramitação no Congresso Nacional da PEC 438/2001 — que propõe o confisco de terras onde for encontrado trabalho escravo — serão tratados mais adiante.

- Comissão Especial de Biossegurança — criada em novembro de 2003, na Câmara dos Deputados, funcionou até março de 2005, com a finalidade de dar um parecer sobre o projeto de lei 2.401 de 2003, enviado pelo governo Lula ao Congresso e que dispôs sobre estabelecimento de normas de segurança e mecanismos de fiscalização para atividades que envolvam pesquisa, plantio, comercialização e consumo, dentre outras, de organismos geneticamente modificados (OGM);
- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPMI da Terra) — criada em dezembro de 2003, funcionou até novembro de 2005. Seu objetivo central foi “[...] realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras (MELO, 2006, p. 22). Esse espaço político foi palco de embates intensos entre segmentos da bancada ruralista e parlamentares que defendem a reforma agrária e a agricultura camponesa/familiar, em especial aqueles vinculados ao Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores. Os encaminhamentos dessa CPMI foram marcados por ataques e investidas político-ideológicos, dos representantes da bancada ruralista no que se refere a atuação de movimentos sociais rurais (especialmente o MST), ações de reforma agrária do governo federal, violência no campo e outros assuntos e demandas associados com a realidade agrária no país.¹³

O fluxograma (FIG. 4) a seguir oferece outra forma de se visualizar a organização do espaço político do Congresso, em particular a Câmara dos Deputados, relativamente aos ambientes onde são tratadas as questões agrárias/agrícolas e aos atores políticos que acionam essa arena. Porém, ele descreve só os espaços da Câmara mencionados há pouco — plenário e algumas comissões permanentes e temporárias — e os atores do Estado e da sociedade civil que intervêm nas demandas agrárias e agrícolas.

¹³ Para mais informações sobre a CPMI da Terra, consultar o artigo “O parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra” (SAUER; SOUZA; TUBINO, 2006) e o livro *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*, organizado por Melo (2006).

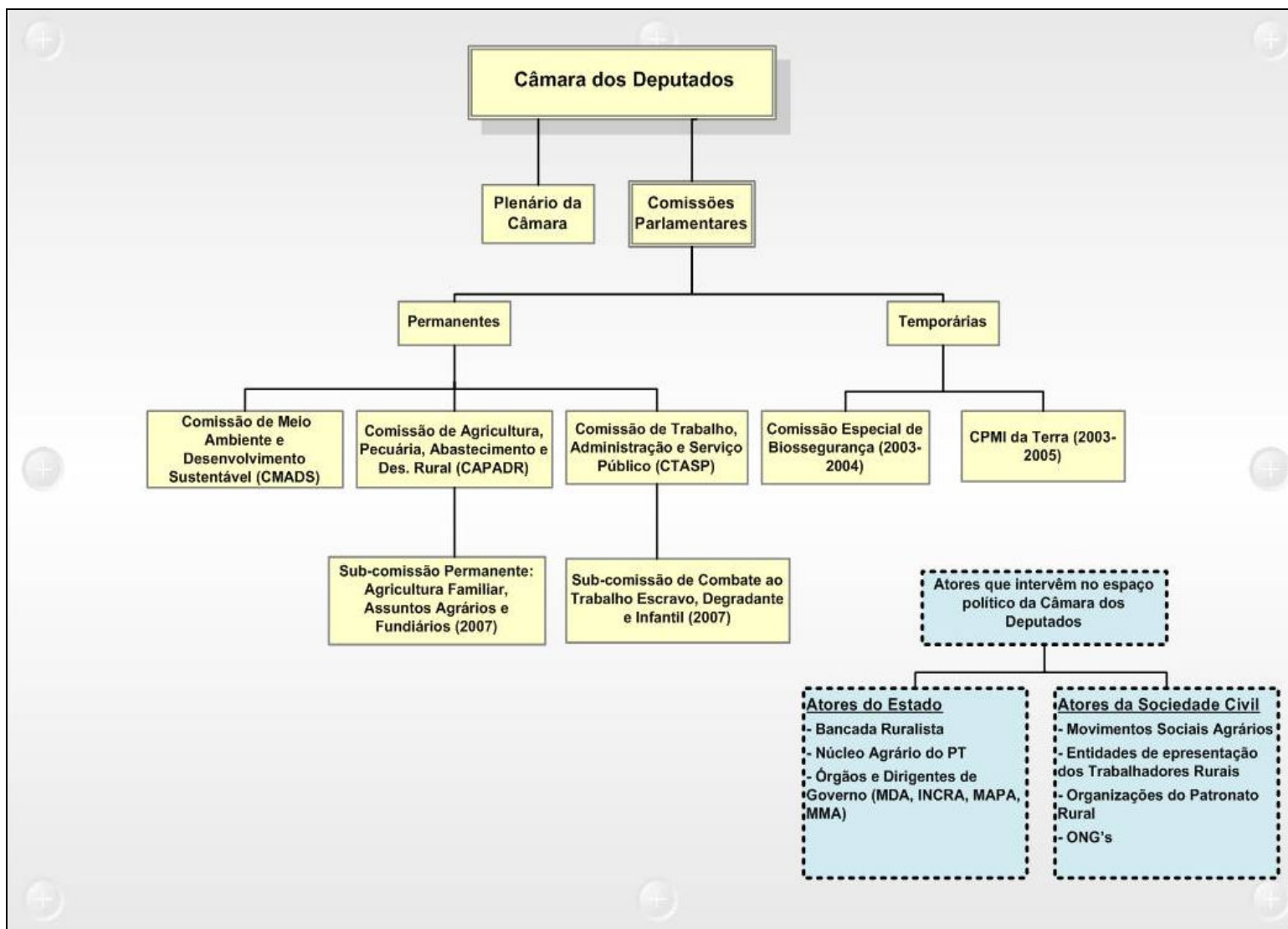


FIGURA 4 – O espaço político do Congresso Nacional e os temas agrários e agrícolas

A criação dessas instâncias políticas (subcomissões, comissões especiais e outras) na Câmara e no Senado evidencia a inserção de alguns assuntos associados com a realidade agrária e agrícola no parlamento. Essa dinâmica se vincula à mobilização e aos enfrentamentos protagonizados por atores sociais diversos mediante demandas que vão sendo pautadas. Elas passam a ocupar o debate público e, por consequência, ganham espaço na agenda política do Estado. É resultado da iniciativa de agentes políticos (parlamentares, blocos partidários e suprapartidários, dirigentes de governo), organizações da sociedade civil (movimentos sociais, organizações não governamentais/ONGs, entidades patronais, associações que representam interesses empresariais do agronegócio, organizações de agricultores camponeses/familiares), instâncias públicas (ministérios, órgãos da administração indireta, instituições de ensino e pesquisa, Ministério Público Federal e outros), meios de comunicação de massa (grande mídia em especial e mídia independente).

Dos assuntos agrários pautados na agenda de deliberação do Estado recentemente, um deles se refere aos embates em torno da regulamentação dos organismos transgênicos. Em meados de 2003, criou-se a Comissão Especial de Biossegurança da Câmara dos Deputados, mencionada há pouco e se tornou palco de debates intensos e da afirmação de posições. Sobre os transgênicos, Bruno (2008) assinala a conformação de um campo de conflitos polarizado entre setores do patronato rural e movimentos de luta pela terra, envolvendo ainda outros atores sociais.

[...] várias entidades da sociedade civil, instituições públicas e “experts” se alinham quer aos trabalhadores, quer aos empresários, muitas vezes orientando o debate potencializador das pressões e das disputas. Nesse sentido, relatórios são elaborados, referendos são escritos e comunidades científicas internacionais são interpeladas. Dentre os adversários e aliados destacam-se, no campo patronal, o Projeto Pensa de Agronegócio da Universidade de São Paulo (USP) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Do lado dos trabalhadores rurais sem-terra e agricultores familiares, a Via Campesina e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (BRUNO, 2008, p. 91).

A interlocução dessas instâncias parlamentares — comissões e subcomissões parlamentares — com setores da sociedade civil e demais instituições públicas como o Executivo e Judiciário merece reflexão. Ela ocorre, por exemplo, na Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal, dentro das estratégias e alianças construídas em prol da conquista de avanços à erradicação do trabalho escravo.

Em junho de 2008, houve o lançamento da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Compõem o grupo, a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a *Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado*; a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Degradante e Infantil da Câmara dos Deputados; a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Ministério Público do Trabalho; a Procuradoria Geral do Trabalho; a Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Comissão Pastoral da Terra e outras entidades, como sindicatos e organizações não-governamentais. A Frente coordena a campanha que visa recolher um milhão de assinaturas em todo o Brasil para pedir à Câmara dos Deputados a aprovação, em segundo turno, da PEC 438/01. Em março de 2008, foi realizado ato público nacional contra o trabalho análogo ao escravo e pela aprovação da PEC 438/01. A manifestação foi realizada em frente ao Congresso Nacional e reuniu mais de mil pessoas [FIGs. 5 e 6], com representantes de 26 entidades, entre elas a OIT, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Via Campesina. A *Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo*, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, participará do Fórum Social Mundial, que começa nesta terça-feira (27) [janeiro de 2009], em Belém (PA). Ela atuará em dois eventos: uma oficina de debates sobre o tema, que contará com a presença de representantes de entidades de diferentes países, e uma marcha organizada pela Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo para denunciar a existência de tal prática e colher assinaturas pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 438/01. Essa PEC prevê a expropriação de terra para fins de reforma agrária onde houver exploração do trabalho escravo. (BRASIL, 2009d; grifo nosso)

Convém salientar a participação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado Federal em espaços de mobilização como a Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (2008) na qualidade de integrante desse grupo, assim como no Fórum Social Mundial (2009), em que participou de uma oficina de debates e de uma marcha em Belém (PA).

Essas ações mostram o envolvimento de setores do parlamento, órgãos e instituições do Poder Executivo, ao lado de organizações da sociedade civil (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, Comissão Pastoral da Terra/CPT, Via Campesina e outras), com a luta pela aprovação de medidas políticas que buscam reprimir e erradicar o trabalho escravo no Brasil, sobretudo no meio rural. Além disso, sinalizam ao enfrentamento do território político do agronegócio em espaços de decisão do Estado, em especial no Congresso Nacional, pois a bancada ruralista — seu representante — é contrária e resiste às iniciativas de tal natureza.



FIGURA 5 – Ato nacional pela aprovação da PEC 438 — 12 de março de 2008
Fonte: REPÓRTER BRASIL, 2008.



FIGURA 6 – Manifestação pelo fim do trabalho escravo no Brasil e aprovação da PEC 438, em dia 12 de março de 2008
Fonte: REPÓRTER BRASIL, 2008.

2.1.3 Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados

No percurso de elucidar a mediação e representação de interesses acerca de demandas agrárias e agrícolas no âmbito político-institucional do Estado e, mais especificamente, no Congresso Nacional, um entre os vários espaços políticos mencionados antes se destaca como “lócus” de análise das conflitualidades entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar e os atores políticos que os representam: trata-se da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR). Isso ocorre em função dos temas discutidos no âmbito dessa comissão temática, que por vezes são de visibilidade política e alcançam o debate público nacional (um exemplo é a renegociação das dívidas dos produtores agrícolas do país), assim como pelos embates e pelas disputas travados nesse espaço entre diferentes atores, sejam estatais (parlamentares, bancadas suprapartidárias, dirigentes de governo, representantes do Poder Judiciário etc.) ou da sociedade civil (patronato rural, segmentos da agroindústria, organizações camponesas, ambientalistas e membros da comunidade acadêmica, ONGs).

Conforme o regimento interno da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1989), à CAPADR cabe tratar da política agrícola e dos demais assuntos atinentes à agricultura e pesca profissional, dentre os quais: as condições sociais no meio rural; os estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas; a política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários, marinhos e da aquicultura; e a vigilância e defesa sanitária animal e vegetal. Outra área de atuação inclui política fundiária, reforma agrária, justiça agrária e o direito agrário, em que se destacam o uso ou posse temporária da terra e contratos agrários, a colonização oficial e particular e a alienação e concessão de terras públicas.

Uma atividade das comissões parlamentares são as audiências públicas: espaços de debates e aproximação entre sociedade civil e parlamentares que visa contribuir para o cumprimento da função do Poder Legislativo na elaboração de leis e no acompanhamento de ações do Poder Executivo. Na CAPADR observa-se uma participação expressiva da sociedade civil em suas audiências públicas,¹⁴ que abarca, sobretudo, entidades do patronato rural (CNA, Organização das Cooperativas Brasileiras OCB, Sociedade Rural Brasileira/SRB, Associação Brasileira do Agronegócio/ABAG e outras), associações empresariais da agroindústria (setor sucroalcooleiro, sojicultura, cafeicultura, pecuária bovina e outras), sindicatos, organizações de agricultores

¹⁴ Para consultar as notas taquigráficas (registro textual) das audiências públicas, acessar o endereço eletrônico: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/capadr/notastaq>

camponeses e familiares (CONTAG, Via Campesina e outras) e entidades ambientalistas. Para participarem das audiências públicas na qualidade de expositores, os representantes têm de ser convidados pelos membros titulares da CAPADR que pediram a realização da audiência, mediante requerimento a ser aprovado pelos membros da comissão parlamentar.

Entretanto, a participação de organizações da sociedade civil representantes do agronegócio e a participação dos representantes da agricultura camponesa/familiar nessas audiências públicas entre 2005 e 2008 foram desiguais. Para quantificar essa presença, acessamos os relatórios anuais de atividades dessa comissão temática, disponíveis no *website* da CAPADR, que relacionam os participantes de todas as audiências públicas nos últimos anos. De início, constatamos um número alto e uma diversidade de organizações civis, abrangendo segmentos como empresariado, movimentos sociais, setor patronal, meio técnico-científico e outros. Sobre a escala de atuação, verificamos entidades em todos os níveis de atuação — municipal, regional, estadual e nacional.

Feito isso, realizamos um recorte de análise para cumprir os objetivos desta pesquisa. Decidimos contabilizar as organizações atuantes em escala nacional e registrar em gráfico só as três com maior número de ocorrências, ou seja, as que mais participam do espaço da CAPADR — no caso tanto do agronegócio quanto da agricultura camponesa/familiar (três entidades de cada modelo). No caso do agronegócio, definimos que entrariam no levantamento particularmente as organizações que representam demandas e interesses de segmentos sociais identificados com a posse/propriedade da terra — grandes produtores e/ou proprietários, empresários rurais e agropecuaristas (CNA, OCB, UDR, ABAG, SRB). Não foram consideradas, portanto, outras etapas do sistema do agronegócio, como comercialização e industrialização na pré ou pós-produção que, também, contam com agentes e associações representativas de seus interesses.¹⁵

Para a agricultura camponesa/familiar, o recorte abrangeu movimentos sociais, organizações sindicais de trabalhadores da agricultura e entidades de assessoria e apoio. A contagem considerou o número de vezes que cada organização civil participou como convidada-expositora das 94 audiências públicas promovidas pela CAPADR entre 2005 e 2008 (100%). Caso houvesse participação de mais de um representante da mesma organização em alguma audiência, ela seria contabilizada uma vez só. O gráfico a seguir evidencia essa situação.

¹⁵ Embora não conste no levantamento, a presença de associações que representam interesses comerciais e industriais do agronegócio nas audiências da CAPADR é recorrente; dentre elas, estão: Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal; Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA); Associação Brasileira das Indústrias do Milho (ABIMILHO) e Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

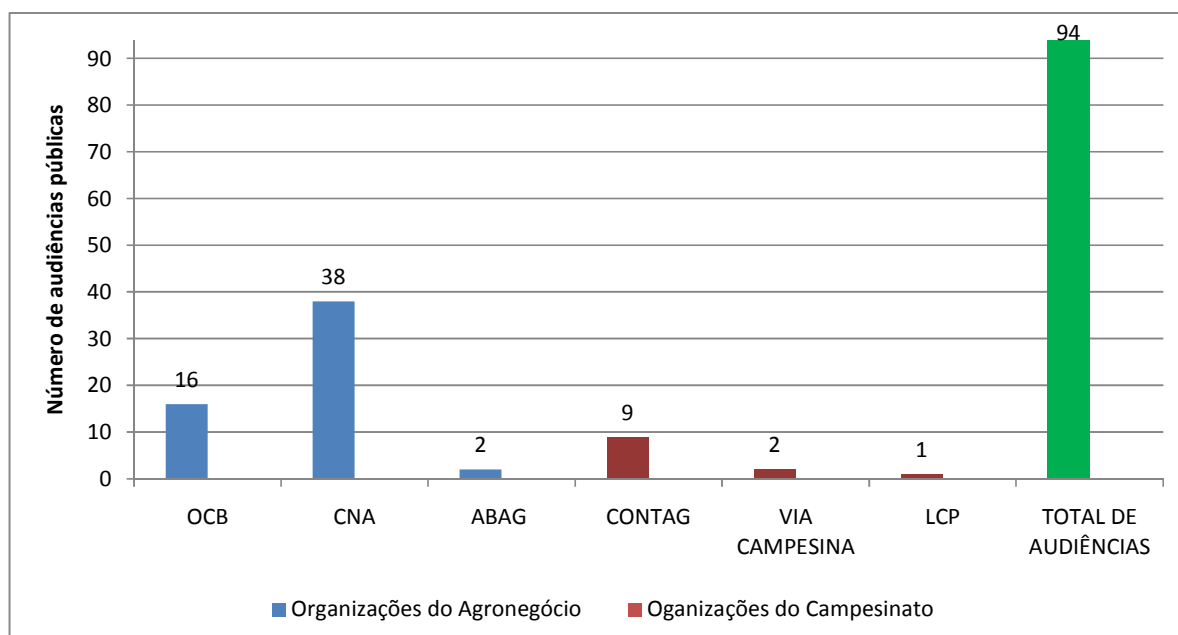


GRÁFICO 1 – Participação de organizações civis do Agronegócio e do Camponato nas audiências públicas da CAPADR (2005–8)

Fonte: BRASIL, 2009a.

De imediato, destacamos as organizações civis mais presentes nas audiências públicas: CNA, OCB e ABAG, representando o agronegócio; CONTAG, Via Campesina e Liga dos Camponeses Pobres (LCP), representando a agricultura camponesa/familiar. Em seguida, notamos uma presença superior dos representantes do agronegócio à dos representantes da agricultura camponesa/familiar: 56 ocorrências ante 12, respectivamente. Das organizações da agricultura camponesa/familiar, a mais participativa das audiências públicas promovidas pela CAPADR e de outros fóruns de debates e negociação no Congresso Nacional quando se trata de temas agrários e agrícolas é a CONTAG; dentre outras razões, isso ocorre graças à disposição e maior abertura ao diálogo e à negociação, o que contribui para sua aceitação em espaços políticos estatais como a CAPADR. Organizações com discurso e postura mais aguerridos na cena pública nacional, de enfrentamento aberto ao modelo do agronegócio — como a Via Campesina —, tiveram presença pouco expressiva: duas ocorrências. No caso do MST, organização de luta pela terra de maior expressão no país, com ações políticas também voltadas ao confronto com o modelo do agronegócio, não houve nenhuma ocorrência de participação nas audiências no período analisado.

Essa situação evidencia o controle político (territorial portanto) de certos atores sobre a arena do parlamento, a CAPADR e a agenda de deliberação política referente a demandas

agrárias e agrícolas no âmbito do Estado. Caso notório é o da bancada ruralista, que na legislatura parlamentar 2007–11 reúne muitos integrantes na Frente Parlamentar da Agropecuária — suprapartidária. Esse segmento tem como estratégia central propor uma pauta legislativa extensa e a mobilização em prol de sua aprovação nas comissões temáticas e em plenário. Logo, a CAPADR surge como um território político central para os ruralistas nas estruturas de poder do Estado; dela partem numerosas formulações e deliberações, materializadas em projetos de lei e demais proposições políticas para suprir interesses e demandas de segmentos produtores, empresariais e entidades representativas do agronegócio.

Consideramos que a participação predominante das entidades do agronegócio nas audiências públicas reflete a proximidade e a articulação estreita desse setor com o espaço político da CAPADR nos últimos anos. A razão para isso é que o setor do agronegócio conta com expressiva representação política no Congresso Nacional, materializada pela atuação da bancada ruralista nos últimos 20 anos. Na CAPADR, não é diferente, pois a presença desse segmento parlamentar nessa instância é majoritária, assim como é grande o controle político que exerce. No caso das audiências públicas, a bancada ruralista domina a pauta de temas a serem debatidos e define os convidados a exporem e debaterem. Eis por que se constata a predominância de entidades representativas do agronegócio — como a CNA e OCB — e a presença pouco expressiva de organizações da agricultura camponesa/familiar e de trabalhadores rurais, nos momentos em que a sociedade civil é convocada a participar.

Nesse contexto, dois grupos políticos têm se destacado nos últimos anos no parlamento brasileiro no que se refere à atuação política em torno das demandas agrícolas e agrárias. Eles representam os interesses e projetos de classes sociais distintas do agro brasileiro, demarcam posições político-ideológicas divergentes e se apresentam em vários momentos como adversários na arena do parlamento. Trata-se da já mencionada bancada ruralista — representante das classes dominantes agrárias — e do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores (PT), segmento parlamentar que se organiza no período pós-constituente de 1988 e passa a defender reivindicações, demandas e propostas que dialogam com interesses de organizações camponesas, da agricultura familiar, dos trabalhadores rurais e demais povos do campo, sendo que vários integrantes que atuam ou atuaram como parlamentares nessa agremiação são oriundos dessas organizações civis ou bastante próximos a elas.

Dada a representatividade desses atores, convém explicitar a trajetória de surgimento e consolidação, bem como sua atuação na cena política nacional e a configuração de seus territórios políticos na arena do parlamento, com base em suas

propostas principais, seus posicionamentos políticos, suas estratégias de atuação, suas conquistas e seus retrocessos.

2.2 Presença e atuação da bancada ruralista e os territórios políticos do agronegócio

A presença da bancada ruralista no cenário político nacional, nos moldes como conhecemos hoje, como bancada suprapartidária organizada no parlamento brasileiro, articulada com entidades que representam classes e grupos dominantes do campo e atuante como grupo de interesse e de pressão nas esferas do poder Executivo e Legislativo federais, remete-nos ao momento histórico identificado em alguns trabalhos (SOUZA; SAUER, 2008;¹⁶ INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS/INESC, 2007) como de seu surgimento: a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987–8.

2.2.1 Antecedentes históricos: os ruralistas e a constituinte de 1988

Os dois anos de duração da ANC tiveram grandes momentos de debate, mobilização e tensão em torno da questão agrária e dos rumos que ela poderia tomar em virtude da elaboração de um novo texto constitucional. A constituinte de 1988 pode ser vista como divisor de águas na trajetória histórica e política de segmentos da elite agrária, de associações do patronato rural/agroindústria e seus representantes no Estado, sobretudo no parlamento. E mais: foi marcada por um movimento de organização política, afirmação de interesses e mobilização desses atores na cena pública nacional. O clima era de grande participação política, protagonizada por segmentos sociais diversos, em torno da inclusão de direitos civis e sociais e demandas diversas na nova Constituição, a exemplo de reforma urbana, saúde, educação, meio ambiente, direitos e garantias individuais.

Contudo, ao se confrontarem atores sociais, posições, visões de mundo, ideologias e projetos políticos divergentes, em especial no que se refere a questões como direito à propriedade da terra e definição dos preceitos constitucionais que orientariam as ações de reforma agrária, os embates e as disputas daí resultantes foram um capítulo à parte da constituinte. A classe dominante agrária mostrou sua força política no processo constituinte impulsionada pelas

¹⁶ “[Durante a Assembleia Constituinte de 88] grandes mobilizações foram lideradas pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), criada um ano antes e que era integrada pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e demais entidades ruralistas. Esses setores passaram a visitar os parlamentares constituintes, a organizar manifestações públicas, marchas e atos de protestos. Nesse contexto consolidou-se a chamada ‘bancada ruralista’, formada por deputados e senadores que até hoje defendem os interesses específicos desse segmento social e dessas organizações no Congresso Nacional.” (SOUZA; SAUER, 2008, p. 86).

mobilizações públicas de entidades representativas do patronato rural e pelo trabalho de seus porta-vozes no parlamento. Um exemplo notório foi a organização da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), formada por representantes e líderes da CNA, OCB e SRB, para pautar reivindicações na constituinte e no governo federal sobre assuntos como política agrícola e decisões em torno da reforma agrária (MENDONÇA, 2006). As iniciativas de agremiações do patronato rural e de seus porta-vozes na constituinte se concentraram em ataques e intervenções contrárias às propostas de avanços à reforma agrária no país, a exemplo do que prescrevia a “Emenda popular da reforma agrária”, apresentada pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária¹⁷ no Congresso Nacional. Segundo Russo (2008, p. 107), a emenda

[...] introduzia o princípio da obrigação social da propriedade, um aperfeiçoamento da função social constante do Estatuto da Terra, que considera o cumprimento simultâneo da legislação trabalhista, da legislação ambiental, do uso racional da terra e da eficiência na sua exploração e do bem-estar das famílias que viviam no imóvel. A Emenda introduzia também dois novos institutos jurídicos em relação à reforma agrária: a) fixação de um limite máximo para a propriedade rural (60 módulos rurais) e b) aplicação da perda sumária (desapropriação sem direito à indenização) para os imóveis rurais com área total acima desse limite e cujas áreas aproveitáveis estivessem totalmente inexploradas para fins agrícolas.

Em razão do caráter progressista e da contribuição que tal emenda poderia trazer à reforma agrária, setores da classe dominante agrária como a UDR trataram logo de fazer oposição a propostas dessa natureza no período 1986–7, inclusive ao governo Sarney, particularmente com ataques abertos ao 1º Plano Nacional de Reforma Agrária e às instituições responsáveis pela política agrária do governo — Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário/MIRAD e INCRA. Segundo Mendonça (2006, p. 166),

[...] a UDR costuraria e construiria lentamente esta oposição, através de estratégias de atuação tão bombásticas e virulentas quanto eficazes, com vistas a pressionar votações decisivas junto à ANC, tais como a “Marcha dos Produtores a Brasília” [...], o movimento “Alerta do Campo” e a “Frente Ampla da Agricultura” (1986), todos eles em prol da derrota da emenda que previa a definição do direito à terra em correspondência à sua função social e não estritamente econômica.

O saldo desses embates políticos foi a não aprovação da emenda e outras vitórias dos setores conservadores e antirreformistas no plenário e na Subcomissão de Reforma Agrária e Política Agrícola. A UDR figurava de novo na linha de frente das manobras políticas e dos *lobbies*, como destaca Mendonça (2006, p. 173):

¹⁷ A campanha aliou organizações civis favoráveis à reforma agrária e agricultura camponesa/familiar. Inclui CONTAG, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), MST, CPT, ABRA, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), INESC e outras entidades, que participaram de mobilizações pró-reforma agrária durante a ANC.

[...] nas declarações dos dirigentes da entidade [UDR], a Constituinte atendera, “legitimamente”, as suas reivindicações, quais fossem: a desvinculação do direito de propriedade do cumprimento de sua função social; fim do limite máximo para a propriedade rural e, finalmente, a não imissão imediata da União na posse do imóvel declarado como de interesse social.

Entre derrotas e vitórias, avanços e retrocessos, as classes dominantes agrárias manifestaram outra vez sua hegemonia política ao demarcarem, na constituinte, a propriedade como direito e garantia fundamental e a “sacralidade da propriedade produtiva” (MENDONÇA, 2006), além da manutenção de privilégios advindos dessa condição: instrumento de riqueza, exploração, poder econômico, meio de especulação e reserva de valor.

A princípio, os setores progressistas e pró-reforma agrária conseguiram uma vitória importante com a aprovação da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, de imóveis que não cumprissem sua função social,¹⁸ dispositivo sublinhado pelo artigo 186 da Constituição. A contrapartida viria com a articulação das entidades patronais rurais (UDR, SRB, CNA, OCB) com o bloco suprapartidário do Centrão, já nos momentos finais da ANC (MENDONÇA, 2006). Quando a questão da propriedade produtiva entrou na agenda de deliberação, num clima de disputa no parlamento, o Centrão¹⁹ conseguiu aprovar, por ter maioria parlamentar no plenário, a proposta que torna insuscetível de desapropriação por interesse social esse tipo de propriedade, ou seja, as produtivas. Assim ficou definido o artigo 185 da Constituição. Em razão do significado de preservação da propriedade produtiva perante o processo de reforma agrária, isto é, de sua intocabilidade, esta pode ser tida como uma das principais vitórias políticas dos ruralistas na constituinte.

2.2.2 Bancada ruralista hoje

Embora a trajetória da bancada ruralista no cenário político brasileiro seja relevante — afinal, é porta-voz das classes rurais dominantes na arena político-institucional do Estado —, a academia não tem se atido de modo sistemático à reflexão sobre esse ator político. É escassa a produção nos campos da história, sociologia, ciência política e geografia sobre assuntos associados com sua presença e atuação na vida política nacional na década de 1990 e nesta.²⁰

¹⁸ A função social ocorre quando o imóvel rural cumpre estes requisitos: aproveitamento racional e adequado, uso adequado de recursos naturais, observância da legislação trabalhista e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (cf. artigo 186 da Constituição Federal de 1988).

¹⁹ Segundo Souza e Sauer (2008, p. 88) o Centrão “[...] iniciou sua ação na Constituinte com um grupo de 152 parlamentares de direita (e chegou a agregar 309 parlamentares, no final de 1987). A partir de outubro de 1987, esses parlamentares atuaram como coalizão suprapartidária, bloqueando avanços no texto Constitucional até então esquadrihado pelas diversas comissões da Assembléia Nacional Constituinte”.

²⁰ Os trabalhos notórios de Mendonça (2006), Bruno (1997) e Silva (1989; 1987) enfocam o período anterior (1987–8), que alguns autores veem como “fase embrionária” da bancada ruralista.

Por outro lado, esse quadro contrasta com o lugar de destaque ocupado por esse segmento parlamentar em vários momentos da cena pública nacional graças a certos posicionamentos assumidos e ações empreendidas, a exemplo da contraposição a iniciativas que visam promover justiça social no campo brasileiro como a reforma agrária. Da mesma forma, é notório o alcance de algumas de suas reivindicações e estratégias, que, somadas ao trabalho das entidades do patronato rural, exercem pressão e influência sobre a tomada de decisões no âmbito do Congresso Nacional e do Poder Executivo, conforme mostraremos adiante. Alguns analistas e observadores veem essa bancada como segmento muito expressivo e influente no parlamento brasileiro, sobretudo em anos recentes.

A escassez desse referencial teórico, conforme mencionamos, traz dificuldades para uma compreensão mais abrangente do território político dos ruralistas e da representação de interesses de segmentos do agronegócio em espaços decisórios do Estado. Mas a notoriedade alcançada pelas ações políticas da bancada ruralista nas arenas do Estado e da sociedade civil nos últimos anos e, por outro lado, a pouca visibilidade dessa discussão no âmbito acadêmico foram justamente o que nos motivou a incorporar esse item no trabalho, admitindo naturalmente os limites postos a essa tarefa.

Mediante levantamento de fontes secundárias, identificamos alguns trabalhos sobre a dinâmica de atuação política da bancada ruralista e de aspectos essenciais que lhe caracterizam. Curiosamente, a sistematização e análise de dados e informações têm partido mais de organizações da sociedade civil, e menos do meio acadêmico. Duas entidades se destacam no acompanhamento dessa temática: o INESC — Organização não governamental sediada em Brasília e fundada em 1979 que tem como linha de atuação o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social sobre espaços de deliberação de políticas públicas — e o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) — criado em 1983, também sediada em Brasília e que tem, entre seus principais eixos de atuação, o acompanhamento e a avaliação da atuação dos parlamentares e do processo legislativo (projetos de leis e demais proposições) para informar a sociedade em geral, e a classe trabalhadora em particular, sobre medidas que tenham efeitos negativos do ponto de vista social e político ou que sinalizem conquistas; o DIAP fornece análises e monitora o que ocorre na esfera do Legislativo e Executivo federais para embasar a mobilização de centrais sindicais, confederações de trabalhadores e outras organizações sociais.

Trabalhos publicados pelo INESC (2007; 2000) e coordenados por Edécio Vigna de Oliveira, assessor sênior da entidade, permitiram identificar pontos que guiam os registros e as análises dessa organização, quais sejam: apontamentos conceituais sobre a bancada ruralista

(grupo de interesse, pressão e *lobbying*), sua trajetória histórica e sua organização política, estratégias de atuação e defesa de interesses, representatividade dos parlamentares ruralistas nos partidos políticos e em regiões e estados. O INESC quantifica, aproximadamente, o número de parlamentares identificáveis como integrantes da bancada ruralista nas sucessivas legislaturas da Câmara dos Deputados. Para isso, como recurso metodológico, o instituto adota a declaração de cada deputado federal de quais são suas fontes de renda — informação disponível no *website* da Câmara; quem declarou obter alguma forma de renda agrícola é identificado como “membro potencial” da bancada ruralista e passa a integrar o quantitativo desse grupo para dada legislatura a ser analisada. Por fim, apresenta uma listagem dos parlamentares além do quantitativo que esse conjunto representa no universo total de parlamentares da Câmara — entre os 513 — e partir daí faz análises qualitativas.

Segundo informa o INESC, a contagem é aproximada porque há obstáculos a uma quantificação precisa; dentre outras razões, porque vários não manifestam sua identificação com a agremiação temendo “[...] ser estigmatizados e colocar seu capital político em perigo” (INESC, 2007, p. 7). Essa quantificação é uma referência, um indicador da expressão, força política e articulação da bancada ruralista. Mas não revela por si só o significado de sua representação política ou do “poder de fogo”. Ora, além da representatividade numérica, “[...] o forte do grupo é o potencial para mobilizar um número de parlamentares bem maior do que os diretamente envolvidos com a bancada” (INESC, 2007, p. 6). Essa estratégia de controle político é uma dos traços essenciais de atuação dos ruralistas; e é acionada com recorrência em momentos decisivos de votação e negociação de propostas no Congresso Nacional, como também em sua relação com o Poder Executivo.

Para traçar o perfil de quem é tido como parlamentar ruralista e/ou membro potencial, a entidade salienta em seus relatórios a situação da representação política *partilhada* desses atores políticos. Isso porque, à parte o vínculo com alguma categoria da atividade agropecuária (grande produtor, pecuarista, empresário rural), os parlamentares exercem atividades de comércio, serviços, autônomo e outras (INESC, 2007). Justamente por exercer mais de uma atividade profissional ou ocupação na sociedade, essa condição aponta uma representação de interesses na arena político-institucional que não é exclusiva, mas *partilhada*. Nessa lógica, a composição socioprofissional da bancada ruralista reflete o que está posto no cenário social e econômico brasileiro: em grande número, os capitalistas da cidade, industriais e empresários, são quem detém a propriedade e/ou posse de terras, que assumem funções patrimoniais, reserva de valor, especulação imobiliária ou meio de produção. Noutros termos, “[...] capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa

ou uma só empresa” (OLIVEIRA, 2004b, p. 42). Assim, o desenvolvimento capitalista reflete sua face contraditória, pois elimina aos poucos a separação entre cidade e campo, transformando numa unidade dialética, quando setores da agricultura e da indústria se aproximam, sobretudo pelo processo de industrialização (OLIVEIRA, 2004b).

Também o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar/DIAP (2006) levanta e acompanha a atuação da bancada ruralista, reconhecendo como integrante desse segmento

[...] aquele parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou da área de agronegócios, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários e nas comissões, mas em entrevistas à imprensa e nas manifestações de plenário.

O critério usado para classificar os parlamentares como ruralistas considera não só os vínculos com atividades de agropecuária e/ou agronegócio, mas também a postura e atuação em prol das demandas, reivindicações e propostas típicas do setor. Para essa entidade, o essencial para caracterizá-los como integrantes da bancada ruralista é assumirem a orientação político-ideológica da agremiação; e isso se efetiva em votos e discursos em plenário, em debates e votações de comissões temáticas, em entrevistas à imprensa.

A composição da bancada ruralista no Congresso como bloco suprapartidário formado por parlamentares de partidos diversos que espelham matizes ideológicos diferentes e posições e visões de mundo distintas — às vezes conflitantes — também assinala sua organização política. Com efeito, essa condição marca a organização das bancadas suprapartidárias²¹ na cena político-institucional, mas, longe de obstar, ela confina o debate e as divergências ao interior dessas instâncias e leva “para fora” o consenso necessário a uma atuação mais coesa e eficaz (FRADE, 1996). Assim,

[...] na opinião dos parlamentares é justamente a sua característica de aglutinar deputados e senadores de partidos diversos e, por vezes, com posturas bastante distintas em relação aos interesses específicos, que faz com que as bancadas suprapartidárias ampliem o debate e o situem em nível nacional, forçando muitas vezes sua entrada na agenda. (FRADE, 1996, p. 28).

Nessa ótica, em grande medida, os interesses e as demandas não pautados pelos partidos (ou seja, que não lhes são prioritários), por não focalizarem questões mais específicas, e sim temas de nível macro e nacional (de visibilidade), são o objeto de atuação e

²¹ No dizer de Frade (1996), a maioria das bancadas suprapartidárias se torna pública, assumindo sua condição de instância formada por parlamentares que, em geral, optam pela constituição de uma frente parlamentar, e com essa denominação se apresentam no parlamento. Esse é caso da bancada ruralista, que instala ou reinstala sua frente parlamentar ao longo de sucessivas legislaturas na Câmara dos Deputados.

envolvimento das bancadas suprapartidárias, que impulsionam o agendamento de temas e propostas nas esferas de debate e deliberação do Legislativo e Executivo federal.

Frade (1996) ainda salienta a capacidade das bancadas suprapartidárias de defenderem e fazerem ecoar nas arenas decisórias os anseios e interesses de segmentos organizados da sociedade como movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais, grupos empresariais e outros. Elas mantêm um vínculo estreito com esses segmentos sociais — aliás, em vários casos, a articulação efetiva entre sociedade civil e bancadas suprapartidárias — também conhecidas como frentes parlamentares — aparece como fator essencial de ganhos e conquistas dessas instâncias na arena política, somado a outros condicionantes naturalmente.

Esse parece ser justamente o contexto de presença e atuação da bancada ruralista ao longo de sua trajetória no cenário político, pois historicamente o grupo se coloca como porta-voz das entidades do patronato rural brasileiro, como a União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA). Logo, a articulação entre essas organizações civis e os parlamentares integrantes da bancada ruralista configura como um dos elementos centrais de defesa e ampliação dos interesses dos segmentos da agricultura capitalista (proprietários, produtores, agentes da cadeia produtiva, entidades de representação) nos espaços de tomada de decisões do Estado. Tal vínculo se estreita mais quando se verifica que vários líderes de entidades patronais disputam o pleito eleitoral e se elegem deputados federais ou senadores, o que lhes permite compor e organizar a bancada ruralista. No espaço político do Congresso, atuam efetivamente como representação de sua base social, em especial das entidades patronais. Essa situação é marcante na trajetória do referido segmento parlamentar.

Um dos exemplos mais significativos é o do deputado federal Ronaldo Caiado, líder de grande destaque no patronato rural no Brasil, fundador e presidente nacional da UDR entre 1987 e 1988. Na Assembleia Nacional Constituinte (1987–8), sua atuação à frente da UDR foi notória nos *lobbies* e nas articulações em defesa dos interesses ruralistas, enquanto a entidade conseguiu liderar um bloco notável de parlamentares que votariam nas propostas apresentadas pelo Centrão (MENDONÇA, 2005), as quais se traduziriam em obstáculos à efetivação de um marco jurídico-normativo para a reforma agrária. Em 1989, Caiado se candidatou à presidência da República, pelo Partido Social Democrata/PSD, de pouca expressão, obtendo 0,68% dos votos; em seguida, elegeu-se deputado federal, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), para Congresso Revisor (1991–5). Era o início de sua carreira política no Legislativo.

A exemplo de Caiado, vários outros líderes de entidades do patronato rural foram eleitos para legislar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal nos últimos 20 anos.

Esses parlamentares e sua atuação destacada contribuíram para a construção do território político da bancada ruralista no espaço do Congresso, que se traduz numa representação capaz de fazer frente a embates e disputas na arena político-institucional, sobretudo nas questões agrárias e agrícolas. O Quadro 1 aponta parlamentares que têm esse perfil político, ou seja, atuaram de início como líderes em entidades do patronato rural no país (locais, regionais ou nacionais), depois foram eleitos deputados federais ou senadores, passando a ocupar o espaço do parlamento (Câmara ou Senado) e integrar a bancada ruralista. Dentre eles, estão alguns dos líderes principais dos ruralistas no Congresso e que têm protagonizado a organização política e a mobilização da bancada nos últimos anos.

QUADRO 1
Parlamentares da bancada ruralista e sua participação em organizações patronais

PARLAMENTAR	MANDATOS NO CONGRESSO NACIONAL ²²	PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO PATRONAL
Abelardo Lupion (PFL/PR)	Deputado federal: 1992*; 1994–5*; 1999–2003; 2003–7; 2007–11	Fundador e presidente da UDR (1987–8)
Valdir Colatto (PMDB/SC)	Deputado federal: 1989–90*; 1993–5*; 1995–9; 2005–7*; 2007–11	Presidente e fundador da Associação dos Produtores de Sementes, SC; Sindicato Rural de Xanxerê, SC
Moacir Micheletto (PMDB/PR)	Deputado federal: 1993–5* (Congresso Revisor), 1997–9; 1999–2003; 2003–7; 2007–11	Presidente do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand, PR (1983–6)
Luiz Carlos Heinze (PP/RS)	Deputado federal: 1999–2003; 2003–7; 2007–11	Fundador e presidente da Associação dos Arrozeiros de São Borja, RS (1989–90) Fundador e Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros, Porto Alegre, RS (1989–90)
Gilberto Goellner (DEM/MT)	Senador: 2005*; 2008*–atual	Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Soja (ABRASOJA), (1990–2) Diretor da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) Vice-presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis (2001–4)
Kátia Abreu (PFL/TO)	Deputada federal: 2000–2*; 2003–6 Senadora: 2007–14	Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Tocantins (1995–2005) Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (2008–11).
Homero Pereira (PR/MT)	Deputado federal: 2007–11	Presidente do Sindicato Rural de Alto Araguaia (1995–2000) Presidente e vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Mato Grosso (1991–2004) Integrante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

Fonte: adaptado de BRASIL, 2009a.

²² Os mandatos exercidos pelos parlamentares mencionados podem se referir a uma legislatura completa — quatro anos para Câmara dos Deputados e oito anos para o Senado Federal; ou também ao exercício do cargo como suplente — neste caso, os períodos estão marcados por um asterisco.

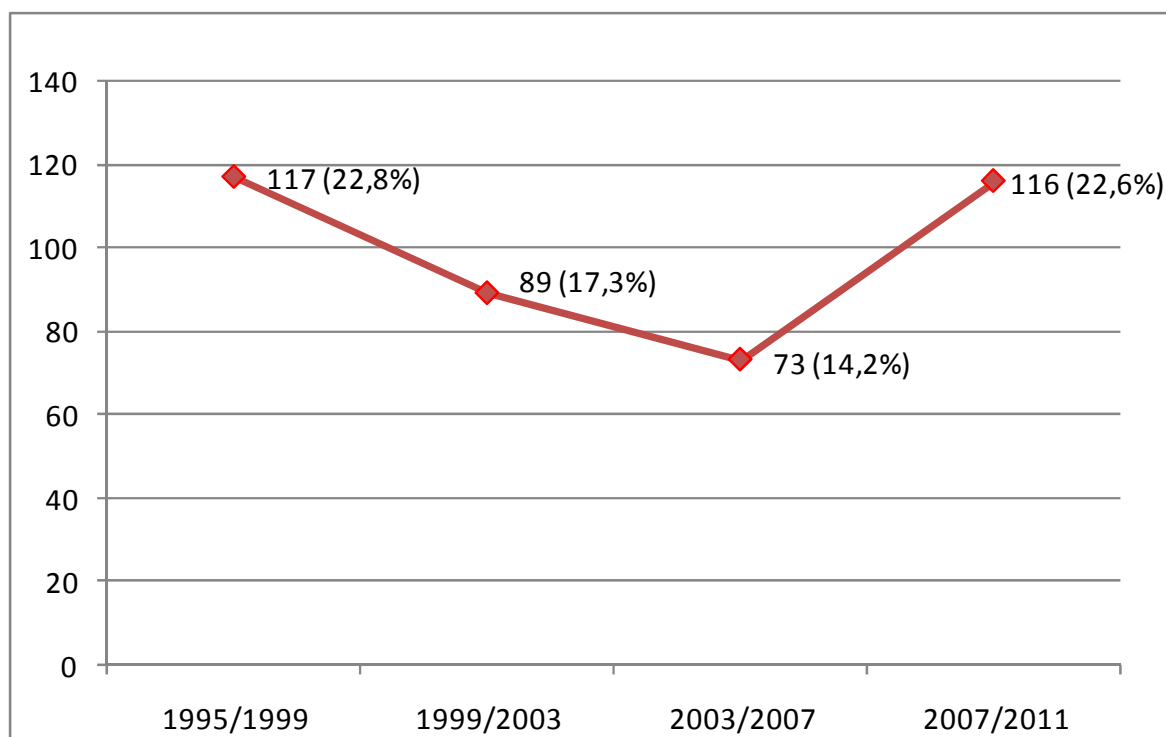


GRÁFICO 2 – Trajetória histórica de presença da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (1988–2008)
Fonte: INESC, 2007.

O Gráfico 2 mostra a trajetória da bancada ruralista, em especial o quantitativo da presença de seus representantes nas legislaturas sucessivas da Câmara dos Deputados. Considerando o total de 513 parlamentares compondo a Câmara dos Deputados, é plausível considerar que a representatividade da bancada ruralista tem sido expressiva, acima de tudo a partir da segunda metade da década de 1990. Em sua primeira fase de organização política, ou seja, nas legislaturas de 1987–91 e 1991–95, ocupou 3,98% das cadeiras da Câmara Federal (20 parlamentares); da legislatura seguinte à legislatura atual (2007–11), esse percentual vai variar de 14,2% a 22,8%. Como informa o INESC, na gestão atual do governo Lula (2007–10), a bancada ruralista cresceu 58,9% em relação ao período anterior, isto é, chegou a 116 deputados federais (22,6%). Na gestão passada (2003–7), também dirigida pelo presidente Lula, eram 73 (14,2%). No primeiro mandato de Fernando H. Cardoso (1995–9), a agremiação contou com 117 deputados (22,8% do total); na segunda (1999–2003), com 89 (17,3%). Esses números confirmam a tese de que a atuação da bancada ruralista se caracteriza como transversal e suprapartidária na arena política, isto é, não se enquadra na lógica “governo *versus* oposição” para defesa de seus interesses. Pode-se verificar que tanto na primeira gestão de Fernando H. Cardoso como depois, na segunda gestão de Lula, a bancada ruralista teve seus níveis mais altos de representação quantitativa, embora se trate de governos

com orientações político-ideológicas distintas. Em outras palavras, a estratégia dos ruralistas não segue um viés partidário: seus correligionários compõem partidos da base de governo e partidos de oposição. Seu objetivo maior é acumular força política, representatividade e garantia de votos para aprovação de seus projetos, além de exercer pressão e influenciar nas decisões do Executivo, seja qual for o grupo político que governe.

Nas sucessivas legislaturas da Câmara dos Deputados, a forma de organização das bancadas suprapartidárias em geral é a frente parlamentar. Como o fluxo de eleição–reeleição–término de mandato é dinâmico (redesenhando o espaço político a cada quatro anos), nota-se a necessidade de instalação ou reinstalação das frentes, com a inclusão de novos parlamentares e a manutenção de outros. No caso da bancada ruralista, não identificamos registros bibliográficos com dados para compor a trajetória de criação de todas suas frentes parlamentares, originadas nas legislaturas sucessivas desde a constituinte de 1987–8. Mas conseguimos registrar, com base na pesquisa de Frade (1996), a existência da Frente Parlamentar da Agricultura, criada no início da legislatura de 1995–9, cujo contexto de surgimento foi relatado à autora pelo deputado federal Nelson Marquezeli (PTB/SP), mediante entrevista. Nas palavras dele, essa frente

[...] surgiu quando houve o acordo da liderança da Casa pra eleger como presidente da Comissão de Agricultura um membro do PT [Partido dos Trabalhadores]. A presidência da Comissão ficou com o PT [deputado Alcides Modesto]. Naquele exato momento, quando percebemos que ele manobrou lá, para alijar os deputados ligados à agricultura [ruralistas], aí nós criamos a frente, eu fui até o autor da idéia, o autor do nosso regimento, da nossa sistemática de trabalhar, e então nós nos reuníamos apenas esporadicamente na comissão. Nos reuníamos em outro recinto e fizemos todo o trabalho que toda a mídia hoje noticia. (FRADE, 1996, p. 74).

O episódio político relatado pelo parlamentar, assim como outros observados na arena do Congresso Nacional, já indicava a ocorrência de embates entre segmentos dirigentes da bancada ruralista e parlamentares do PT, sobretudo envolvendo quem defendera projetos relativos a demandas agrárias, como o deputado federal Alcides Modesto. Assim, tanto no período abarcado pela pesquisa de Frade (1995–6) como no presente, essa luta política se desdobra em alguns espaços específicos do parlamento, a exemplo da Comissão de Agricultura da Câmara, que surge como um dos principais. Segundo o deputado Nelson Marquezeli (PTB/SP), a disputa pela Comissão de Agricultura (sua presidência e as cadeiras de membros titulares) foi o estopim para criação da Frente Parlamentar da Agricultura, em meados de 1995, que serviria como instrumento de afirmação e articulação de interesses dos parlamentares ruralistas. Foram criadas, ainda, a Frente Parlamentar da Agropecuária —

instalada na 52ª legislatura (2003–7), sob coordenação do deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR) — e a Frente de Apoio à Agropecuária — instalada na 53ª legislatura (2007–11) e coordenada pelo deputado Valdir Colatto (PMDB/SC).²³

Neste decênio, os pleitos da bancada ruralista no Congresso e no Poder Executivo federal foram além dos temas, por tradição, demandados pelo setor agropecuário em geral, tais como a situação produtiva de culturas agrícolas, o preço de insumos agropecuários, as melhorias na infraestrutura de escoamento da produção (rodovias, hidrovias, portos) e a abertura de linhas de crédito rural. À parte isso, a renegociação das dívidas agrícolas ainda figura como alvo central de atuação política da bancada ruralista.

[...] a partir de meados dos anos 1990, este endividamento se transformou em uma das principais, senão a principal bandeira da Bancada Ruralista no Congresso Nacional. A cada três ou quatro anos, com o vencimento do prazo de carência da renegociação anterior, o tema volta à pauta política, forçando o Executivo a renegociar o passivo [...]. (SAUER; TUBINO, 2007, p. 134–4).

Nesses termos, a bancada ruralista criou outro perfil de intervenção e articulação, manifestado, sobretudo, na década na atual mediante o acúmulo de conquistas políticas importantes para agricultura capitalista.

Obtiveram, nestes últimos 12 anos, vitórias consideráveis, como a aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; a aprovação do relatório final da CPMI da Terra. Ainda garantiram que o governo mantivesse intacta a Medida Provisória que suspende as vistorias nas áreas ocupadas pelos movimentos sociais e penaliza os agricultores sem-terra que participam de ocupações; e avançaram nas diversas renegociações das dívidas dos grandes produtores rurais, entre outras conquistas. (INESC, 2007).

Questões como expansão da fronteira agrícola, problemas ambientais no campo, legislação ambiental, transgênicos, política de criação de unidades de conservação ambiental e direitos sociais conquistados por segmentos do meio rural, sobretudo trabalhadores rurais sem-terra, assentados, indígenas e quilombolas passaram, cada vez mais, a ser alvo da ofensiva política da bancada ruralista. Algumas estratégias para se fazer avançar essa agenda política incluem articulação e pressão por garantia de representação sobre alguns espaços de decisão estratégicos na esfera do governo federal e do Poder Legislativo. Isso ocorre, por exemplo, com a CAPADR e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS). No Poder Executivo, os ruralistas, também, exercem pressão para que algum representante seu assuma a direção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o

²³ Informações obtidas no portal eletrônico da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.gov.br>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

que lhes garante um território estratégico no interior do governo, pois é aí que as políticas para o agronegócio são gestadas. Um exemplo emblemático disso foi a nomeação de Roberto Rodrigues para dirigir esse ministério no início do primeiro mandato do presidente Lula, em 2003. Esse líder político figura como grande porta-voz do agronegócio, com longa trajetória no setor: numa menção rápida, ele fora o dirigente de maior destaque na OCB e seu presidente, entre 1985–91, além de notório articulador da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FABB) no período da constituinte; em meados de 1993, fora um dos idealizadores da ABAG, associação representativa do agronegócio criada para trazer ares de modernidade e renovação ao setor (MENDONÇA, 2005).

Nesta década, a atuação do modelo do agronegócio e de seus representantes no Estado (bancada ruralista) se renovou, mediante outras formas de inserção política e apresentação de seu discurso ideológico. Sobretudo, construiu-se uma imagem positiva e inovadora desse setor, transmitida à sociedade em geral, com a qual ele procura se sustentar, em especial pela afirmação de seu desempenho econômico-produtivo e de sua competitividade no mercado internacional. Para Fernandes (2008b), o agronegócio, designado antes pelo termo agroindústria, ampliou seu conjunto de sistemas e se tornou mais complexo após a incorporação de sistemas tecnológicos, financeiros, mercantis e político-ideológicos. Ao se reportar à apropriação do termo agronegócio no Brasil, conduzido por setores da agroindústria (grandes empresas, cooperativas, empresariado rural), que no início da década de 1990 formaram a ABAG, Sauer (2008, p. 16) assinala que

[...] o seu uso se deu em contraposição à lógica latifundista, grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor, como à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja, produtores “menos eficientes” e não plenamente, ou competitivamente, integrados ao mercado.

Na ótica desse autor, os atores políticos do agronegócio e seus porta-vozes de expressão nacional investem na desconstrução de uma imagem do setor, recorrente no passado, que o associava à grande propriedade como sinônimo de ineficiência produtiva, baixa tecnologia e pouco capital investido. Assim, novos valores são edificados e passam a compor a defesa política e simbólica da legitimação dessa “nova agricultura” e que se traduzem na produção intensiva e em escala, na capitalização de agentes produtivos e na sintonia com tecnologias modernas, dentre outros pontos, e convergem para a lógica da modernização agropecuária, acionada na Revolução Verde e agora reelaborada para o modelo do agronegócio (SAUER, 2008).

Convém mencionar alguns argumentos usados pelos partidários do agronegócio. Por exemplo, é recorrente a defesa de sua participação expressiva na composição do Produto

Interno Bruto (PIB) via *commodities* agrícolas (grãos, carnes, celulose, cana-de-açúcar e outros produtos) como carro-chefe da pauta de exportação nacional nos últimos anos. Nesse ciclo, a geração de saldos comerciais externos é revertida em balança comercial favorável, contribuindo significativamente para elevar o superávit primário. Eis um argumento político-ideológico central propagado pelos agronegociantes para solidificar o apoio do Estado e consolidar esse modelo de desenvolvimento. Os meios de comunicação de massa, sobretudo jornais de grande circulação, tratam de “informar” a sociedade sobre os benefícios trazidos pelo setor à economia nacional e ao país: recordes de produtividade e de cifras alcançadas em comercialização; mas se esquecem de mencionar o custo socioambiental elevado da reprodução desse sistema econômico-produtivo ao país e o destino da riqueza produzida.

Como sustentação desse discurso legitimador e da imagem do agronegócio no cenário público, Porto Gonçalves (2008) resalta um complexo de poder técnico-científico-empresarial-midiático que legitima esse modelo de desenvolvimento e oculta a violência que lhe constitui. Indicado pelo autor, o exemplo da ABAG é esclarecedor: essa associação se conforma como bloco de poder, aliança entre pesquisadores, empresários, agronegociantes, instituições estatais e grandes grupos empresariais de comunicação em prol do fomento do agronegócio.

Como foi possível verificar, a ofensiva político-ideológica do agronegócio se efetiva em espaços de decisão do Estado onde se projetam frentes de intervenção da bancada ruralista ao longo da década de 2000, atualizando embates e centrando-se em novas disputas, sobretudo no parlamento e no Poder Executivo. Assim, diversas posições e intervenções políticas dos ruralistas têm incidido na legislação ambiental e no Código Florestal Brasileiro, na organização política dos movimentos de luta pela terra, nas iniciativas que pautam a erradicação do trabalho escravo no campo, nas medidas políticas e nos instrumentos legais que podem fazer a reforma agrária avançar, a exemplo da atualização dos índices de produtividade da agropecuária. Substanciam-se aí, portanto, alguns embates políticos centrais entre atores sociais que protagonizam a questão agrária no presente. Tais disputas se configuram na legislação ambiental brasileira, especificamente sobre o Código Florestal Brasileiro, com destaque à atuação política da bancada ruralista e de entidades do patronato rural nesse processo, como veremos a seguir.

2.2.3 Ofensiva política dos ruralistas na legislação ambiental e no Código Florestal brasileiro

Na agenda de mobilização política da bancada ruralista nos espaços político-institucionais do Estado e no cenário público, a questão ambiental e o discurso sobre a necessidade de mudanças no marco legal que trata da proteção ao meio ambiente têm se destacado. A motivação que impulsionara tais iniciativas se exprime como pano de fundo para a possibilidade de se assegurar — pela “letra da lei” — a expansão da exploração econômica amparada pelo modelo agropecuário convencional sobre áreas protegidas pela legislação ambiental. Eis por que várias propostas têm focalizado a região da Amazônia legal, última fronteira agrícola do país, eixo de maior avanço produtivo do agronegócio nos últimos anos. Os ruralistas defendem e propagam essa visão para a sociedade em declarações como: “[...] a questão ambiental está travando o desenvolvimento do país” (deputado Marcos Montes, Partido Democratas/DEM, MG — ECODEBATE, 2009); “[...] estão priorizando o meio ambiente em detrimento do setor produtivo. Isso está trazendo consequências desastrosas. O setor não aguenta mais essa pressão” (deputado Valdir Colatto, Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, SC — CARMARGO, 2008); “[...] quem está gerando riqueza nesse país está sendo varrido de cima de suas propriedades: primeiro pelos bancos, segundo pela carga tributária e agora pelos ambientalistas [...] e também pelo pessoal do Ministério do Trabalho” (deputado Marcos Montes, Partido Progressista/PP, RS).²⁴

Essa questão ganha alcance no cenário político muito graças aos esforços empreendidos na construção de sua visibilidade, levada a efeito por parlamentares ruralistas e entidades do patronato rural, com destaque para a atuação da CNA. Das estratégias acionadas para *agendar* o tema na esfera pública, ressaltam-se os investimentos para que seus principais representantes sempre se pronunciem na mídia, para sublinharem a necessidade de se alterar a legislação ambiental. Outros artifícios incluem a organização de seminários, debates, audiências públicas e demais atividades na sociedade civil e em espaços institucionais do Estado para enfatizar a questão. No parlamento, a bancada ruralista norteia sua atuação mediante iniciativas políticas que elucidam o tema da “necessidade de mudanças na legislação ambiental”, em especial via elaboração de projetos de lei, discursos em plenário e articulação política para se garantir o apoio de um conjunto expressivo de parlamentares. Outro elemento estratégico, empregado quando alguma demanda se torna central, como no caso da legislação ambiental, é “ocupar” as comissões parlamentares em que suas propostas tramitam, seja na presidência destas ou para formar maioria entre os membros titulares.

²⁴ Declaração (que registamos no trabalho de campo) feita em audiência pública realizada pelas comissões de Agricultura e do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados em 18 de novembro de 2008, com o tema “A real possibilidade de ocupação econômica do território nacional em vista da legislação ambiental e indigenista vigente no país”

Um dos alvos principais dessa ofensiva sobre a legislação ambiental tem sido o Código Florestal Brasileiro,²⁵ que normatiza e traz diretrizes à preservação de florestas e demais formas de vegetação nativa em espaços rurais e urbanos. Seus artigos centrais versam sobre definições e normas de preservação, manejo e exploração sustentável, com destaque para a reserva legal e as modalidades diversas de áreas de preservação permanente (APPs), em particular aquelas situadas ao longo de cursos d'água e em reservatórios naturais ou artificiais. O foco das ações políticas dos ruralistas é a flexibilização do Código Florestal pela alteração de suas normas, sobretudo as relativas à reserva legal, às APPs e aos mecanismos de recomposição florestal dessas áreas. Para se entender com mais proximidade esse cenário, vejamos dois projetos de lei apresentados por parlamentares da bancada ruralista em 2005 e 2007. Na verdade, nesta década foram apresentados vários projetos de lei no parlamento com foco na flexibilização, muitos deles propostos pela bancada ruralista. Em razão do processo complexo de tramitação que em geral envolve os projetos de lei, vamos considerá-los em sua forma original, ou seja, da maneira como o deputado ou senador o apresentou no Congresso, sem recorrer a proposições numerosas surgidas durante a tramitação nas comissões parlamentares que os avaliaram. Entendemos que tais propostas explicitam com clareza a intencionalidade política dos atores que as formularam — nesse caso, parlamentares ruralistas.

O primeiro projeto de lei (PL 6.424–2005) (BRASIL, 2005a)²⁶ é de autoria do senador Flexa Ribeiro (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, PA). Apresentado no plenário da Câmara em dezembro de 2005, sugere novas regras para a reposição florestal e recomposição de reserva legal nos imóveis rurais situados na Amazônia legal. As principais mudanças propostas foram:

- i) no caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas ou *outras espécies, ou o plantio de palmáceas, nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica*, atendido o zoneamento econômico e ecológico do Estado e os critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente;
- ii) recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada 3 (três) anos, de no mínimo 20% (vinte por cento) da área total necessária à sua complementação, com a utilização de espécies nativas ou *outras espécies, ou o plantio de palmáceas, nativas ou exóticas, destinadas à exploração econômica*, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente. (BRASIL, 2005a; grifo nosso).

Sobre essas duas situações, o código florestal, conforme sua vigência atual (cf. artigos 19º e 44º), prescreve que na reposição florestal e recomposição de áreas de reserva legal

²⁵ Consideramos neste trabalho a legislação que trata da Reserva Legal — o Código Florestal Brasileiro (lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 e suas alterações posteriores), conforme vigora seu conteúdo até o mês de junho de 2009.

²⁶ Para acompanhamento da tramitação, acessar: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=310397.

degradadas deverão ser priorizados projetos que incluam o uso de espécies nativas. Nesse caso, a mudança mais substantiva seria deixar de priorizar apenas espécies nativas e abrir espaço para o que chamam de “outras espécies” e, dentre estas, espécies exóticas com potencial de exploração econômica.

O outro projeto de lei (PL 1.207–2007)²⁷ foi apresentado em maio de 2007 na Câmara pelo deputado federal Wandelkolk Gonçalves (PSDB/PA). Seu principal ponto estabelece a diminuição do percentual de área destinada à reserva legal nos imóveis rurais situados na Amazônia Legal — 80 %, conforme determina o código em sua vigência atual (cf. 16º artigo) — para 50%. Esse projeto de lei, além do percentual da reserva legal, prevê igualmente os dois pontos do PL 6.424–2005, mencionados antes, sobre a reposição florestal e recomposição de reserva legal. Dada a proximidade temática das duas propostas, o PL 1.207–2007 foi apensado ao PL 6.424–2005, ou seja, ambos passaram a tramitar em conjunto no Congresso.²⁸ Caso essas propostas sejam regulamentadas, sobretudo a redução da reserva legal de 80% para 50% nos imóveis rurais localizados na Amazônia legal, a área destinada à produção agrícola convencional aumentará com a conversão de milhares de hectares de florestas primárias ou secundárias. Detentores de imóveis rurais cuja área de reserva legal já esteja degradada serão anistiados pelo dano ambiental graças à diminuição do limite de preservação. Com isso, a economia do agronegócio encontrará respaldo legal para avançar intensamente em áreas de florestas com maior ou menor grau de preservação, em especial por atividades de pecuária extensiva e de monocultivo agrícola, tais como soja, milho e algodão, que têm se mostrado como carro-chefe de expansão da fronteira agrícola na Amazônia legal.

Entre 2006 e 2008, após a apresentação desses dois projetos de lei e o início de sua tramitação na Câmara e no Senado, o assunto ganhou mais espaço no debate público e na agenda política do Estado. Nesse embate, o Poder Executivo no primeiro e segundo mandatos do presidente Lula abriga posicionamentos diferentes e divergentes, sobretudo aqueles demarcados por instâncias que lidam diretamente com essa problemática: Ministério da Agricultura e Ministério do Meio Ambiente. O primeiro tem sido a favor de mudanças que flexibilizem os dispositivos legais do Código Florestal, argumentando que a legislação ambiental inviabiliza a produção agropecuária em várias regiões do país — algumas posições convergem àquelas defendidas pela bancada ruralista. O segundo defende a manutenção das regras principais que guiam o código, mas reconhece a necessidade de haver alterações em

²⁷ Para acompanhar sua tramitação, acessar: http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=353724.

²⁸ Os projetos tramitaram na CAPADR e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), da Câmara dos Deputados, de dezembro de 2005 a novembro de 2008.

favor do aperfeiçoamento da legislação, como no passivo ambiental adquirido pelos proprietários rurais, ou seja, áreas desmatadas nas propriedades. O Ministério do Meio Ambiente é favorável, também, a mecanismos que valorizem a “floresta em pé”, ou seja, iniciativas que incentivem e recompensem as populações locais que prestam serviços voltados à conservação de ativos florestais.

Na sociedade civil, verifica-se a mobilização das organizações ambientalistas como o Instituto Socioambiental, a Rede Cerrado de ONGs, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) e algumas de projeção mundial, tais como Greenpeace e World Wide Fund For Nature (WWF). Suas ações denunciam os efeitos negativos sobre a conservação das florestas nacionais e a biodiversidade do bioma Amazônia, além dos interesses (acima de tudo econômicos) que se insinuam como pano de fundo à aprovação desses projetos. Além disso, buscam sensibilizar a opinião pública e os atores estatais (dirigentes do governo, parlamentares e demais representantes) quanto a impedir a aprovação de propostas que impliquem retrocessos nos dispositivos legais do Código Florestal.

Na nota “Destino das florestas brasileiras entregue aos ruralistas”, as entidades ambientalistas exprimem sua posição sobre o PL 6.424–2005, ao assinalarem que

[...] a crise climática global e o papel dos desmatamentos na emissão de gases do efeito estufa exigem uma postura enérgica de controle dos desmatamentos e manutenção dos ativos florestais existentes no País. A proposta tal como apresentada, ao contrário, contribui para a redução da cobertura florestal em um momento em que surgem os primeiros sinais de um aumento nos índices de desmatamento ao longo da fronteira agrícola brasileira. [...] O PL 6424 aumenta de forma inconsequente e sem o devido embasamento técnico-científico as formas de compensação [florestal], permitindo novos mecanismos que terão um impacto significativo na biodiversidade e conservação das florestas brasileiras e no ordenamento territorial da paisagem rural brasileira. (FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALITA, 2009).

Em 2008, a ONG Greenpeace Brasil lançou a campanha “Meia Amazônia não!”. Apoiada por entidades como Instituto Socioambiental, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE), a campanha objetivou impedir a aprovação no Congresso do PL 6.424–2005 e de outros projetos correlatos que sugerem mudanças no Código Florestal para deixá-lo mais flexível.

O PL 6.424 se tornou conhecido como “Projeto Floresta Zero”, pois estudos demonstram que, caso derrubemos mais de 50% da mata nativa, esta inicia um processo de autodegradação, o que significa que em pouco tempo a Amazônia será uma grande savana”, ressalta Joanna Guinle, militante do Greenpeace, que coordena uma campanha em defesa da Floresta Amazônica e do código florestal brasileiro. (UNINTER, 2009).

Dessa maneira, as ações políticas levadas a efeito pelas entidades ambientalistas manifestam a contrapartida de setores organizados da sociedade civil que buscam combater e impedir a aprovação de propostas dos parlamentares ruralistas e de suas entidades representativas quando se trata de abrandamento da legislação ambiental.

No parlamento, a Frente Parlamentar Ambientalista²⁹ — bancada suprapartidária que reúne deputados federais e senadores identificados com a questão ambiental e dialoga com a sociedade civil, em especial com organizações ambientalistas — oferece um contraponto à bancada ruralista com relação às propostas de alteração da legislação ambiental. Essa frente parlamentar norteia sua atuação, acompanhando processos legislativos e demais atividades no Congresso que se vinculem com a referida temática e busca articular e sensibilizar parlamentares para aprovação de projetos e demandas que expressem avanços relativos à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Outro grupo que se contrapõe aos ruralistas são os parlamentares mais próximos dos movimentos sociais rurais e organizações de trabalhadores rurais, que apóiam o fortalecimento da reforma agrária e do modelo da agricultura camponesa/familiar, a exemplo do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e Frente Parlamentar da Terra. Esses parlamentares têm demarcado posições políticas diferentes das dos ruralistas quanto a mudanças no Código Florestal. Ainda assim estão em posição desfavorável na disputa política e de correlações de forças no Congresso, sobretudo quanto ao poder de influência e mobilização nas duas casas legislativas. São grandes os obstáculos para pautar, por exemplo, a “resistência” e o combate às medidas de flexibilização das leis ambientais conduzidas pela bancada ruralista, assim como para propor medidas normativas que valorizem, fortaleçam e garantam a aplicação dos mecanismos de proteção ambiental no país, como o Código Florestal.

Posto isso, há de se assinalar o campo de disputas que se delineou no cenário político nacional recente e tem marcado os debates e a perspectiva de deliberação política acerca da legislação ambiental vigente no país, particularmente o Código Florestal. Esse contexto se traduz em embates políticos na esfera da sociedade civil e nas arenas decisórias do Estado, no Poder Executivo e no Congresso Nacional; nele, representantes políticos do agronegócio (bancada ruralista e entidades do patronato rural – CNA, OCB) e um conjunto de entidades ambientalistas (Greenpeace, Instituto Socioambiental), movimentos sociais rurais (MST, Via Campesina, CPT, CONTAG) e parlamentares aliados a esses segmentos ocupam lados opostos.

²⁹ Para mais informações sobre a Frente Parlamentar Ambientalista, acessar o endereço eletrônico: <http://www.frenteambientalista.com/>

Convém citar aqui uma reportagem sobre essa conjuntura política que prenuncia o desenrolar da questão em 2009:

A bancada ruralista ficou com 16 dos 36 lugares da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Por ela devem passar todos os projetos ligados à questão ambiental na Casa. Segundo o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), líder da Frente Parlamentar da Agropecuária, ocupar espaço nesta comissão foi uma atitude deliberada. “Estávamos orientando o pessoal para nos dividirmos bem nas comissões de nosso interesse”, conta ele. Segundo Colatto, houve recomendação para os ruralistas se estabelecerem nas Comissões de Agricultura, na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e na de Relações Exteriores, além da do Meio Ambiente. Para o coordenador da Comissão Pastoral da Terra Dirceu Umagalli [SIC], os ruralistas serão um entrave à aprovação de leis de proteção ao meio ambiente. “Eles estão se lixando para a questão ambiental”, afirma. “Para os ruralistas a questão ambiental é um empecilho. Para avançar na Amazônia ou Cerrado eles têm de reelaborar a lei. Não que isso seja um problema, afinal eles nunca cumpriram a lei.” Colatto diz que a ocupação e o interesse dos ruralistas na comissão é legítimo [SIC]. “Somos diretamente atingidos pela questão ambiental. Atualmente, o produtor não sabe o que fazer em relação ao meio ambiente. Ele fica numa situação de vulnerabilidade em que há muitas exorbitantes e pode até perder a propriedade”, diz o líder. (LOCATELLI, 2009).

Dessa maneira, em 2009, os embates acerca da reformulação do Código Florestal ainda estão em curso. Em razão dessa dinâmica, não podemos fazer uma análise mais conclusiva sobre o tema. Cabe apenas sinalizar que neste ano, sobretudo no segundo semestre, a CMADS tem sido palco de uma intensa luta política entre os atores sociais mencionados, em razão da continuidade de apreciação e deliberação de propostas, considerando também nesse contexto os posicionamentos do próprio governo federal sobre o tema em questão.

2.3 Núcleo Agrário do Partido do Trabalhadores: trajetória de resistência no parlamento e dilemas atuais

No campo de forças políticas atuantes nas demandas agrárias e agrícolas da arena político-institucional do Congresso, também se identifica a presença do Núcleo Agrário do PT. Segundo assessores parlamentares entrevistados para esta pesquisa, que lidam cotidianamente com assuntos agrários e agrícolas no parlamento, o núcleo comparece como principal agremiação parlamentar no campo partidário de esquerda, a qual se articula como canal de representação política e interlocução entre parlamentares e sociedade civil, desde o início da década de 1990.³⁰

Nos limites de enquadramento ao espaço político-institucional do parlamento, o núcleo defende demandas e reivindicações de movimentos sociais e sindicais de camponeses

³⁰ Um assessor técnico para temas agrários e agrícolas na Câmara dos Deputados que entrevistamos na pesquisa de campo disse: “[...] quando você fala em Núcleo Agrário, apesar da expressão política dele dentro da casa, ele é composto de parlamentares do PT, digamos assim, ele é o Núcleo Agrário de um partido. Na questão agrária, você tem parlamentares que são de outros partidos, PC do B, PSB, o próprio PDT, no PSOL” (dezembro de 2008).

e trabalhadores rurais, tais como CONTAG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/FETRAF, MST, Via Campesina e entidades de apoio à reforma agrária e agricultura camponesa/familiar como ABRA, CPT e Fórum Nacional de Reforma Agrária. Sua atuação se condiciona a limites e regras impostos pelo espaço político-institucional do parlamento, onde há disputas de forças políticas, posições ofensivas de segmentos conservadores, práticas de clientelismo que permeiam as relações de interesses públicos e privados e hegemonia de representantes políticos ligados às elites econômicas do país.

Torna-se recorrente, então, o bloqueio e/ou impedimento de avanços buscados na esfera normativa por atores políticos como o núcleo agrário, que defende propostas direcionadas a setores subalternos, as quais em alguma medida atingem o monopólio de poder econômico e político de classes sociais e frações dominantes. Quanto à questão agrária, isso pode ocorrer via iniciativas de democratização do acesso à terra, de fortalecimento das ações de reforma agrária, de combate ao trabalho escravo no campo, de estruturação da agricultura camponesa e pela efetivação do preceito constitucional da função social da propriedade da terra, dentre outros temas da agenda de enfrentamento dos problemas agrários no âmbito do Estado. Por representar o ator político principal no Congresso Nacional ao lado das organizações de camponeses e trabalhadores rurais e contrapor-se, ideológica e politicamente, aos representantes políticos do agronegócio (bancada ruralista), o Núcleo Agrário é analisado aqui segundo alguns elementos associados à sua origem na cena política e características de sua organização e atuação.

Ainda há outros segmentos políticos que também buscam vocalizar pautas e demandas direcionadas à agricultura camponesa/familiar no parlamento, a exemplo da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e da Frente Parlamentar em Defesa da Terra, Território e Biodiversidade: Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, esta última conhecida como Frente da Terra. A primeira se formou em meados de 1995, apoiada pela CONTAG, como informa Frade. Seu surgimento ocorre

[...] como necessidade de organizar um movimento em defesa da causa dos pequenos agricultores [...]. Era preciso, segundo afirmam, fazer frente aos fortes interesses existentes no Congresso para que a matéria figurasse na agenda. A primeira reunião ocorreu em 25 de novembro de 1995 e o processo de arregimentação de apoio demorou cerca de cinco meses. Este trabalho contou com apoio da CONTAG, federações dos estados e também sindicatos e foi articulado inicialmente por quatro parlamentares. (FRADE, 1996, p. 97).

Em novembro de 2003, a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, inativa desde 2002, foi rearticulada no parlamento, sob coordenação do deputado federal Assis Miguel do Couto/PT-PR (NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL/NEAD,

2003). Essa articulação contou com o apoio da CONTAG. Em julho de 2007, ocorreu outro ato político de relançamento — dessa vez, o deputado federal Anselmo de Jesus (PT/RO) assumiu a coordenação da frente.

Entre os objetivos da Frente estão a promoção de políticas públicas e o aprimoramento da legislação federal para o fortalecimento da agricultura familiar. Além de trabalhar pela defesa da biodiversidade e pela utilização sustentável dos recursos naturais. (BRASIL, 2008).

A Frente Parlamentar da Terra foi lançada em abril de 2007, na Câmara dos Deputados. Naquele momento, reunia vários deputados federais e senadores; à sua frente estavam parlamentares, sobretudo, do PT, do Núcleo Agrário, do Partido Socialismo e Liberdade/PSOL, do Partido Comunista do Brasil/PCdoB, Partido Socialista Brasileiro/PSB e do PMDB. Também era apoiada por setores do Executivo — como o Ministério do Desenvolvimento Agrário — e da sociedade civil (MST, Via Campesina, CPT, outros movimentos e entidades). Seu objetivo era

[...] seguir uma agenda de ações parlamentares que incentivem e acelerem políticas públicas ligadas ao pequeno agricultor familiar, ao meio ambiente, aos direitos humanos, ao reconhecimento de território de povos tradicionais e ao cumprimento da Constituição Federal, no que se refere à função social da terra. (JB ONLINE, 2007).

O Núcleo Agrário surgiu em meados de 1990, numa conjuntura em que o PT passou a conquistar mais espaço na cena política nacional e crescimento do ponto de vista de seu eleitorado, elegendo, por consequência, um número expressivo de deputados federais à 49ª legislatura da Câmara Federal (1991–5). O partido conseguiu eleger sucessivamente mais deputados do que nas eleições anteriores: saltou de 8, em 1982, para 16 em 1986 e 35 no pleito de 1990, fortalecendo sua bancada na Câmara dos Deputados (CARVALHO, 2006). Dentre os parlamentares eleitos, havia um grupo cujo perfil político se vinculava a lutas sociais do campo: muitos eram líderes de movimentos sociais e sindicais, outros tinham elos fortes com essas organizações em seus estados de origem, a exemplo dos sindicatos de trabalhadores rurais (STR's), das FETAG'S — agremiados pela CONTAG —, do MST e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Alguns estados que elegeram deputados com esse perfil foram Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Paraná. Mas, uma vez ampliada a bancada, seria necessário então adotar estratégias de organização política, pois um número maior de deputados eleitos implicava interesses mais diversos a serem representados, inclusive a base social do partido — movimentos sindicais e sociais, segmentos da igreja católica progressista e demais setores populares. E mais, o crescimento da bancada direcionaria os parlamentares a certas políticas

setoriais com que tinham mais afinidade e preparo para lidar. Outra preocupação era distribuí-los de modo a ocuparem o maior número de comissões parlamentares da Câmara para que pudessem acompanhar mais e influir nos processos decisórios.

Eis o contexto de criação de núcleos temáticos ou setoriais que aglutinariam as demandas e propostas e com que partido e parlamentares buscariam atender reivindicações de sua base social e fazer frente à sua plataforma programática, realizando a disputa nos espaços de debate e deliberação. Assim, surgiram núcleos nas áreas de desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano, direitos humanos, educação, meio ambiente, infraestrutura, segurança pública, questão agrária e outros (CARVALHO, 2006). Sobre a formação e o surgimento do Núcleo Agrário, F. (2008), assessor técnico da bancada do PT para a área de política agrária na Câmara dos Deputados e uma das pessoas que vivenciou tal processo, relata:

Quando o Adão Preto se elegeu deputado federal, ele nos convidou para vir fazer a assessoria técnica dele aqui em Brasília. Na época [legislatura da Câmara de 1991–5] foi até um fato histórico importante na trajetória das lutas camponesas, porque pela primeira vez você tinha na bancada do Partido dos Trabalhadores um conjunto de deputados oriundos da área rural, que eram agricultores mesmo, não eram apoiadores. Sempre teve deputados que de certa forma apoiaram... o PC do B, que teve deputados em tempos idos vinculados diretamente ao campo. Então, na época veio o Pedro Toneli, do Paraná, o Valdir Ganzer, do Pará, o Adão Preto, do Rio Grande do Sul, a Luci Choinacki, de Santa Catarina, e, vinculado também dessa área, da Bahia, o deputado Alcides Modesto. Foi um fato histórico isso, pela primeira vez houve um crescimento expressivo da bancada do PT [...], [Além de] ter elegido um conjunto de companheiros ligados à área rural, e mais importante do que simplesmente ligados, eram trabalhadores rurais, lideranças dos movimentos rurais, expressão desses movimentos, que vinham para o parlamento federal [...]. Esses deputados se agruparam [...]; com o crescimento da bancada do PT também houve uma discussão de como é que a bancada iria atuar, como que ela iria se organizar, porque antes você tinha dez deputados, eram pouquíssimos, atuando em todas, cobrindo todas [as áreas]. Dessa vez você tinha gente praticamente para distribuir em todas as comissões. E aí que surgiu o debate dentro da bancada de organizar a bancada por núcleos temáticos, e aí, obviamente, se constituiu o que hoje nós conhecemos historicamente como Núcleo Agrário. Então, desde 1990.

Outro assessor ligado à base parlamentar do PT e que atuou desde os anos iniciais de organização do Núcleo Agrário, T. (2008) esclarece que

[...] o embrião dele foi a luta na constituinte. As derrotas e algumas vitórias episódicas, depois então [...] já na primeira bancada do PT, 16 parlamentares ainda... quer dizer... foi fundamental a articulação da sociedade civil, não só das organizações dos trabalhadores, mas também de ONGs. Passaram a se articular aqui no parlamento, pós-constituinte, para intervir nesse tema do agrário. Tanto para fazer avançar a reforma agrária como a mobilização por políticas agrícolas, resistir contra o latifúndio etc. E com o fortalecimento e ampliação da bancada do PT, ganhou vigor e, também, o fortalecimento do MST, enfim... é daí que surge o Núcleo Agrário, como um exemplo bastante virtuoso de articulação entre uma aliança institucional-social pelas causas populares no campo. Mas só foi possível com o crescimento da bancada do PT e com a vinda dos parlamentares, quer dizer, os próprios movimentos sociais passaram a produzir parlamentares, que vinham defender os temas do agrário, que nunca foi uma tradição do PT, e isso foi bastante virtuoso, essa experiência aqui.

Como se vê, o Núcleo Agrário surge no espaço político do Congresso graças ao crescimento de um partido de origem democrática e popular na cena política nacional; isto é, à ascensão política de representantes de organizações camponesas, trabalhadores rurais e partidários da “causa agrária” que passaram a ocupar mais expressivamente a arena do parlamento a partir da legislatura de 1991–5. Conforme disseram os assessores entrevistados, se comparado a momentos políticos anteriores, esse contexto pode, de fato, ser tido como relevante em razão do significado político expresso pela chegada desses atores ao parlamento e dos interesses e projetos que viriam a defender. Essa é uma característica da trajetória de organização política desse segmento parlamentar que se mantém nas legislaturas da Câmara. Por outro lado, ela define e contrapõe o território político e ideológico desses atores frente a seus adversários no Congresso, sobretudo à representação da bancada ruralista. Sobre essas duas questões, o assessor técnico F. (2008) ressalta que:

A primeira grande característica do Núcleo Agrário — e que nunca perdeu isto até hoje, espero que não perca — é que todos os parlamentares que o compõem cotidianamente, mesmo que mude os nomes, todos têm origem no movimento social. Se você pegar legislatura após legislatura, você vai ver que os membros efetivos do núcleo, que conduzem aqui, que fazem a reflexão cotidiana, o acompanhamento, todos eles são lideranças oriundas dos movimentos sociais. Vamos pegar hoje [legislatura 2007–11] o deputado Anselmo: foi presidente da FETAG em Rondônia, militante do movimento sindical e tal. Deputado Beto Faro, se você olhar o currículo dele, presidente da FETAG do Pará, ligado aos movimentos sociais. Deputado Assis, veio do movimento sindical, movimento cooperativista. Deputado Adão Preto, ligado ao movimento dos sem-terra, Via Campesina e outros movimentos. Domingos Dutra, sempre foi ligado também aos movimentos sociais, ele diretamente não como lavrador, mas sempre como militante, seja como advogado [...] e vem como fruto da expressão dessas lutas no Maranhão. Então, todos direta ou indiretamente são lideranças desses movimentos, ou ligados diretamente a esses movimentos. Essa característica essencial, eu reputo ela como essencial, porque aí não é um núcleo de apoio, são representantes dos movimentos no parlamento. Assim como a direita tem os seus representantes no parlamento, a Kátia Abreu é presidente da CNA, o Colatto, o Lupion era presidente da UDR até pouco tempo, assim por diante. Então como eles têm os seus legítimos representantes aqui, os movimentos sociais também têm os seus legítimos representantes.

Na conjuntura política da Câmara Federal após a constituinte, ou seja a partir da legislatura 1991–5, a organização política e a definição de projetos e pautas que suprissem demandas e reivindicações de segmentos populares do campo, dentre outros assuntos da agenda agrária, impuseram-se como elemento estratégico ante os embates e as disputas no parlamento. Nessa ótica, em seus limites, o Núcleo Agrário poderia ser esse espaço de socialização política — como afirma F. (2008), assessor da bancada do PT:

Bom, tínhamos já a experiência da época da constituinte, de ter que enfrentar a UDR. Então iríamos pela primeira vez, organizadamente, enfrentá-la não, digamos assim, no campo de batalha; iríamos enfrentá-la no campo institucional e enfrentar mais do que a UDR: enfrentar o patronato rural, que sempre dominou de braçadas aqui [no Congresso], nunca teve oposição. E tínhamos que nos fazer respeitar, desde aquela época, como uma bancada com propostas... Um dos primeiros projetos apresentados foi pelo ex-deputado Marangon, logo depois que promulgou a constituinte, aí você teve mais 89 [e 1990] [...]. A estratégia foi recuperar o projeto que regulamentava a Lei Agrária, esse foi um dos primeiros grandes pontos de pauta na época, que resultou na lei 8.629. Então é uma tramitação que dura de discussão de 90, 91, 92 e vai resultar na Lei Agrária em 93, regulamentando os dispositivos constitucionais. Não há grandes inovações na lei, em relação à Constituição e à legislação anterior; mas foi um marco você ter conseguido naquele período, como resultado do embate, aprovar uma regulamentação para a questão agrária. Esse, digamos para mim, foi o primeiro grande marco daquela legislatura.

Como era de se esperar, sobretudo em razão dos embates já travados entre setores progressistas e pró-reforma agrária *versus* ruralistas e demais segmentos conservadores na Assembleia Nacional Constituinte (1987–8), outra vez o ambiente político seria marcado por confrontos e tensões, como sugere a fala do assessor. A contrapartida seria apresentar projetos e articulações para conquistar avanços, em especial nos vários entraves ao texto constitucional de 1988 e temas relativos à reforma agrária e aplicação de preceitos da função social da propriedade da terra, dentre outras demandas da agenda política da questão agrária.

F. (2008) destaca outro ponto que traz à tona o processo inicial de atuação política do Núcleo Agrário no parlamento, relativo ao tema do cooperativismo, que gerou disputas entre a referida agremiação e os representantes ruralistas:

Outro marco importante que eu reputo ainda naquela época [1991] foi ter barrado, por exemplo, a legislação, a toque de caixa, que a OCB queria fazer em torno das cooperativas. O movimento rural tinha um movimento incipiente de cooperativas, não conseguia nem sequer fazer um enfrentamento com o setor patronal, e um dos pontos que está pendente de regulamentação até hoje é a lei geral de cooperativismo. A OCB fez aqui dentro, a toque de caixa, um projeto, passou a patola por todas as comissões... nós conseguimos emparelhar o projeto na comissão de Constituição e Justiça, está parado lá até hoje, por emendas de plenário, e tudo. Mas outra grande vitória foi ter ganhado esse tempo esses anos todos para, inclusive, fazer fluir o movimento cooperativista, com os avanços da cooperativa de crédito, de trabalhadores rurais, de produção, das áreas de assentamento, sem ficar engessado por aquela legislação anterior, nem ser obrigado a ficar sobre o “tacão” da OCB, digamos assim.

Outro elemento característico da organização política do Núcleo Agrário são o diálogo e o ambiente de participação política construídos entre este e os movimentos sociais rurais e as entidades de assessoria agrária do país, tais como MST, Via Campesina, CONTAG, CPT, ABRA e outros, desde os primeiros anos de sua existência. Esse traço aparece no relato de assessores parlamentares que participaram da trajetória do núcleo:

Eu acompanhei o Núcleo Agrário durante praticamente dez anos, que foram os últimos dez anos. Mas o pessoal, o próprio [deputado federal] Adão Preto e outros contam... Primeiro, por um período significativo de tempo, era o único núcleo, o Partido dos Trabalhadores tinha vários núcleos, núcleo de saúde, meio ambiente, núcleo agrário, políticas públicas, tinha vários núcleos. O único que tinha assim, regularmente, reuniões e debatia as pautas e tal era o Núcleo Agrário. Os outros também funcionavam, mas assim, toda quarta-feira, essa era uma coisa bastante significativa, [...] era até meados dos anos de [19]90, senão o grupo mais representativo, um dos mais representativos em número de parlamentares e era bastante combativo. E aí o que me impressiona era um grupo de parlamentares que vinham de várias tendências [do PT], um da articulação de esquerda, outro do campo majoritário, outro da DS, [Democracia Socialista] mas no Núcleo Agrário a coordenação não passava por essas disputas. Então isso deu ao Núcleo Agrário uma consistência teórica... essa é uma coisa. A outra, eu acho que era um dos poucos núcleos que tinham uma participação praticamente sistemática dos movimentos sociais, então todas reuniões, que eram cedo, eram 7 horas da manhã, estavam sempre lá, meia dúzia de parlamentares, muitos assessores e vários dos movimentos. A ABRA, o MST, a CONTAG, a CPT, a CNASI, a associação dos funcionários da Embrapa, sempre tinha. (S., 2008).

Outra questão essencial do Núcleo Agrário é a participação dos movimentos. Os movimentos sociais sempre tiveram assento nas reuniões do Núcleo Agrário, todas elas. Não assento para observar, mas como voz e voto em muitas questões. Então muitas posições internas, adotadas pelos deputados, são fruto de uma longa discussão com os movimentos sociais e expressão das decisões dos movimentos sociais. Então fazem uma defesa da posição dos movimentos. De certa forma ele representa isso. (F. 2008).

Historicamente o Núcleo Agrário era a instância de resistência — na institucionalidade — de um projeto de esquerda do movimento popular... aqui se aglutinava, se realizava uma grande força política unindo movimentos sociais, sindicais e a representação do PT no parlamento. Isso foi importante para a luta, muito importante. (T. 2008).

A relação entre organizações políticas dos trabalhadores do campo (movimentos, centrais sindicais etc.) e os parlamentares que integram ou integraram o Núcleo Agrário ocorre, historicamente, em reuniões nas quais se discutem assuntos agendados no debate público e nos espaços de tomada de decisão do Estado, em especial os poderes Executivo e Legislativo, assim como se definem propostas, posições e pautas de intervenção política a serem defendidas pelos parlamentares vinculados ao grupo.

O relato dos assessores políticos que atuam ou já atuaram no Núcleo Agrário sugere que a trajetória de ação política desse segmento nas arenas político-institucionais do Estado, sobretudo no Legislativo, tem duas etapas distintas num nível mais geral de análise. Na primeira, o PT representava a oposição ao governo, especificamente o de Fernando Henrique Cardoso (1991–5, 1995–9), quando os parlamentares integrantes do núcleo e os demais parlamentares do partido defendiam a bandeira da reforma agrária e outras demandas sociais que surgiam da mobilização, na esfera pública, de organizações de trabalhadores rurais, sem-terra e pequenos agricultores. Eis o que diz um ex-assessor parlamentar:

[...] a partir de 1994, a bandeira da reforma agrária, a bandeira dos movimentos sociais, ela se transformou numa bandeira instrumental de oposição. O que eu quero dizer com isso: muitos parlamentares, nas defesas do movimento, faziam a defesa como ataque ao Executivo, ou seja, a defesa da reforma agrária era uma defesa de oposição ao Executivo. (S., 2008).

Como nos informa o entrevistado, as reivindicações em torno da temática agrária, para além de sua conotação legítima, expressa a partir dos anseios e pautas políticas dos movimentos sociais do campo, tornaram-se também uma bandeira de oposição dos parlamentares do PT e do Núcleo Agrário ao governo vigente, ou seja, nas duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

[na gestão de] Fernando Henrique Cardoso, era outra história, era uma coisa realmente muito organizada, muito forte, sistematizada, enfim, era uma instância... De fato, o Núcleo Agrário era a principal instância, reconhecida internamente... porque a bancada [do PT] é dividida em núcleos; todo mundo reconhecia o Núcleo Agrário como um núcleo de vigor político, de organização e de articulação com a sociedade civil, enfim... e fez uma grande resistência aqui [no Congresso Nacional]. (T., 2008).

Ele aponta, portanto, uma diferença entre o perfil de atuação política do Núcleo Agrário naquele momento e a forma como este se comportaria quando o PT assumiu a direção do governo federal, a partir de 2003. Assim, a segunda etapa na trajetória do núcleo se refere ao período em que o PT, mediante a composição de uma coalizão com outros partidos (PL, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PRB), ascende à direção do governo federal para exercer a gestão de 2003–7 e a atual (2007–11), ou seja, sai de oposição para ser situação. Essa condição política rearranjou posicionamentos, discursos e posturas de quadros políticos e dirigentes do partido, os quais passaram a ocupar postos no Executivo e Legislativo. Referimo-nos aqui especificamente a parlamentares atuantes no Núcleo Agrário e outros não vinculados diretamente ao núcleo, mas que se alinham com aqueles por terem algum tipo de atuação parlamentar em demandas ligadas à realidade agrária e agrícola. Segundo dizem os assessores e ex-assessores ligados ao temário agrário e agrícola do PT entrevistados para esta pesquisa, nesse novo cenário é recorrente o entendimento de que a condição do partido de ser governo deu outra dinâmica de atuação política aos parlamentares vinculados ao núcleo. Eis o que dizem:

[...] hoje você vive um drama — se antes era fácil você fechar uma posição porque era oposição, hoje fica difícil você fechar uma posição porque você é governo. E quando a proposta vem do Executivo, vem do governo, o Núcleo Agrário fica numa situação de mal-estar. Se ele é contrário, às vezes não pode se posicionar tão abertamente contra e acaba sendo atropelado no tema em função da posição política do governo. (F., 2008).

[...] ser oposição era muito mais fácil, porque a gente batia, batia e não tinha noção do que era a máquina. Agora sendo governo, é mais difícil, e o núcleo dividiu-se ao meio [...]. Quando o Lula foi eleito, veio junto um novo grupo de deputados que eram mais, vamos dizer assim, “governistas”, e ficou um grupo mais arisco ao governo, que era o pessoal mais ligado à Via Campesina. Então, inclusive no primeiro ano do governo Lula, o Núcleo Agrário teve dois coordenadores, um era o Adão Preto, o outro era o Josias Gomes, da Bahia, então o grupo ficou pela metade. [...] Outra característica é que o Núcleo Agrário acabou enfraquecendo também... se toda a bancada do PT é oposição ao governo Fernando Henrique, você tem mais unidade dentro do núcleo, e uma relação mais afinada do núcleo com a bancada. Agora, quando a gente torna-se governo Lula, tem essa diferença, ele fica um núcleo mais, vamos dizer, à esquerda do conjunto da bancada. (T., 2008).

Esse quadro de relações entre Executivo e Legislativo produz tensionamentos. Os dirigentes de governo e os tomadores de decisão têm se esforçado em pressionar os parlamentares do partido e da base aliada para que sustentem, no Legislativo, as iniciativas e ações conduzidas pelo governo Lula. Configuram-se, assim, os limites de atuação política do Núcleo Agrário no parlamento: “[...] se ele é contrário, às vezes não pode se posicionar tão abertamente contra e acaba sendo atropelado no tema em função da posição política do governo”. Por outro lado, a base social dos parlamentares vinculados ao núcleo, formada majoritariamente por movimentos sociais rurais e mediadores (CONTAG, MST, FETRAF, Via Campesina, CPT, ABRA etc.), também, cobra e pressiona os parlamentares da agremiação para que se posicionem mais aguerridamente no Congresso ou supram de fato as demandas e os interesses relativos à reforma agrária, aos trabalhadores rurais, à agricultura camponesa/familiar e aos conflitos no campo, dentre outros temas.

Não bastasse isso, a própria agenda de enfrentamento dos problemas agrários e da política agrícola gera tensões, manifestadas na relação entre parlamentares do núcleo e organizações da sociedade civil. Alvo de mobilização política de atores estatais e da sociedade civil, ela representa um campo de tensionamentos dirigidos em particular aos parlamentares do Núcleo Agrário. Essa análise reconsidera a relação entre Executivo e Legislativo, como assinala um dos assessores entrevistados:

Em 2003, ampliou-se o número de parlamentares que tinham essa associação com o movimento e tal. Mas os temas são polêmicos, especialmente a questão agrária. Então, como eles apóiam o governo, e o governo não faz... ao longo desses dois mandatos, esse pessoal foi se distanciando das bandeiras do movimento social por alguns motivos. Porque é polêmico, porque é conflituoso [...]. Então quando a gente diz assim, com quem a gente conta no parlamento para fazer a luta, é uma meia dúzia. Por quê? Porque os outros não são simpáticos? Não! Toda a bancada dos partidos de esquerda a princípio é simpática com a causa. Mas entre ser simpático e se envolver com a causa, portanto se tornar um defensor, apresentar projetos, fazer o enfrentamento político nas comissões, na Comissão de Agricultura, vai uma distância... voto... estar atento aos temas e dizer: “Não, esse projeto não pode passar porque esse projeto isenta a bancada ruralista”; “Esse projeto tem que passar porque beneficia os quilombolas e tal”... Aí vai uma distância. Porque é uma agenda que não

interessa ao Executivo, é uma agenda que não interessa ao governo, no sentido que ela é sempre conflituosa, ela traz barreiras, ela gera disputas com o Ministério da Agricultura, ela gera disputas com a Secretaria de Assuntos Estratégicos, essa do [Roberto] Mangabeira Unger. Então, muitos parlamentares, entre a opção, vamos dizer assim, institucional, política e a opção social — o próprio movimento —, tendem ao Executivo. Então isso dá um desequilíbrio muito grande, de um lado uma bancada [a ruralista] articulada, política e ideologicamente, bandeiras muito claras, bandeiras retrógradas, reacionárias, conservadoras. E de outro uma bancada que não tem bandeiras muito claras, porque elas estão vinculadas ao executivo. (S., 2008).

Como se vê, o caminho de enfrentamento dos problemas agrários se expressa como agenda “polêmica e conflituosa” na arena político-institucional do Estado e afasta ou desestimula diversos parlamentares com mais comprometimento ou menos para se envolverem na questão. O risco é seu capital político, um dos motivos para se “afastarem das bandeiras do movimento social”. A isso se junta o agravante de que o Poder Executivo, sobretudo no governo Lula, esquia-se de deliberar demandas e reivindicações diversas, tais como fortalecimento das ações de reforma agrária, estruturação de uma política agrícola nacional com ênfase na agricultura de base familiar, atualização dos índices de produtividade da agropecuária, reestruturação dos órgãos públicos que executam a política agrária e programas voltados à agricultura camponesa, em especial MDA, INCRA, CONAB e EMBRAPA. Esse contexto contribui para que os parlamentares do Núcleo Agrário do PT reorientem seus discursos e suas linhas de atuação política de modo a abrandar críticas ao desempenho insatisfatório do governo a essas ações e a apoiar as posições e propostas do Executivo quando passam a integrar a agenda de debate e deliberação no parlamento. Um dos ex-assessores parlamentares e da bancada do PT sobre essa questão diz que:

[...] como as bandeiras agrárias — reforma agrária, luta pela terra, conflitos — tinham problemas [...] vários membros do Núcleo Agrário começaram a fazer o discurso, fazer proposições, portanto projetos, bastante voltados à política agrícola, portanto à agricultura familiar. Então, disputa por mais créditos do PRONAF... eu não estou dizendo que elas não sejam importantes, mas elas são bandeiras menos conflituosas, elas são bandeiras que permitem maior grau de negociação. Projetos de lei relacionados à política agrícola, recursos ou novas linhas de crédito para o PRONAF, seguro agrícola, habitação rural, alguns inclusive se transformaram em programas do Executivo. Uma ênfase bastante forte na necessidade de fortalecer a agricultura familiar, aumentar a produção, consolidar... portanto, um discurso muito próximo, muito parecido com o discurso do INCRA, do MDA nos primeiros anos: “o importante não é expandir a reforma agrária, os assentamentos, mas consolidar os assentamentos, torná-los produtivos, torná-los eficientes, modernos”. Esse foi o discurso que o parlamento, esses simpatizantes, esses membros do Núcleo Agrário, foi indo na direção. (S., 2008).

Também o que se chama de campo de “correlações de forças desfavorável” indica os dilemas vividos pelo Núcleo Agrário do PT e por demais segmentos parlamentares que, de alguma maneira, apóiam e defendem as demandas de trabalhadores rurais, pequenos agricultores e

movimentos sociais do campo, nos espaços político-institucionais do Congresso Nacional. São obstáculos e dificuldades para aprovação de proposições legislativas que representem avanços no setor da agricultura familiar/camponesa e para ações de reforma agrária, desenvolvimento dos assentamentos rurais, combate ao trabalho escravo e outras que caminhem rumo à justiça social no campo. Nesse “território em disputa”, estão demarcadas a atuação e a ofensiva de atores políticos hegemônicos, com projetos, interesses e valores divergentes aos do Núcleo Agrário, dentre os quais a bancada ruralista, o principal. A isso se junta o conflito que os problemas agrários geram, sobretudo nos poderes Legislativo e Executivo. Trata-se de uma condição que dificulta a conquista de apoio político entre outras forças e outros segmentos parlamentares, tais como partidos, lideranças partidárias, bancadas suprapartidárias e parlamentares individualmente. Os segmentos e atores que levantam essas bandeiras são desaconselhados e/ou combatidos por adversários políticos. Criam-se situações e episódios de embate e tensão entre grupos divergentes. Muitas vezes, isso ocorre entre os parlamentares defensores da reforma agrária e da agricultura camponesa/familiar — estes mais próximos dos movimentos sociais rurais *versus* os ruralistas e suas entidades de representação na sociedade civil.

Nesse cenário, a inserção política do Núcleo Agrário do PT e mesmo de agremiações suprapartidárias como a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e, mais recentemente, a Frente Parlamentar da Terra sempre se realizou de forma limitada; um dos motivos para isso é o baixo quórum de parlamentares envolvidos de fato na questão. À disputa política e ao avanço de propostas na arena do parlamento, essa situação se torna claramente desfavorável — embora o número de parlamentares não seja o único critério a ser considerado. A condição limitada e desfavorável de correlações de forças se desdobra no que os assessores e ex-assessores do Núcleo Agrário chamaram de “atuação de resistência e de impedimentos de retrocesso no parlamento”, em especial sobre o marco legal que trata dos temas agrários, agrícolas e correlatos (questão ambiental, indígena etc.). A nosso ver, eis aí o papel central do Núcleo Agrário no presente, como se observa no relato dos entrevistados:

Porque o outro motivo também, que eu acho importante, o que era o Núcleo Agrário? Era um grupo de parlamentares, assessores que se reuniam com uma pauta, e essas pautas eram tanto *não impedir retrocesso no parlamento* e tal como também negociar com o executivo (S., 2008).

Hoje na questão agrária *nós estamos numa situação reativa*, porque a iniciativa de modificação da lei agrária, da legislação indigenista, da legislação ambiental vem como pressão dos ruralistas. Eles é que têm pautado pela flexibilização dessa legislação. Na questão indígena, com todas as ressalvas que podem ser feitas, eles sofreram uma derrota grande, no Supremo agora [Julgamento Raposa Serra do Sol — 2008]. Eu acredito que isso não vai desanimá-los; pelo contrário, eles vão é vir com mais força ainda, para então forçar a mudança na legislação. (F., 2008).

A gente não consegue fazer aprovar lei de interesse popular porque a correlação de forças é impossível. Eu tenho uma comissão de agricultura com 55 parlamentares, tu tem três, o resto é tudo de direita. Então eles aprovam o que querem e derrotam o que querem. *A luta aqui é mais de resistência*. Hoje, por exemplo, um tema que está pautado na sociedade civil, que é a limitação do tamanho da propriedade, isso surgiu aqui no PT, no Núcleo Agrário, não foi na sociedade civil, surgiu aqui, foi inclusive uma coisa que foi bancada... na época inclusive o líder da bancada do PT era o [Aluísio] Mercadante, proposta do Núcleo Agrário, toda a bancada fechou questão em apoiar [a proposta de limitação de propriedade]. (T., 2008).

Tivemos a PEC aí, que é pior ainda de passar, você não tem força. São três quintos dos parlamentares, não tem a menor chance, com essa correlação de forças aqui. Fizemos avançar, coisas na periferia, nas franjas do agronegócio, conseguimos alguma coisa. Todos os temas, a PEC do trabalho escravo, tudo depois do Núcleo Agrário; é a origem de tudo isso. Mas não passa, mesmo agora está com dificuldade de passar. *Está aqui na Câmara, mas não conseguem votar, são forças poderosas que impedem*. [...] A gente tem tido muita atuação, o problema é que eles [a bancada ruralista] têm força política, e nós não temos. Não adianta tu ter um trilhão de propostas e não ter força nenhuma, nenhuma passa. *A nossa atuação aqui foi sempre na resistência e apresentando muita proposta, mas nada passa, porque sem hegemonia, sem maioria*. Além de tudo a bancada ruralista age como um monolito, eles não têm essas fissuras... eles podem ter as diferenças episódicas deles, mas quando é pra valer eles se unificam e pronto. Uma forte base parlamentar, com mais de 200 parlamentares mais ou menos, e nós com três gatos pingados. Como é que faz esse enfrentamento, é impossível! (T., 2008).

Assim, num território onde estão em grande desvantagem as forças políticas que apóiam e defendem os interesses e as demandas dos agricultores camponeses/familiares, dos movimentos sociais do campo, bem como ações direcionadas à democratização do acesso à terra, dentre outros temas ligados à agenda agrária, a atuação política de “resistência” e com vistas a impedir retrocessos no Congresso se configura como estratégia essencial. De todo modo, várias foram as propostas apresentadas no espaço político do Congresso nos últimos anos, fruto da iniciativa de parlamentares vinculados ao Núcleo Agrário do PT e de outros que se identificam com tal agenda de reivindicações. Registramos algumas delas no Quadro 2.

Um primeiro dado a ser destacado dessas proposições legislativas é sua coletividade: a maioria tem um autor — que assina a proposição — e parlamentares coautores/apoiadores —que endossam a iniciativa. Essa é uma prática recorrente entre aqueles vinculados ao Núcleo Agrário do PT. Em segundo lugar, as proposições listadas no Quadro 2 e várias outras resultam de debates, negociações e articulações entre parlamentares e representantes de movimentos sociais e organizações dos trabalhadores rurais (MST, Via Campesina, CONTAG, FETRAF, Fórum Nacional de Reforma Agrária, ABRA, CPT etc.), que definem propostas a serem lançadas à disputa política na arena do parlamento. Alguns temas e algumas proposições legislativas formulados e debatidos por esses atores sociais nos remetem a uma trajetória de embates e enfrentamentos desde a assembleia constituinte de 1987–8; logo, permearam todo o percurso de atuação política do Núcleo Agrário no espaço do parlamento, iniciado em meados de 1990.

QUADRO 2
Proposições legislativas que trazem avanços ao tema agrário no Congresso Nacional — a partir de 2000

PROPOSTA / AUTOR	EMENTA
PEC 287/2000 Dep. Luci Choinacki (PT/SC) e coautores	Altera a Constituição Federal, limitando ao máximo de 35 módulos fiscais o tamanho da propriedade rural, estabelecendo este limite como requisito ao cumprimento da função social da propriedade.
PEC 438/2001 Dep. Ademir Andrade (PSB/PA)	Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, estabelecendo a pena de expropriação da propriedade onde for constatada a exploração de trabalho escravo, destinando-a para fins de reforma agrária — conhecida como “PEC do Trabalho Escravo”
PL 5.946/2005 Dep. Adão Preto (PT/RS) e coautores	Modifica o artigo 11 da lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei Agrária), ajustando parâmetros, índices, e indicadores e produtividade das propriedades em períodos não superiores a cinco anos.
PL 7.113/2006 Dep. João Alfredo (PSOL/CE) e coautores	Estabelece critérios para desapropriação de terras rurais para a reforma agrária, removendo obstáculos jurídicos presentes na legislação atual; dentre os objetivos do PL, destaca-se o cumprimento dos requisitos previstos no artigo 186 da Constituição Federal, que trata da função social da propriedade da terra; além disso, prescreve a revogação de alguns dispositivos da medida provisória 2.183–56, conhecida como “MP Anti-invasão”, ³¹ em especial aqueles que tratam das ocupações de terras.
PLP 363/2006 Dep. João Alfredo (PSOL/CE) e coautores	Altera e acresce dispositivos à lei complementar 76, de 6 de julho de 1993 (Lei do Rito Sumário), estabelecendo critérios para tramitação mais célere da ação de desapropriação de imóveis rurais.
PL 3.952/2004 Dep. Assis Miguel do Couto (PT/PR) e coautores	Institui a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; define o agricultor familiar como categoria produtiva, permitindo dessa maneira avanços na implementação de políticas públicas para esse segmento; PL foi aprovado no Congresso Nacional, recebeu sanção presidencial e se transformou na lei ordinária 11.326/2006.

Fonte: BRASIL, 2009a.

Nesse contexto, um eixo norteador dessa disputa política que mobiliza parlamentares, movimentos sociais rurais, organizações pró-reforma agrária, setores do poder público e da sociedade civil é a perspectiva de se avançar no cumprimento, na aplicação e na regulamentação dos preceitos constitucionais da função social da propriedade da terra. Outro eixo pretende alargar o campo de direitos instituídos na própria Constituição de 1988 e nas legislações posteriores que tratam do tema, em especial no que se refere à democratização do acesso à terra e à justiça social no campo brasileiro. Um terceiro eixo investe no aprimoramento do marco jurídico-legal que disciplina as ações de reforma agrária, como o fortalecimento do emprego de um de seus principais instrumentos: a desapropriação por interesse social, tornando-o menos oneroso ao poder público, mais célere e mais abrangente e

³¹ Para esclarecer o motivo do pedido de revogação de trechos da MP 2.183–56 de 2001, o deputado João Alfredo Telles Melo (2006, p. 7) autor do PL 7.113–2006, afirma na justificativa deste: “Apesar da MP ter corrigido alguns problemas apresentados na redação original, acabou por trazer vários dispositivos que dificultam o avanço da reforma agrária. Como exemplo, podemos citar a norma que impede a vistoria de áreas ocupadas por famílias de sem terra no período de dois anos seguintes da desocupação do imóvel, e a que exclui do processo de reforma agrária famílias envolvidas nas ocupações coletivas de terras”.

sem recorrer apenas só à dimensão produtiva, mas também às variáveis ambientais e sociais para se aferir o cumprimento da função social de dada propriedade rural.

Busca-se, assim, retomar e aperfeiçoar os requisitos previstos na Constituição Federal de 1988, em especial do capítulo 3 (Política agrícola e Fundiária e Reforma agrária), artigos 184, 185, 186, que abordam o preceito da função social da propriedade rural e a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Eis os requisitos de cumprimento da função social da propriedade indicados no artigo 186: aproveitamento racional e adequado; uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores — estes têm de ser atendidos simultaneamente pelo proprietário rural segundo critérios e graus de exigência a serem estabelecidos em lei. Eis, portanto, algumas das motivações políticas demarcadas pelas proposições legislativas mencionadas no Quadro 2, a exemplo das duas propostas de emenda à constituição: a PEC 287/2000 — que limita o tamanho de 35 módulos fiscais para propriedade rural (descumprimento da função social da propriedade que ultrapassar tal limite; isso torna o imóvel desapropriável para fins de reforma agrária) — e a PEC 438/2001 — que coíbe severamente a prática do trabalho escravo no meio rural, com a expropriação do imóvel rural onde for constatada sua ocorrência. Essas duas matérias contam com apoio amplo de movimentos sociais, entidades representativas dos trabalhadores rurais, agricultores camponeses e outros segmentos. São até objeto de campanhas envolvendo organizações da sociedade civil, como a “Campanha nacional pelo limite da propriedade da terra”³² e a “Frente nacional contra o trabalho escravo”.³³

Os projetos de lei PL 363/2006 (projeto de lei complementar) e PL 7.113/2006 (projeto de lei ordinária), de autoria do ex-deputado federal João Alfredo (PSOL/CE) em coautoria com parlamentares do Núcleo Agrário e de outros partidos, resultam de propostas formuladas em meados de 2005, durante os embates políticos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito/CPMI da Terra. Sua pauta inclui retomar dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e à função social da propriedade da terra (artigos 184 e 186 da CF; lei 8.629, de 1993 — Lei Agrária — e lei complementar 76 — Lei do Rito Sumário). Reforçam, por exemplo, o cumprimento dos requisitos ambientais, trabalhistas e produtivos, além de evidenciar o instrumento da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, “[...] procurando eliminar entraves que dificultam a aplicação do mesmo, ou que

³² Para mais informações, acessar o *website* oficial da campanha: <http://www.limitedapropriedadedaterra.org.br>.

³³ Para mais informações, acessar o *website* <http://www.trabalhoescravo.org.br>.

repercutem em aumento dos custos finais de indenização”, o contribui para tornar mais eficiente à obtenção de terras.

Dado o ambiente desfavorável de correlações de forças no Congresso Nacional, sobretudo para as iniciativas que retomam a questão da reforma agrária e desapropriação de terras, o PL 7.113/2006 teve, na Comissão de Agricultura da Câmara, no fim de 2006, parecer pela sua rejeição, proferido pelo relator da matéria, deputado ruralista Xico Graziano (PSDB–SP). Em seguida, a maioria dos deputados dessa comissão (por sinal, ruralistas) votou pela rejeição do projeto de lei, ou seja, conforme o parecer do relator. Votaram contra apenas três parlamentares: deputados Anselmo Duarte (PT/RO), Orlando Desconsi (PT/RS) e Odair Cunha (PT/MG) — naquele momento, os dois primeiros integravam o Núcleo Agrário do PT. No início de 2007, o projeto foi arquivado, conforme previa o regimento interno da Câmara dos Deputados.

A atualização dos índices de produtividade da atividade agropecuária no país também representa uma bandeira de destaque defendida por certos parlamentares defensores da “causa agrária” no Congresso Nacional e por vários movimentos sociais rurais na esfera pública. Assim, o PL 5.946/2005, assinado pelo deputado federal Adão Preto em coautoria com o deputado João Grandão, ambos do PT/RS e integrantes do Núcleo Agrário, propõe que parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade da propriedade rural sejam ajustados, no máximo, a cada cinco anos. Essa proposta contribui para que se avance no cumprimento da função social da propriedade rural, pois o aproveitamento adequado e racional da terra envolve adoção de níveis satisfatórios de produtividade que acompanhem o progresso técnico da agricultura brasileira, o que acontece periodicamente. Outro ganho social verificável pela atualização periódica dos índices de produtividade seria — caso os proprietários não cumprissem as exigências de produtividade — a existência de um estoque maior de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, destinando-as ao assentamento de famílias sem-terra.

Com base na trajetória histórica e na organização política do Núcleo Agrário, vimos que este comparece como segmento parlamentar que tem procurado inserir, no espaço político-institucional do parlamento, o debate e a deliberação de temas postos na chamada agenda da questão agrária brasileira. Mas compreender sua presença nesses domínios supõe considerar os limites e obstáculos à atuação política, sobretudo o que se chamou de campo de correlações de forças desfavorável, marcado pela presença da bancada ruralista e pelo peso de sua representação no Congresso Nacional, controlando política e territorialmente a agenda legislativa e, acima de tudo, as propostas de intervenção na realidade agrária e agrícola do

país. Esse contexto revela impasses e desafios referentes à conquista de acúmulos e avanços no marco normativo que trata de temas como ordenamento fundiário, função social da propriedade rural, trabalho escravo, ações diversas que compreendem a reforma agrária e desenvolvimento efetivo de políticas públicas para a agricultura camponesa/familiar, incluindo assentamentos rurais, assistência técnica, projetos de educação do campo, organização e comercialização da produção, dentre outras demandas.

Capítulo 3

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E A LUTA POLÍTICA FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

Desde a década de 1990, ocorreram transformações importantes na agricultura mundial, mediante novos padrões de acumulação e exploração sob a égide do capitalismo monopolista mundializado (OLIVEIRA, 2004b). Nesse período, a atuação de corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas nas etapas de produção, processamento, pesquisas e difusão de biotecnologia e no setor alimentício ganhou relevo, num movimento de expansão da agricultura capitalista que delineou, desde então, uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país, designada como agronegócio. Esse fenômeno marca o meio rural brasileiro e a atividade agrícola nacional, além de envolver outros setores da sociedade. Tal processo compreende ainda subordinações, resistências e respostas dos trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas, frente a esse novo cenário desenhado para a agricultura brasileira. Dito isso, este capítulo objetiva contextualizar e discutir a luta política que envolve os movimentos sociais rurais do país, à luz de um elemento relevante no foco de suas mobilizações na esfera pública a partir de meados da década de 1990: os embates, os enfrentamentos e as resistências frente ao modelo do agronegócio.

Tal realidade pode ser apreendida ao vermos a configuração atual de projetos políticos, discursos, reivindicações e ações coletivas (ocupações, marchas, atos públicos, jornadas de luta e outras). A pauta de denúncia e contestação ao agronegócio ganhou espaço na agenda de alguns movimentos sociais rurais, ao lado de demandas e reivindicações incluídas há mais tempo, tais como desapropriação de terras, assentamento de famílias, créditos rurais, organização produtiva, assistência técnica, educação e outras. No Brasil, o exemplo mais notável desse perfil de mobilização social ocorre nas principais organizações vinculadas à Via Campesina, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Destes, o MST se destaca graças ao alcance expressivo de sua atuação, manifestada em discursos, notas públicas, entrevistas e demais estratégias, que se propagam no cenário público nacional, como também por ações diretas em que a pauta de denúncia e contestação ao agronegócio se pronuncia.

Entendemos que tais processos de luta social e política protagonizada por organizações representativas de agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais sinalizam uma problemática que ganha espaço no debate de atualização da questão agrária: as disputas territoriais e conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar. Estudos feitos no Brasil consideram essa perspectiva analítica, sendo vários deles recentes, a exemplo de Almeida (2008), Bruno (2008), Carvalho (2008), Fernandes (2008a; 2008b; 2008c; 2008d), Paulino (2008), Fabrini (2008), Sauer (2008), Welch (2005), Oliveira (2004a; 2004b) e Santos, Teixeira e Becker (2000). Também há pesquisas de outros países do continente americano que convergem para o enfoque das disputas territoriais e conflitualidades no campo e na agricultura, tais como Teubal (2008), Giarracca e Teubal (2008), na Argentina; Mondragón (2008), na Colômbia; Viladesau (2008), no Paraguai; Lizárraga e Vacafores (2008), na Bolívia; López (2008), na Guatemala; e Fernandes e Welch (2008), nos Estados Unidos.³⁴ Nesta década, o debate entre pesquisadores brasileiros e de outros países se ampliou, sobretudo na América Latina, através de espaços como as edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2009; 2007; 2005; 2003) e o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Rural vinculado ao Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).³⁵

3.1 Efeitos da modernização conservadora, abertura política e conflitos sociais no campo

No tocante à presença dos movimentos sociais rurais no cenário público brasileiro, a década de 1980 representou um período importante ao acenar, no contexto de abertura política e redemocratização, para o surgimento e a rearticulação de organizações envolvidas na luta pela terra e pró-reforma agrária, tais como representações do movimento sindical agremiadas na CONTAG, setores progressistas da igreja católica (como a CPT) e movimentos sociais em formação, caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, no início da década.³⁶ Esses atores sociais passaram a pautar a questão agrária e mobilizar um grande contingente de segmentos sociais do campo brasileiro, como assalariados rurais, trabalhadores

³⁴ Dois livros publicados recentemente reúnem parte dos trabalhos a que fazemos referência: *Campesinato e territórios em disputa* (PAULINO; FABRINI, 2008) e *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual* (FERNANDES, 2008d).

³⁵ A coordenação atual do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Rural da CLACSO está a cargo do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, professor da Universidade Estadual Paulista/UNESP, campus de Presidente Prudente, desde 2004.

³⁶ Como esclarece Fernandes (1999), entre 1979 e 1984 surge o MST, cujo marco inicial foram as primeiras ocupações de terras, as reuniões e os encontros entre militantes, realizados inicialmente no RS, em SC, no PR, em SP e em MS.

sem-terra, arrendatários, posseiros, camponeses empobrecidos e outros. Como observa Delgado (2005, p. 13):

[...] de fato, os anos 1980 terão sido para a Questão Agrária um momento de transição e contradição. Com o fim do regime militar, abre-se uma temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura [...]. Com o ambiente de abertura política ocorre uma articulação ampla dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária: nasce o MST, reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra da CNBB (criada em 1979) é fortalecida pela Igreja e surgem várias ONGs em apoio ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária.

Esse quadro de mobilização se contrapõe à modernização técnica da agricultura, que permeou as décadas de 1960 e 1970, repercutindo no decênio seguinte, sobretudo graças aos efeitos sociais derivados de um desenvolvimento excludente. A modernização transformou as relações de produção no campo pela mudança na base técnica e promoveu a integração crescente da agricultura com a indústria, apoiada em créditos e subsídios do Estado. Com isso, foi possível elevar a produtividade da agropecuária brasileira, gerar grande incremento nas exportações de produtos agrícolas e abastecer a economia urbana e industrial.

No entanto, a expansão do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, guiada pelo projeto da modernização conservadora, não se orientou a rever o quadro profundo de concentração fundiária nem incluir os diversos segmentos sociais do campo, sobretudo a agricultura camponesa, nos circuitos produtivos e de geração de riqueza dessa forma “moderna” e competitiva de agricultura. Antes, deslocou milhares de trabalhadores rurais para as cidades por causa da mecanização da produção, da substituição de culturas agrícolas que empregavam grande contingente de mão-de-obra e da desagregação de relações de trabalho tradicionais no meio rural, como a parceria, a meação e os agregados, dada a expansão do trabalho assalariado. Tal processo concentrou ainda mais a estrutura fundiária e a renda no campo. Constatou-se, assim, a precarização das condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, seja pela diminuição da oferta de emprego aos assalariados permanentes e temporários ou dificuldades vistas na agricultura camponesa no que se refere a alternativas de sobrevivência e reprodução social. Em muitos casos, esta se tornou inviável, provocando o endividamento de produtores agrícolas e migrações para outras regiões — a exemplo de sulistas que rumaram para a região Norte. Nessa ótica, não se pode desconsiderar que a “modernização” da agricultura fora excludente e geradora de desigualdade (MENDONÇA, 2006).

Nesse contexto tanto de exclusão social e agravamento das condições de vida de um grande contingente de trabalhadores rurais e camponeses quanto de transição democrática —

a chamada Nova República, na década de 1980 —, foram criadas condições para que mobilizações de luta pela terra e pró-reforma agrária ressurgissem e ascendessem. Para Bruno (1997, p. 13), esta foi a outra face dos desdobramentos da modernização conservadora:

[...] a modernização tecnológica e a nova realidade capitalista não resultaram tão-somente na alteração da base técnica, no aumento da produtividade ou na integração entre capitais. Não tiveram como efeito unicamente a concentração da propriedade fundiária, a redução da população rural, a diminuição da importância da produção familiar ou a expropriação do campesinato. A grande propriedade fundiária e a empresa rural com suas modernidades e tradições também trouxeram consigo a resistência, a contestação e a insurgência. O movimento dos sem-terra, dos seringueiros, dos atingidos por barragens, dos assentados, dos integrados; a luta dos povos da floresta, dos povos indígenas, a luta por preços, por melhores condições de trabalho, por salário, por uma nova política agrícola, a luta da mulher camponesa contra a opressão patriarcal; e finalmente, a preocupação em atualizar e ampliar as bandeiras de luta, tudo isso expressa a resposta dos trabalhadores face a essa nova situação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) foi uma das organizações que retomaram, com impulso, suas mobilizações e bandeiras de luta na abertura política, contribuindo como sociedade civil para manifestações favoráveis à redemocratização. À época de seu terceiro e quarto congressos nacionais (respectivamente, 1979 e 1985), a entidade já manifestava acúmulo em torno de um projeto político que se construía ainda sob vigência do regime militar e não sem repreensões (PALMEIRA, 1989). A reforma agrária e as negociações em torno de direitos trabalhistas figuravam como os dois temas principais de mobilização da CONTAG durante as décadas de 1970 e 1980 (MEDEIROS, 1997).

Ao lado de outras organizações civis do campo e da cidade, a CONTAG protagonizou, ainda, a “Campanha nacional pela reforma agrária”, para dar visibilidade ao tema da reforma agrária, sensibilizar a sociedade em geral e obter apoio da opinião pública e de segmentos organizados. Nesse caso, a organização se valia do contexto de crescimento das mobilizações da sociedade civil e do clima de abertura política no início dos anos de 1980. A campanha contribuiu para reintroduzir a questão agrária no debate público nacional. Para Palmeira (1989, p. 104),

[...] é significativo que tenha sido criada em 1982 uma campanha nacional pela Reforma Agrária, cujos promotores e integrantes eram, não os partidos políticos ou os sindicatos urbanos, mas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Comissão Pastoral da Terra, a linha 6 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e duas pequenas organizações de intelectuais pró-reforma agrária: a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) que propunham as forças sociais tornar “a Reforma Agrária uma bandeira e um movimento concreto de toda a sociedade em apoio à Luta dos trabalhadores rurais”.

Na primeira metade da década de 1980, como parte das mobilizações que acenaram à redemocratização política da sociedade brasileira e de surgimento da sociedade civil organizada com base nos “novos movimentos sociais”, um ator social importante aparece no meio rural: o MST. À sua formação contribuíram organizações que já atuavam historicamente nas lutas camponesas e por reforma agrária, em especial a CPT e os sindicatos de trabalhadores rurais. Dentre os princípios de organização desse movimento social recém-criado foi defendida sua autonomia de instituições como igreja, partidos políticos, sindicatos e demais organizações sociais, embora se reconhecesse o apoio e a importância delas na trajetória do movimento (FERNANDES, 1999). Considerados seus princípios de organização, suas estratégias de luta e resistência e os resultados políticos alcançados pelo movimento, o MST escreve um capítulo à parte na trajetória de lutas camponesas e reivindicações pró-reforma agrária no país. Transformou-se no movimento principal de luta pela terra, ao lado da CONTAG, organização sindical que reúne milhares de sindicatos de trabalhadores rurais.

Não há dúvida de que as ações políticas de movimentos sociais rurais foram construídas num processo permanente de enfrentamento de interesses hegemônicos e de pactos de poder, num jogo de correlações de forças desigual que envolve, historicamente, o aparelho de Estado (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e representantes de classes e grupos dominantes do campo, como grandes proprietários de terra, empresários rurais e organizações patronais (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/CNA, União Democrática Ruralista/UDR, Sociedade Nacional de Agricultura/SNA, Organização das Cooperativas Brasileiras/OCB e outras). Esses atores sociais sempre se identificaram com o monopólio da propriedade da terra no país, a ponto de defendê-lo à luz de uma concepção de propriedade que elabora um espaço político, social e ideológico comum, traduzido em noções como terra-acumulação, terra-patrimônio, terra-objeto de especulação, terra-poder, terra-violência (BRUNO, 1997).

Os conflitos agrários são, portanto, o lado mais visível dos embates sociais, políticos e simbólicos estabelecidos na sociedade brasileira entre classes e segmentos distintos no meio rural: camponeses, trabalhadores, movimentos sociais, latifundiários, entidades do patronato e outros, além das instâncias de representação do Estado nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Em jogo, estão projetos antagônicos relativos a formas de uso e apropriação da propriedade da terra (SANTOS; TEIXEIRA; BECKER, 2000). É o que se verifica no confronto entre *terra de negócio* versus *terra de trabalho*, isto é, na oposição entre dois regimes distintos de propriedade: *propriedade capitalista* — baseada no princípio de que o capital explora o trabalhador, portanto é terra de exploração do trabalho alheio — e *propriedade*

familiar — de quem nela trabalha, portanto do próprio trabalhador, também dono de seus instrumentos de trabalho, conforme observou Martins (1981). Igualmente, os conflitos agrários explicitam outra disputa: manutenção de hegemonia política e econômica pelas classes dominantes (capitalistas do campo e da cidade) *versus* redistribuição de bens sociais como renda e poder para outros segmentos da sociedade, em especial as camadas subalternas do meio rural e trabalhadores expropriados que migraram para as cidades. A segunda opção, aliás, é um dos efeitos principais que uma política social como a reforma agrária pode promover na sociedade: redistribuir renda, poder e, assim, atingir a redução das desigualdades sociais (GONÇALO, 2001).

Como se observa, os conflitos agrários tiveram uma dimensão significativa na década de 1980. Essa realidade pode ser compreendida, de um lado, pelo crescimento das mobilizações de luta pela terra, pois movimentos sociais como o MST, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos de atuação regional passaram a realizar ações diretas de ocupações de terra, em especial grandes propriedades improdutivas, como forma de reivindicar a reforma agrária e democratizar o acesso à terra.

Por outro lado, ao despertar da Nova República equivaleu uma rearticulação e mobilização política notória em defesa do monopólio da propriedade da terra e de seu direito absoluto: entidades capitaneadas pelas classes e por grupos dominantes do campo, em particular grandes proprietários de terras, empresários rurais e líderes ruralistas, surgem ou se reorganizam. Suas principais táticas de atuação eram a desqualificação das organizações políticas dos trabalhadores rurais (sindicatos e movimentos sociais) e o emprego da violência física, via formação de milícias privadas, assassinatos e massacres contra trabalhadores rurais (BRUNO, 2006; 2003). As tensões e os enfrentamentos vistos entre proprietários de terras e organizações do patronato rural *versus* trabalhadores rurais e movimentos de luta pela terra acirraram o cenário de conflitos e embates no campo brasileiro nos anos de 1980, sobretudo em torno de disputas relativas à posse e/ou propriedade da terra.

Esse quadro se completa em 1985. Em seu primeiro ano de mandato, o governo de José Sarney anuncia a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), cujo objetivo era “[...] conter a violência que grassava no mundo rural brasileiro — vitimando dezenas de trabalhadores abatidos sob a pecha de ‘invasores’ da propriedade privada, na mesma proporção que crescia a capacidade de organização e mobilização dos homens do campo” (MENDONÇA, 2006, p. 91). Episódio emblemático dessa conjuntura fora o lançamento público da proposta do PNRA pelo presidente Sarney, justamente na realização de um encontro que reuniu milhares de trabalhadores rurais: o IV Congresso Nacional da CONTAG,

também de 1985. Esse fato sinalizava a disposição do governo de dialogar com organizações de trabalhadores rurais e até requerer sua participação para concretizar o plano.³⁷ Em seguida, veem-se diversos ataques e várias manifestações contra a proposta do PNRA provenientes de segmentos antirreformistas, sobretudo latifundiários e agroindustriais, agremiados em suas entidades de representação (SNA, SRB, OCB, CNA e UDR — esta, aliás, surge em reação à proposta do PNRA, ou do que esta ação governamental poderia representar em termos de perda de privilégios aos ruralistas, acima de tudo o patrimônio fundiário, mediante desapropriações e outras iniciativas reformistas). Diante disso, as organizações patronais definiram posições políticas que orbitavam entre a reprovação dos mecanismos propostos pelo governo para a execução do PNRA e a não aceitação de nenhum princípio de reforma agrária (MENDONÇA, 2006, p. 93).

Com o impulso das mobilizações de trabalhadores rurais em diversas regiões — visível, sobretudo, nas ocupações de terra — e a reação truculenta de alguns setores do patronato rural, o que se verificou foi um cenário acirrado de conflitos agrários. Segundo dados organizados pela CPT, nas últimas três décadas (1980/90/2000), os anos de 1980 foram o período em que se registrou o maior número de assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos agrários por ano, cujo ápice fora entre 1984 e 1988 (GRÁFICO 3).

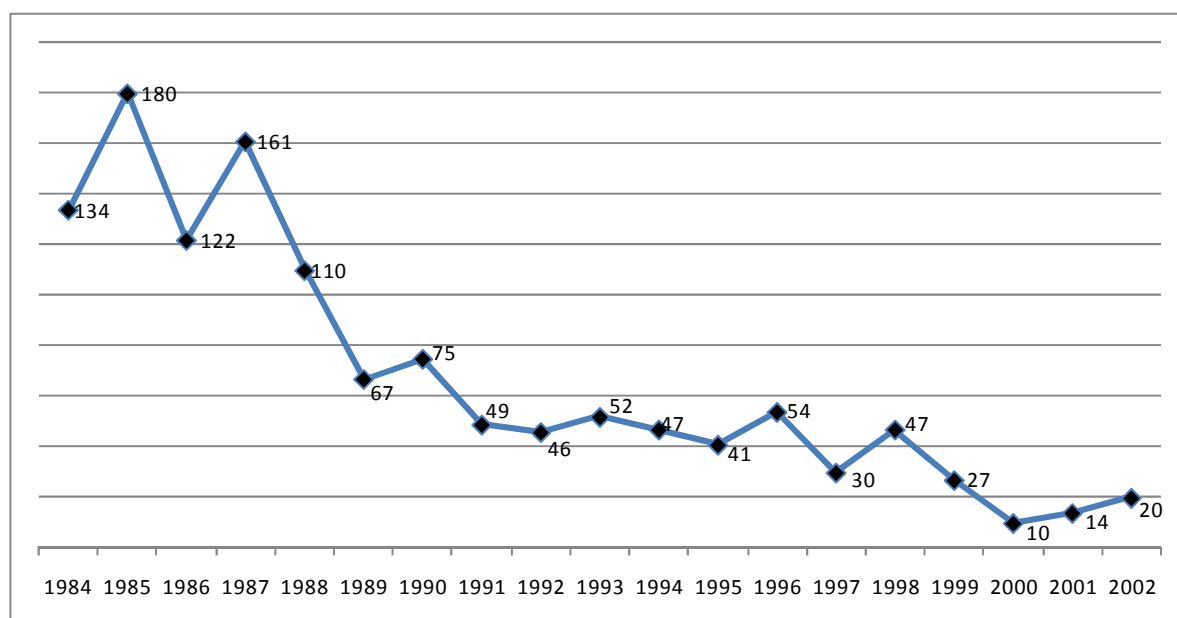


GRÁFICO 3 – Assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos agrários (1984–2002)

Fonte: BUAINAN, 2008, p. 52.

³⁷ “Capitaneado por José Gomes da Silva, um dos redatores do antigo Estatuto da Terra e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o recém-criado Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) deu início aos trabalhos de 17 grupos de ‘ação’, destinados a esboçar a proposta do PNRA.” (MENDONÇA, 2006, p. 91).

As ocupações de terra (latifúndios improdutivos e terras públicas) passaram a ser uma estratégia central de mobilização e resistência dos movimentos sociais rurais na década de 1980, pois contribuíram de modo significativo para inserir na esfera pública as reivindicações pró-reforma agrária, dentre outras demandas sociais vocalizadas por segmentos subalternos do campo, ao revelarem contradições sociais agudas, como o quadro de exclusão que sujeitou milhares de trabalhadores rurais, e a condição do país como uma das maiores concentrações fundiária no mundo. Ao denunciarem e agirem contra essas desigualdades e injustiças, os movimentos sociais e outros mediadores como CPT, CNBB, ABRA e CUT passaram a cobrar dos governos, sobretudo na esfera federal, o enfrentamento dos problemas agrários. Assim, nas décadas de 1980 e 1990, as organizações de camponeses e trabalhadores rurais e as que se aliam a estas afirmaram algumas bandeiras políticas centrais, como a democratização do acesso à terra, o combate ao latifúndio improdutivo e a efetivação de um processo de reforma agrária, dentre outras propostas que aspiravam a mudanças nas relações sociais do campo, nas condições de vida e de trabalho, partindo de demandas como educação, saúde, habitação, crédito rural, incremento de renda, assistência técnica e alternativas de comercialização da produção.

3.2 Globalização neoliberal, mudanças na agricultura e atualização da agenda dos movimentos sociais rurais

A partir da década de 1990, nos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, observam-se a abertura de mercado ao capital externo e a queda do controle e da regulação que o Estado exerce nas esferas econômica, financeira, social, assim como na produção, no mundo do trabalho, no plano fiscal/tributário, na política agrícola/industrial e no financiamento de políticas de proteção social, como educação, saúde, assistência social, dentre outros setores. Sob a égide do capitalismo mundializado, as regras vigentes são a do capital financeiro global. Na agricultura, as diferentes etapas dos negócios agrícolas (produção, comercialização, processamento, distribuição, pesquisa e difusão de tecnologia) passaram cada vez mais a ser controladas por corporações transnacionais.

No Brasil, esse fenômeno ocorre pela via do “ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada”, presente desde a década de 1990 e marcado por restrições de ordem interna e externa (DELGADO, 2005). A atividade agropecuária baseada no modelo do agronegócio ganha centralidade na gestão de conjunturas macroeconômicas adversas, a exemplo do alto endividamento público, da dependência externa e da necessidade de equilíbrio na balança comercial (importações *versus* exportações). Um dos eixos principais

dessa política são os incentivos para estruturação de empreendimentos agroindustriais assentados na grande propriedade fundiária e em produtos básicos e agroprocessados destinados à exportação, a fim de gerar saldos de comércio, que têm um destino certo: convertem-se em renda líquida a ser enviada ao exterior e com a qual os governos honram seus compromissos entre credores internacionais (DELGADO, 2005).

Mediante a atuação de seus poderes constitutivos, sobretudo o Executivo, o Estado brasileiro assegurou condições para o desenvolvimento dessa nova etapa de modernização técnica da agricultura desde a década de 1990 até o presente. Essa orientação política tem sido adotada pelos governos sucessivos. Na conjuntura recente, destaca-se a segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso (1998–2002) e o primeiro e segundo mandato do governo Lula (2003–6/2007–11). Ainda que o “estado mínimo” figure como regra ditada pela ordem neoliberal aos países periféricos, a estratégia de ajustamento constrangido da economia brasileira impõe a adoção de medidas governamentais amplamente favoráveis ao setor do agronegócio, como o acesso majoritário a recursos do fundo público (em comparação com a agricultura familiar), o fomento à infraestrutura de suporte à produção e comercialização, em especial àquela destinada ao mercado externo, através de rodovias, hidrovias e portos, pacotes generosos de renegociação de dívidas agrícolas com protelação de prazos e redução de taxas de juros para pagamento, suporte técnico-científico, sobretudo à etapa da produção agrícola, através das agências públicas de pesquisa agropecuária como a EMBRAPA e EMATER, e outros incentivos.

Contudo, a opção política por esse arranjo macroeconômico, que oferece centralidade ao agronegócio, tem efeitos sociais e econômicos entre os demais setores e segmentos agrários/agrícolas, em especial assalariados rurais e agricultores camponeses, como mostra Delgado (2005, p. 84):

[...] ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se no campo ambiental, agrava o quadro de exclusão no campo agrário. Este “ajuste” praticamente prescinde da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (3/4 do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada.

Também Teubal (2008, p. 143), ao se reportar à onda neoliberal que ecoa nos países latino-americanos, salienta os efeitos sociais na agricultura, nos sistemas agroalimentares e nas populações rurais, dentre os quais se destacam

[...] a difusão crescente do trabalho assalariado, a precariedade do emprego rural; a expulsão de pequenos e médios produtores e camponeses do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou nas fronteiras; a articulação dos produtores agrários com complexos agroindustriais em que predominam as decisões de núcleos de poder vinculados às grandes empresas multinacionais ou tornadas assim; a conformação em alguns países dos denominados *pools* de sementeira, que permitem integrar o agro com a especulação financeira etc.

Nessa etapa de internacionalização do capital, ajustes estruturais do Estado, novos patamares de exclusão social no campo e na cidade, mudanças nos padrões de desenvolvimento da agricultura em nível mundial e outros fatores que cada vez mais recebem atenção da sociedade em geral, a exemplo de problemas ambientais, os movimentos sociais rurais passaram a reelaborar seu projeto, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos. As novas configurações de processos sociais, econômicos e políticos orquestrados em escala nacional e internacional têm acenado a novos caminhos no que se refere a projetos e ações políticas de organizações, movimentos sociais e demais segmentos que representam ou se aliam aos agricultores familiares, camponeses, assalariados rurais e outros povos do campo. Assim, neste início de século, tais atores sociais se dirigem notavelmente à contestação da matriz econômica, tecnológica, político-ideológica e simbólica expressada pela agricultura capitalista, reconhecida nos dias de hoje como agronegócio.

Membro da direção nacional do MST, João Pedro Stédile (2000, p. 13–4), no início da década de 2000, expunha o cenário de disputas que se delineava na agricultura brasileira, em que se via inserido o MST e outros movimentos e organizações sociais:

[...] então, não há espaço para o MST? Há espaço, mas nossa luta deixou de ser apenas uma luta camponesa, de terra para trabalhar e viver. Agora, a sobrevivência dos camponeses e dos milhões de brasileiros que ainda vivem no meio rural, depende fundamentalmente da mudança do modelo econômico. Por isso, o nosso movimento continuará enfrentando o latifúndio, ocupando terras, realizando marchas e manifestações. Mas, necessariamente teremos que nos juntar com outros movimentos sociais que existem no campo, com as igrejas, com os sindicatos e ampliarmos nossa luta para combater o modelo agrícola. Por isso, ampliamos nossas lutas, enfrentando a política de importações agrícolas (o governo gasta 5 bilhões de dólares por ano em importações de produtos que poderiam ser produzidos aqui). Enfrentando as multinacionais que controlam os preços e as agroindústrias, apenas três delas (Nestlé, Leite Glória e Parmalat), controlam todo o comércio de leite no Brasil. Enfrentando o modelo tecnológico, que dá liberdade para apenas seis empresas multinacionais, controlarem via transgênicos, 70% do comércio de sementes.

O relato de Stédile evidencia a mudança e atualização da agenda política dos movimentos sociais do campo ao indicar que a luta do MST não é mais só por “terra para trabalhar e viver”, mas contra os termos em que se desenvolve o modelo tecnológico e

econômico da agricultura, a política externa, o monopólio de comércio das empresas transnacionais sobre os produtos agrícolas e agroprocessados.

Sobre as perspectivas de organização política e luta dos movimentos sociais agrários, Teubal (2008, p. 151) considera que

[...] na atualidade e frente aos processos de globalização que se manifestam em escala mundial, a luta pela terra e a reforma agrária assume outro caráter. Por uma parte, existem mudanças importantes na natureza do capitalismo mundial [...], no qual adquirem um papel importantíssimo as grandes empresas agroindustriais multinacionais, os agronegócios. Neste sentido, a luta pela terra e a reforma agrária incluem também a luta contra o modelo de agricultura industrial ou agro-alimentício (VALLIANATOS, SHIVA, TEUBAL), estimulado por estas multinacionais, que dominam grande parte da tecnologia de ponta, os canais de comercialização de alimentos, as grandes empresas alimentícias, assim como também a produção de sementes e produtos transgênicos. Surge porque, a luta pela terra é também uma luta contra um novo *establishment* imposto em escala mundial e que incide sobre múltiplos aspectos ligados à terra e ao sistema agro-alimentar em seu conjunto.

Disso se depreende, portanto, que a luta pela terra e pela reforma agrária ganha novos significados ante o fenômeno da globalização e da ofensiva neoliberal do capital sobre a agricultura. Os movimentos sociais e as entidades se deparam com desafios quanto ao enfrentamento da problemática agrária nas diversas escalas de atuação (do local ao global), ao passo que tal cenário motiva mudanças e novas estratégias de organização política por esses atores. No caso do Brasil, certos fenômenos merecem destaque na conjuntura recente, alguns novos, outros já demarcados no passado, como na modernização da agricultura nos anos de 1970, mas que hoje se renovam.

Podem ser citados a influência central do capital financeiro na agricultura; a incorporação célere de pacotes tecnológicos alheios à realidade brasileira, incluindo mecanização da atividade agrícola, consumo intensivo de agrotóxicos e inserção crescente da biotecnologia e de organismos geneticamente modificados (PAULINO, 2008); o controle dos negócios agrícolas (produção, processamento, distribuição, pesquisa e tecnologias etc.) e do estoque de terras concentrado em grandes corporações nacionais e internacionais; a expansão dos monocultivos (soja, milho, cana-de-açúcar, florestas industriais), com destaque àqueles direcionados à produção de biocombustível e alimentação animal como os complexos de aves e suínos (GONÇALVES; ALENTEJANO; 2009); a sujeição de agricultores camponeses aos sistemas de integração em cadeias agroindustriais, onde grandes empresas são responsáveis pela drenagem da renda da terra auferida por esses produtores agrícolas, num processo que revela monopolização do território pelo capital (PAULINO, 2006); a expropriação crescente

dos agricultores camponeses, dadas a degradação das condições de vida e trabalho e a sobre-exploração de trabalhadores rurais assalariados.

Como se percebe, diante desses traços que trazem à tona a questão agrária no momento atual, o projeto político, a agenda, o discurso contestatório e o campo de conflitos dos movimentos sociais rurais são reajustados e reelaborados. Nos últimos 20 anos, as mobilizações de luta pela terra e por reforma agrária foram marcadas por reivindicações pró-acesso à terra, sob o lema de “conquista ao latifúndio improdutivo”. A esse cenário se acrescem as demandas dos agricultores que já se reproduziam na terra (camponeses proprietários, assentados etc.) ao pressionarem os governos a criarem políticas públicas para organização produtiva, habitação, créditos agrícolas, educação, comercialização da produção, assistência técnica etc. Ora, Fernandes (2001) ressalta que os sem-terra nunca separaram a luta pela conquista da terra das lutas de resistência na produção agropecuária, agroindustrial, de comercialização e outras. Para os sujeitos que as acionam, elas integram o mesmo processo de organização política e não se dissociam.

Como resultado das disputas na esfera político-institucional, do enfrentamento, da negociação e dos acordos com o Estado, especialmente com o Poder Executivo, as organizações da agricultura camponesa e familiar alcançaram conquistas importantes nos governos sucessivos no plano federal, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. É o que se verifica com a criação de algumas políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF (1996), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA (1998), Luz para Todos (2003), Programa de Aquisição de Alimentos/PAA (2003), além de incremento nas ações de fomento à produção agrícola, assistência técnica, habitação rural e outras. O aumento mais visível do número de assentamentos criados e famílias assentadas a partir de 1995, a despeito de oscilações ocorridas ano a ano, também reflete diretamente a intensificação da luta pela terra no país, conforme se observa nos gráficos 4 e 5.

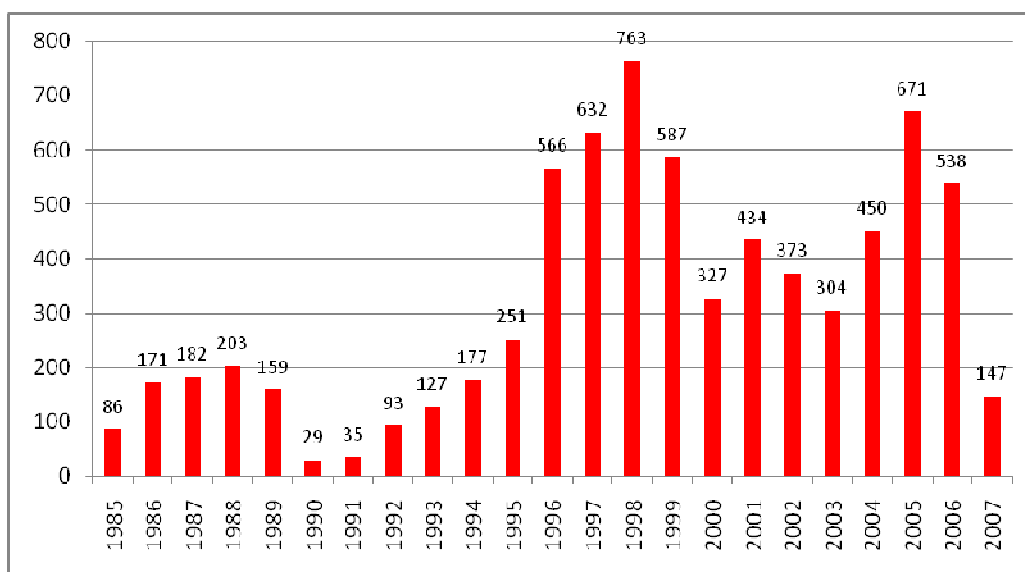


GRÁFICO 4 – Número de assentamentos rurais criados pelo governo federal (1985–2007)

Fonte: NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA/NERA, 2008.

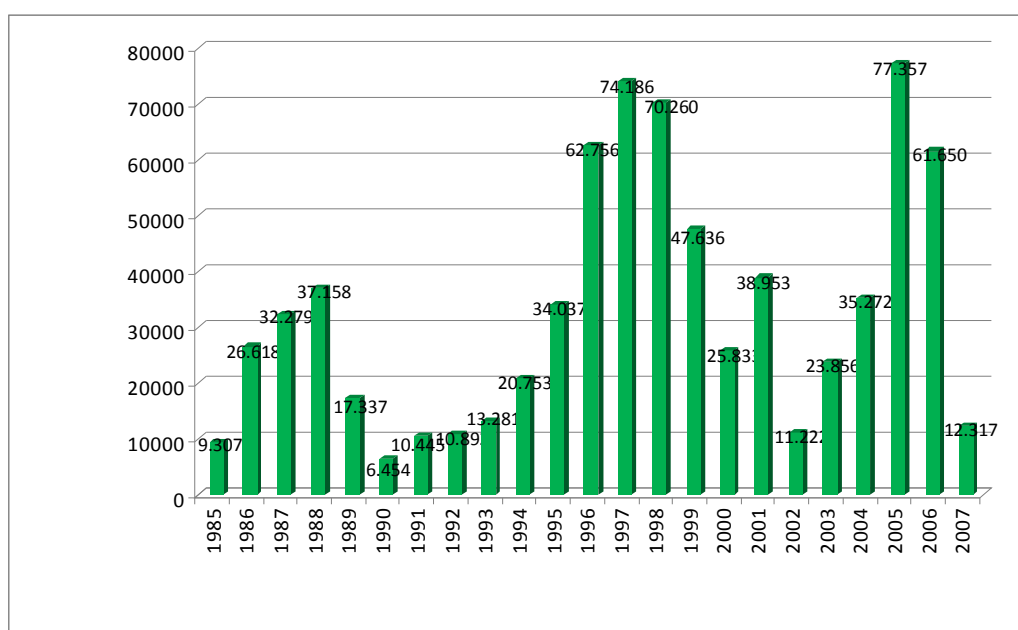


GRÁFICO 5 – Número de famílias assentadas pelo governo federal (1985–2007)

Fonte: NERA, 2008.

É notório que o alcance das iniciativas do Estado sempre ficou aquém do necessário ao público demandante, o que sinaliza a continuidade de ações reivindicatórias e mecanismos de pressão dos movimentos sociais e a necessidade de haver contrapartida maior daquele frente a tais demandas. Além disso, o direcionamento dado por gestões sucessivas de governo para algumas dessas políticas públicas por intermédio de tomadores de decisão, também, tem sido alvo recorrente de críticas, contestações, embates e propostas de aperfeiçoamento,

apresentadas por atores demandantes como MST, CONTAG, FETRAF, CPT, MLST, MPA e outros.

Um exemplo significativo desses embates nos últimos anos, em especial nas gestões de Fernando H. Cardoso (1995–2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003–7 e gestão atual) talvez seja a condução da política de implantação de assentamentos rurais. A desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária foi posta em segundo plano aos poucos — embora seja um dispositivo historicamente reconhecido como central nas ações de ordenamento fundiário, tanto por legislações que tratam do assunto como pelos próprios segmentos sociais demandantes da reforma agrária. Com isso, o Poder Executivo, a partir do primeiro mandato de Fernando H. Cardoso e nas gestões presidenciais seguintes, passou a empregar cada vez mais a compra de propriedades no mercado, ou seja, adotar o caminho de negociação com proprietários de terras e operar programas conhecidos como Banco da Terra ou Crédito Fundiário (DA ROS, 2006; PEREIRA, 2006).³⁸ Além disso, passou a investir cada vez mais no mecanismo de regularização fundiária, sobretudo na Amazônia legal, legitimando posses de ocupantes em terras públicas, reconhecendo depois essas áreas e as famílias que nelas já viviam, por meio de atos de criação de assentamentos.

Um agravante nesse cenário tem sido a incorporação das ações de regularização fundiária nos números relativos a famílias assentadas anualmente pelo governo federal (via MDA/INCRA), ou seja, como meta de reforma agrária. Um caso emblemático é o resultado das metas do segundo II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no governo Lula, para o período 2003–6 (OLIVEIRA, 2006). Neste ponto, há divergências entre movimentos sociais rurais e governo federal no que se refere ao território político e teórico do que deve ser visto como política de reforma agrária e segundo quais princípios o Estado tem de realizá-la.³⁹ Os primeiros defendem que as ações de reforma agrária têm de ser conduzidas prioritariamente pelo instrumento da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, conforme a Constituição Federal e outras legislações que tratam do assunto, como o Estatuto da Terra (n. 4.504/64) e Lei Agrária (n. 8.629/93). Nesse sentido, os movimentos empregam

³⁸ A compra de propriedades no mercado, ou seja, a via de negociação com proprietários de terras, é o princípio fundante dos programas conhecidos como Cédula da Terra e Banco da Terra, que deram origem a diversas experiências de negociação de terras entre proprietários e trabalhadores rurais, mediadas e financiadas pelo Estado. Designado por alguns estudiosos como modelo de reforma agrária de mercado (MRAM), esse modelo se afina ao tom do discurso e da agenda estratégica do Banco Mundial, ou seja, ao que propõe como políticas de desenvolvimento rural e alívio da pobreza rural para países periféricos, sob a ótica da centralidade à liberalização e dinamização do mercado de terras. Além disso, como forma de legitimação do MRAM, a estratégia foi sempre empreender a crítica sistemática e a desqualificação do modelo tradicional, redistributivista ou “desapropriacionista” de reforma agrária conduzido pelo Estado (PEREIRA, 2006; DA ROS, 2006).

³⁹ Para uma discussão sobre essa questão, cf. Fernandes (2001; 2008d), Oliveira (2006) e Ramos Filho (2008).

táticas de ação direta, a exemplo da ocupação de propriedades improdutivas, para denunciar que muitos proprietários não cumprem essas leis e que o órgão público responsável pela desapropriação — o INCRA — deve cumpri-las também, fazendo vistorias para verificar a produtividade do imóvel rural e, se for o caso, desapropriá-lo e destiná-lo para fins de reforma agrária.⁴⁰ Por outro lado, o Poder Executivo desvia o foco desse preceito normativo na condução de sua política agrária e de criação de assentamentos rurais ao empregar timidamente o que seria um instrumento central de ações reformistas — a desapropriação por interesse social — e recorre, cada vez mais, a outros mecanismos, tais como crédito fundiário e regularização fundiária.⁴¹

No entanto, afora essa agenda “tradicional”, que no presente permanece como eixo central de atuação política dos movimentos sociais rurais — assentada nas reivindicações pela democratização do acesso à terra e por políticas públicas voltadas à reprodução social dos agricultores (habitação, educação, crédito rural, assistência técnica, organização e comercialização da produção etc.) —, outro “valor de contestação” passou a ganhar espaço, sobressair-se e acrescer-se a manifestações públicas, discursos e demais formas de mobilização a partir de meados da década de 1990: o embate e enfrentamento desses atores sociais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

3.3 Movimentos sociais rurais *versus* agronegócio: mobilizações e resistências

Como vimos, o cenário regido pelo capitalismo mundializado e pela lógica do capital financeiro global nos anos de 1990 e no início deste século transformou países em desenvolvimento como o Brasil e outros da América Latina ao impor medidas de ajuste estrutural às economias nacionais e ao Estado. Os ajustes abriram caminho para a globalização, que afetou o mundo da agricultura e os sistemas agroalimentícios na América Latina (TEUBAL, 2008). A agricultura capitalista passou a ter papel central na economia de países como Brasil, pois foi escalada a gerar saldos comerciais via exportações, enquanto o Estado assegura condições ao avanço e à consolidação desse modelo agrícola, mediante subsídios de várias ordens, em particular creditícios (PAULINO, 2008). Por consequência, surgiram efeitos sociais notáveis na agricultura, motivados por um caminho de desenvolvimento concentrador e excludente em que camponeses e trabalhadores

⁴⁰ Convém reiterar a assertiva de Grzybowski (1987) de que muitos movimentos sociais do campo se desenvolvem afirmando os direitos da lei instituída contra práticas vigentes nas relações.

⁴¹ Para Oliveira (2006) e Fernandes (2008d), esse encaminhamento político revela a indisposição dos governos sucessivos, em particular do atual, de usar a desapropriação de terras para fins de reforma agrária em regiões onde há desempenho econômico maior do agronegócio, como no Centro-Sul. Assim, o foco da política de criação de assentamentos se desloca para a região Norte, onde há grande disponibilidade de terras públicas para se fazer a regularização fundiária. Com isso, evita-se fazer as desapropriações de imóveis rurais.

rurais não se veem incluídos, exceto sob a égide da expropriação e exploração, nessa nova etapa de modernização técnica da agricultura.

Diante das mudanças desencadeadas pela globalização, organizações de trabalhadores rurais, agricultores familiares e camponeses de vários países, em especial na América Latina, reagem atualizando sua agenda política e reorientando seu campo de conflitos; nela, o enfrentamento e a luta política contra o modelo do agronegócio surgem como elemento central. Teubal (2008, p. 148–9), vê esse fenômeno assim:

Até fins do milênio, em todo o continente latino-americano, manifesta-se o ressurgimento de importantes movimentos sociais camponeses, incluindo movimentos que intercalam comunidades indígenas, movimentos de médios e pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais. Como consequência, a questão da terra e a reforma agrária adquirem uma nova identidade (Teubal, 2003). Estes movimentos e seus consequentes debates e lutas podem ser visualizados como uma reação contra a consolidação de um sistema de agronegócios sob a égide do neoliberalismo.

Logo, se por um lado o modelo do agronegócio avança e transforma o campo latino-americano, intensificando os padrões de produção e acumulação capitalista na agricultura, criando um paradigma de tecnificação através da mecanização, da biotecnologia, de insumos químicos e do poupador de força de trabalho; em contrapartida os movimentos camponeses e de trabalhadores rurais se organizam e respondem com mobilização e resistência. Fernandes (2008d) expressa objetivamente o momento atual de configuração da questão agrária ao afirmar que a luta de movimentos camponeses em vários países do mundo sinalizam um adversário comum: o agronegócio. No caso da América Latina, ser um movimento camponês é lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio.

[...] as políticas de reforma agrária no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, têm um forte obstáculo: o agronegócio. Este complexo de sistemas das corporações multinacionais está desafiando os movimentos camponeses no impedimento da reforma agrária, ora fazendo parte do arco de alianças de apoio aos governos de direita, centro e esquerda na América Latina (FERNANDES, 2008d, p. 77).

Nessa ótica, os agentes propulsores do modelo do agronegócio se aproximam do aparelho de Estado, ou seja, vê-se o peso de sua representação política nos seus poderes constitutivos (Executivo, Legislativo, Judiciário), ilustrando o que Fernandes chama de “arco de alianças aos governos”. Nesses termos, a luta política dos movimentos camponeses frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio se traduz, em certo nível, num embate entre atores da sociedade civil organizada *versus* agentes políticos que controlam o Estado, que direcionam as políticas agrícolas e agrárias por meio dos organismos estatais, que fazem a gestão de recursos públicos e controlam a agenda legislativa sobre temas relativos à

agricultura brasileira. Enfrentar, portanto, o território político-institucional do Estado, compondo forças e alianças para empreender essa disputa política ao lado de atores que historicamente se identificam com suas reivindicações (partidos, parlamentares, intelectuais, organizações da sociedade civil), é um desafio posto aos movimentos sociais que lutam pela terra, pela reforma agrária e por mudanças nas relações sociais do campo.

No Brasil, mobilizações e resistências contra o agronegócio são notadas pela ação política de entidades e movimentos sociais rurais diversos que se apresentam na cena pública. Desde já, convém ponderar a diversidade de formas de organização política traduzidas em diferentes estratégias de luta, matrizes político-ideológicas, reivindicações, valores e visões de mundo. Nosso intuito não será adentrar as especificidades dos projetos e das ações políticas de movimentos e entidades que lutam pela terra e por reforma agrária no país,⁴² mas abordar questões expressas no discurso e na prática política desses atores sociais que ajudam a revelar a dimensão de embate e enfrentamento ante o modelo de desenvolvimento do agronegócio. A nosso ver, há diferenças e particularidades na forma como os movimentos sociais rurais encaminham a pauta de denúncia e contraposição ao modelo do agronegócio (os que o fazem). Mas, em alguma medida, uma análise de seus discursos e suas práticas políticas sugere que hoje esse assunto tem lugar na agenda das principais organizações de luta pela terra, com maior ou menor intensidade; para algumas, é pauta central — como nas que compõem a Via Campesina: MST, MAB, MPA, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), CPT e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Essa realidade vem à tona no registro de ações coletivas ocorridas em diversas regiões, como jornadas de lutas, ocupação de propriedades privadas, protestos em companhias do agronegócio, marchas, vigílias, bloqueio de rodovias, eventos de formação técnica e política, dentre outras atividades. Além das ações diretas, a combatividade de alguns movimentos sociais é notável em discursos, declarações, notas públicas e resoluções de encontros nos quais são recorrentes as manifestações de denúncia e contraposição ao modelo do agronegócio. Ao avaliar o quadro de mobilizações feitas em 2007 por organizações de trabalhadores rurais, camponeses e outros segmentos sociais do campo, Carvalho (2008, p. 38) ressalta a perspectiva de luta política desses atores ante o agronegócio:

[...] a motivação destas manifestações e as reivindicações nelas contidas externam uma dimensão de negação do modelo do agronegócio e de suas consequências nefastas, uma denúncia da devastação ambiental e das violências, ameaças e perseguições dela decorrentes e ao mesmo tempo afirmam uma outra dimensão que se expressa na solidariedade aos grupos sociais que sofreram tais agressões.

⁴² Exceto o MST, a ser discutido na próxima seção deste capítulo.

Para constataremos mais concretamente as ações políticas dos movimentos sociais rurais, considerando-se a perspectiva de embate e enfrentamento ao modelo do agronegócio, recorreremos à CPT, que há cerca de 30 anos registra, organiza e divulga dados sobre conflitos sociais no campo, publicados no relatório anual “Conflitos no campo — Brasil”. Como procedimento teórico e metodológico, ela organiza os conflitos segundo categorias: conflitos por terra; conflitos trabalhistas; conflitos pela água; violência; manifestações — todas têm um conceito formulado que explicita a natureza e caracterização do conflito, que em geral se desdobra em tipos e formas mais específicas.⁴³ Mediante análise dos relatórios, uma dessas categorias de conflito — as manifestações — convergiu mais para a problemática desta pesquisa. No conceito que a entidade emprega para manifestações, está dito que “[...] são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT, 2008, p. 12).

Assim, no que se refere a essa categoria, foram identificadas várias formas de ação coletiva empreendidas por sindicatos e federações de trabalhadores rurais, entidades de assessoria agrária, movimentos de luta pela terra, organizações indígenas, ambientalistas, quilombolas e outras. O recorte temporal que definimos para sistematizar e analisar os dados da CPT é o período no qual a entidade passou a publicar dados mais completos sobre a categoria manifestações — de 2002 em diante. Os dados referentes a essa categoria são publicados desde 1998, mas entre 1998 e 2001 registrava-se apenas o nome da manifestação, o município, o estado de sua realização e o número de pessoas envolvidas. Em 2002, as tabelas passaram a contar com mais dois atributos importantes: o nome das organizações e/ou movimentos sociais envolvidos e identificação de demandas e reivindicações para cada manifestação. Isso levou o conjunto de dados referentes à categoria a oferecer mais possibilidade de análise. O Quadro 3 apresenta os tipos principais de manifestações realizadas pelos movimentos sociais rurais do país entre 2002 e 2008 e as demandas e reivindicações centrais.⁴⁴

⁴³ A categoria conflitos por terra ilustra o procedimento teórico-metodológico da CPT. Trata-se de “[...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaquais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, etc.”. Podem se caracterizar por tipos mais específicos de conflito como ocupações — “[...] ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social” — e acampamentos “[...] espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos” (CPT, 2008, p. 10).

⁴⁴ Convém dizer, para a descrição dos tipos de manifestação e as reivindicações, demandas e organizações atuantes, transcrevemos os termos usados pelo relatório “Conflitos no campo — Brasil”, da CPT.

QUADRO 3
Manifestações, demandas e reivindicações dos movimentos sociais rurais (2002–8)

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO	REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS	ORGANIZAÇÕES ATUANTES
Ocupações em órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Reforma agrária, desapropriação;	MST
Ocupações em companhias privadas ou empresas de parceria público-privada	assentamento de famílias	Via Campesina
Bloqueios de rodovias e ferrovias	Regularização fundiária	MLST
Marchas e caminhadas	Titulação de área quilombola	MTL
Acampamentos	Incentivos à pequena produção	CUT
Jornadas de luta	Infraestrutura	CPT
Protestos	Habitação	MAB
Atos públicos	Crédito, assistência técnica, seguro safra	STRs
Vigílias	Renegociação de dívidas	FETAGs
Romarias	Educação e Saúde	CONTAG
Eventos (conferências, seminários, encontros, outros)	Cestas básicas	MPA
	Direitos humanos	MMC
	Contra impunidade e violência	FETRAF
	Seguridade social	Fórum de Reforma Agrária (FNRA)
	Questões trabalhistas	PJR
	Questões ambientais	Índios
	Contra privatização da água, contra barragens, contra mineradoras	Quilombolas
	Demarcação de área indígena	CONAQ

Fonte: CPT, 2008

Esse quadro evidencia a diversidade atual de formas de ação política e reivindicações e demandas postas na esfera pública, de maneira particular direcionadas ao Estado brasileiro, sobretudo ao Poder Executivo, nos planos municipal, estadual e federal. Assim, é recorrente a realização de ocupações, protestos e outras formas de manifestações em espaços como bancos públicos (Banco Central, Banco do Brasil, Caixa), órgãos federais e estaduais que lidam diretamente com as questões ambiental, agrária, indígena e energética (Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, Fundação Nacional do Índio/FUNAI, Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/EMBRAPA, Companhia Hidroelétrica do São Francisco/CHESF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/CODEVASF, bem como noutras agências públicas que cumprem demandas de cunho social, como os setores de saúde e seguridade social (Fundação Nacional da Saúde/FUNASA, Instituto Nacional de Seguridade Social/INSS).

Além disso, tais ações coletivas se voltam ao poder privado, a propriedades rurais e a empreendimentos de domínio nacional e/ou transnacional como laticínios, destilarias, usinas hidrelétricas e de biocombustíveis (sobretudo etanol), companhias de transporte ferroviário, companhias mineradoras, agroindústrias e outras. Segundo Silva e Fernandes (2008) essas

formas de manifestações se sobrepõem, interagem e entrecruzam, enunciando uma multidimensionalidade de direitos reivindicados. Como exemplo ilustrativo, numa mesma manifestação realizada por um ou mais movimentos sociais, demandas como desapropriação de terras e assentamento de famílias podem se somar e/ou agregar a reivindicações por crédito rural, assistência técnica, comercialização da produção, educação e outras.

A Tabela 1 mostra a quantidade de manifestações empreendidas por movimentos sociais rurais e organizações aliadas e o número de pessoas envolvidas.

TABELA 1
Manifestações empreendidas por movimentos sociais rurais e organizações aliadas (2002–8)

ANO	NÚMERO TOTAL DE PESSOAS	MANIFESTAÇÕES GERAIS — BRASIL
2002	399.487	382
2003	481.023	477
2004	501.428	712
2005	427.559	688
2006	426.539	680
2007	629.029	905
2008	275.577	676
Total	2.260.132	3661

Fonte: CPT, 2008.

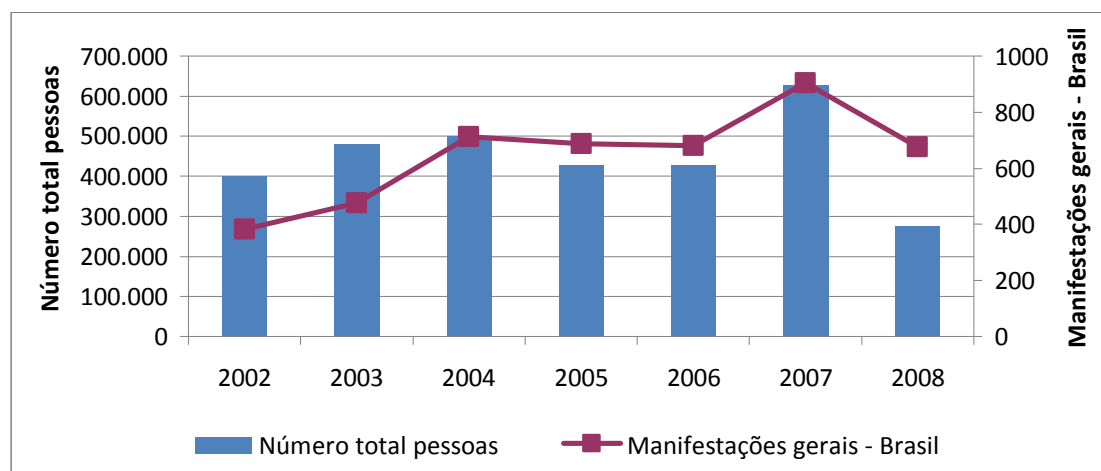


GRÁFICO 6 – Manifestações dos movimentos sociais rurais no país (2002–8)

Fonte: CPT, 2008.

Entre 2002 e 2008, movimentos sociais rurais, organizações e entidades aliadas aos povos do campo fizeram 3.661 manifestações públicas, que abrangeram 2.260.132 pessoas, com ocorrências em todas as Unidades Federativas, em centenas de municípios.⁴⁵ O ano de destaque foi 2007: houve 905 manifestações e a participação de 629.029 pessoas. Essa

⁴⁵ É sabido e revelado pela CPT que os dados quantitativos que ela divulga, embora considerem um conjunto abrangente de fontes de pesquisa primárias — feita por agentes pastorais — e secundárias — mediante informações da mídia, dos movimentos, do poder público etc. —, fazem uma aproximação da realidade, pois é quase impossível registrar todas as manifestações ocorridas dia a dia no país e a quantidade precisa de pessoas envolvidas.

realidade dimensiona o campo de atuação política desses atores na esfera pública nacional, trazendo à tona um grande espectro de reivindicações e demandas, como o Quadro 3 destaca. São levadas adiante por sujeitos, comunidades e organizações políticas de trabalhadores rurais, camponeses e povos tradicionais, dentre outras categorias sociais do campo brasileiro, que lutam pelo reconhecimento e pela ampliação de direitos sociais, assim como se mobilizam em prol da construção de espaços de cidadania, em que princípios democráticos e de justiça social se efetivem.

Nos registros de reivindicações e demandas, verificamos motivações políticas que nos interessaram mais de perto, pois elucidam com clareza os embates políticos e as conflitualidades entre os modelos de desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar e do agronegócio, vistos na ótica da luta política dos movimentos sociais rurais e das entidades de trabalhadores do campo. Nesse sentido, ao lado de temas habituais que impulsionam mobilizações, tais como desapropriação de terras, assentamento de famílias e políticas públicas de desenvolvimento da agricultura camponesa (créditos, infraestrutura, organização produtiva, assistência técnica, educação e outros), estão, em especial nesta década, ações coletivas diversas efetivadas via protestos, denúncias, ocupações, jornadas de luta e outros tipos de manifestações “contra o agronegócio”, “contra os transgênicos” e “contra as monoculturas” em diversas regiões. Eis, portanto, um traço que assinala o cenário atual das mobilizações em prol da luta pela terra, pelo território, por reforma agrária e pela mudança do modelo agrícola do país, dentre outros direitos sociais e outras bandeiras de luta reivindicados pelos segmentos populares do campo.

As manifestações se dirigem a grandes empresas privadas, brasileiras e transnacionais, que operam etapas da cadeia do agronegócio, tais como: pesquisa agropecuária e biotecnológica, incluindo espécies transgênicas; produção, comercialização e processamento de matérias-primas de origem agrícola ou florestal, com destaque aos monocultivos (eucalipto, soja, cana-de-açúcar, laranja, milho transgênico e outros); produção de insumos químicos e defensivos agrícolas; setor agro-alimentício com produtos de consumo e ingredientes alimentares. Essas ações coletivas passaram a sobressair e ganhar visibilidade no cenário público nesta década, conforme alguns exemplos mostrados no Quadro 4.

QUADRO 4
Manifestações da luta política de movimentos sociais rurais contra o agronegócio (2002–8)

MANIFESTAÇÃO (MUNICÍPIO — ANO)	REIVINDICAÇÕES E DEMANDAS	ORGANIZAÇÃO ATUANTE
Vigília por um Brasil livre de transgênicos (Uberlândia, MG, 2003)	*Contra transgênicos	APR, CLST, CPT, MLST, MLT
“Grito da terra — Brasil” (Brasília, 2004)	*Todos	CONTAG, CUT
Ato de repúdio contra a construção de barragem (Barreiras, BA, 2005)	*Contra monocultura, contra desmatamento, contra privatização da água, contra barragens	MAB
Romaria das terras e das águas/Acampamento Chico Mendes (Rosana, SP, 2006)	*Contra monocultura, direitos humanos, reforma agrária	CPT
Ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose (Barra do Ribeiro, RS, 2006)	*Contra monocultura, questões ambientais	Via Campesina
Caminhada contra a monocultura do eucalipto (Linhares, ES, 2006)	*Contra monocultura	MPA
Protesto contra Syngenta (Aracati, CE, 2007)	*Contra os transgênicos, contra transposição do rio São Francisco	Via Campesina
V Congresso Nacional do MST e Marcha “Reforma agrária, justiça social e soberania popular” (Brasília, 2007)	*Contra os transgênicos; *contra monocultura, Questões ambientais; direitos humanos, reforma agrária	MST
Ocupação da Usina Salgado (Ipojuca, PE, 2007)	Contra expansão da cana-de-açúcar, *Contra monocultura;	CPT, FETAPE, FETRAF, MLST
Protesto contra agronegócio (Rio de Janeiro, 2008)	Incentivos à pequena produção, *contra monocultura;	CONTAG, FETAG/RJ, Índios, MST, MTL, Quilombolas

*Essa reivindicação ou demanda inclui o critério empregado em nosso levantamento.

Fonte: CPT, 2008.

A fim de levantar as manifestações que expressam a contraposição ao modelo do agronegócio, empregamos como recurso metodológico o critério de quantificação de todas que abarcaram em sua pauta, pelo menos, uma destas reivindicações e/ou demandas: “contra transgênicos”, “contra monocultura” e “todos”, conforme exemplifica o Quadro 4. Consideramos o termo “todos” porque entendemos que, se a entidade o empregou para assinalar a ocorrência de diversas reivindicações e demandas propagadas em uma mesma manifestação, então as duas primeiras — contra transgênicos e contra monocultura — incluem-se nesse conjunto, o que faz tal manifestação contemplar a dimensão de enfrentamento e da luta política contra o agronegócio.

Em essência, esse levantamento representa um exercício aproximativo, pois ocorrem limitações ou mesmo a impossibilidade de se “filtrar” de modo preciso todas as manifestações que explicitam a luta política dos movimentos sociais rurais e demais organizações contra o modelo do agronegócio, dentre as 3.661 manifestações gerais identificadas pela CPT no período em questão. Uma razão para isso é a multidimensionalidade dessas manifestações, na medida em que as reivindicações e demais iniciativas de confronto ao modelo do agronegócio se encontram, por vezes, sobrepostas e entrecruzadas com outras bandeiras de luta e

demandas, ou seja, como parte de uma agenda de mobilização mais abrangente. O V Congresso Nacional do MST, que aconteceu em Brasília, em 2007, exemplifica essa situação, pois assuntos diversos compuseram sua agenda. Em outros casos, a luta contra o modelo do agronegócio comparece como ponto central da manifestação, como na ocupação do Horto Florestal da Aracruz Celulose, organizada pela Via Campesina em Barra do Ribeiro (RS), em 2006 (para os dois exemplos, ver o Quadro 4). Em segundo lugar, esta análise reflete uma aproximação porque o critério adotado na tabulação dos dados foi intencionalmente mais objetivo e restritivo, ao nivelar “por baixo” o número de manifestações identificadas. Ainda assim, sua vantagem foi não abrigar subjetividade, pois qualquer pesquisador que quantificar os dados mediante esse critério alcançará o mesmo resultado.⁴⁶

Nesse sentido, os dados da CPT indicam que foram várias as ações que incluíram em sua pauta política a posição de denúncia e enfrentamento ao modelo do agronegócio no conjunto geral de manifestações, tomando-se por base o período entre 2002 e 2008, como se observa na Tabela 2.

TABELA 2
Manifestações contra o modelo do agronegócio no país (2002–8)

ANO	MANIFESTAÇÕES GERAIS — BRASIL (A)	MANIFESTAÇÕES CONTRA O AGRONEGÓCIO — BRASIL (B)	PERCENTUAL DE (B) EM RELAÇÃO À (A)
2002	382	23	6,02 %
2003	477	39	8,17%
2004	712	44	6,17%
2005	688	6	1,14%
2006	680	30	4,41%
2007	905	90	9,94%
2008	676	59	8,72%
Total	3.661	291	7,94%

Fonte: CPT, 2008.

⁴⁶ Esse critério metodológico acabou por excluir do levantamento algumas manifestações que não continham os termos “contra monocultura”, “contra transgênicos” e “todos” em sua pauta de reivindicações e demandas; mas que, de algum outro modo, também assinalaram a perspectiva contra o agronegócio. Tais ocorrências não incluídas foram identificadas, sobretudo, no atributo “nome da manifestação”, e não no atributo “reivindicações e demandas” — este empregado por nós. Estas foram identificadas com base em alguma menção ou referência mais explícita à luta contra o agronegócio, contra as monoculturas (eucalipto, cana-de-açúcar etc.), contra as empresas transnacionais que atuam na agricultura, dentre outras situações. Daí dizermos que se trata de um levantamento nivelado “por baixo”, dada a existência de mais manifestações.

No conjunto das manifestações gerais (3.661), as que explicitaram a luta política dos movimentos sociais rurais contra o modelo de desenvolvimento do agronegócio representaram 7,94 % (ou 291 ocorrências). Nesses dados, destacam-se os anos de 2007 (9,94%) e 2008 (8,72%) como os que tiveram percentual maior de manifestações contra o agronegócio, indicando que o período mais significativo de realização dessas ações coletivas foram os anos mais recentes. Os números revelam ainda que a pauta de contestação e luta política contra o modelo do agronegócio aos poucos conquista espaço no conjunto que abrange as manifestações gerais, embora tenha havido diminuição em certos anos, como 2005 e 2006. Esse dado ganha mais significado ao considerarmos que nessas manifestações gerais se exprimem um amplo leque de reivindicações e demandas — quase 25 (por exemplo, educação, saúde, desapropriação, crédito, assistência técnica, direitos humanos etc., como mostra o Quadro 3). Ainda assim, as pautas que evidenciam a luta política contra o agronegócio têm sido notáveis nessas ações.

Outra forma de conhecer a realidade das manifestações empreendidas pelos movimentos sociais rurais contra o modelo do agronegócio é pela sua distribuição espacial no território nacional. Para isso, elaboramos o cartograma (FIG. 7) a seguir, considerando o número de ocorrências encontradas em cada uma das 27 unidades federativas do país entre 2002 e 2008, no conjunto das 291 (100%), agrupando-as em seis classes:

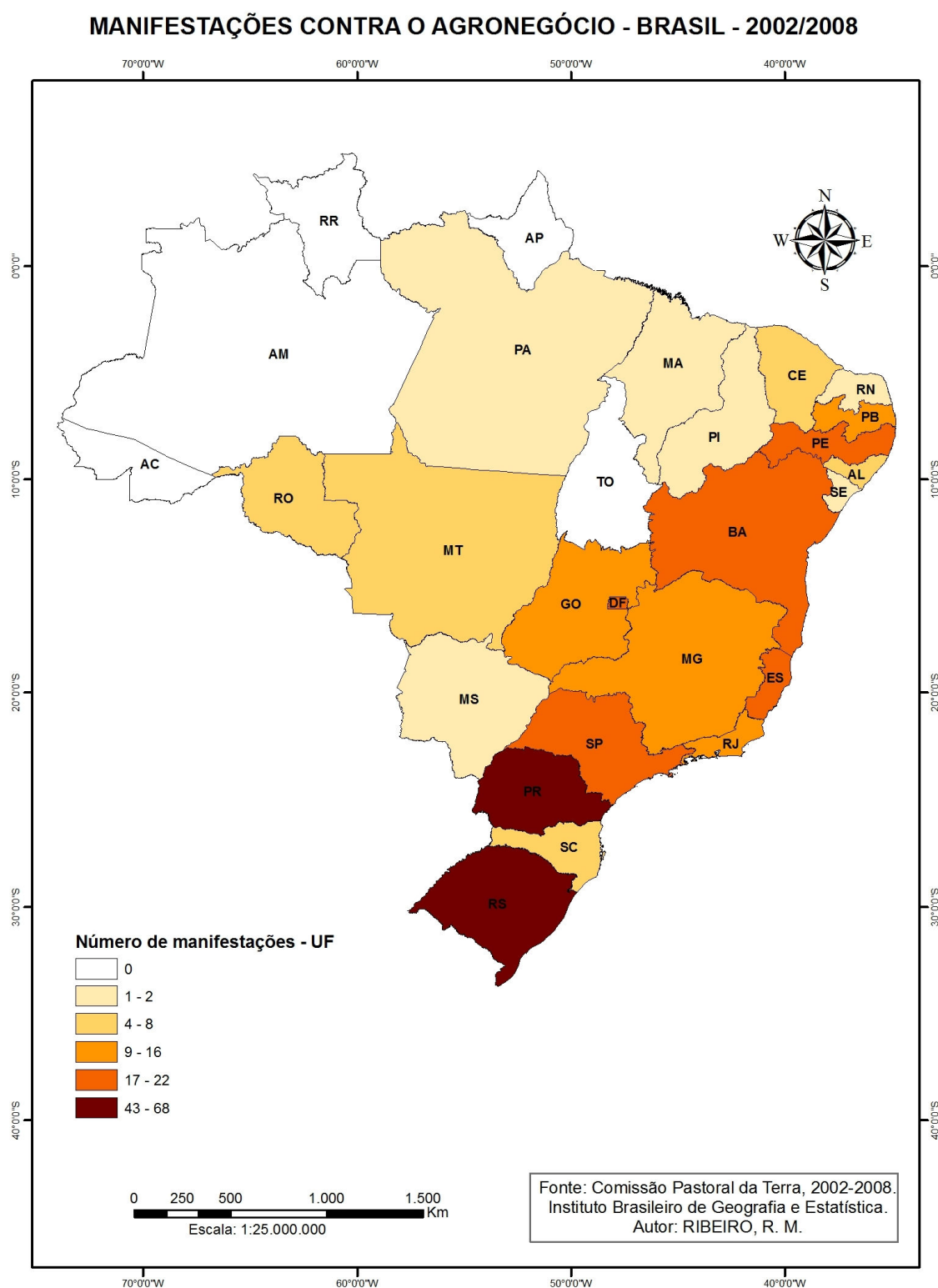


FIGURA 7 – Distribuição espacial das manifestações contra o agronegócio no Brasil (2002–8)
Fonte: CPT, 2008.

As unidades federativas onde se constatou maior quantidade de manifestações contra o agronegócio foram PR — 52 ocorrências (17,8%) — e RS — 43 (14,7%) —, das 291 registradas no país no período em questão. O segundo destaque se refere ao grupo BA, DF, ES, PE e SP, que concentraram entre 17 e 22 ocorrências. Num patamar intermediário, tivemos a classe que abarcou GO, PB, RJ e MG, onde se registraram entre 9 e 16 ocorrências, e aquela que compreendeu AL, CE, MT, RO, SC, onde houve 3 e 8 manifestações. As unidades federativas que tiveram entre 1 e 2 ocorrências foram MA, MS, PA, PI, RN e SI. Não houve manifestações nestes estados: AC, AM, AP, RR, TO — todos na região da Amazônia legal. Esse arranjo espacial é resultado da atuação dos movimentos sociais rurais no cenário público nacional, encaminhada por uma gama de estratégias de mobilização, a exemplo de marchas, jornadas de luta, ocupações de propriedades rurais, companhias privadas, prédios públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos, encontros e outras.

Buscamos em seguida sistematizar alguns dados sobre a atuação dos movimentos sociais rurais, especificamente sobre a agenda de contestação e embate político frente ao modelo do agronegócio. Apresentamos a seguir os movimentos sociais rurais que mais se destacaram no encaminhamento dessas ações políticas (GRÁFICO 7), tomando por base o número de manifestações contra o agronegócio em que cada um deles atuou no total das 291 registradas entre 2002 e 2008. Cabe lembrar que nessas manifestações pode ter havido participação isolada de um movimento social ou conjunta (dois, três ou vários), mas para efeito de contagem tomamos por referência sempre a participação individual de cada um no total das 291.

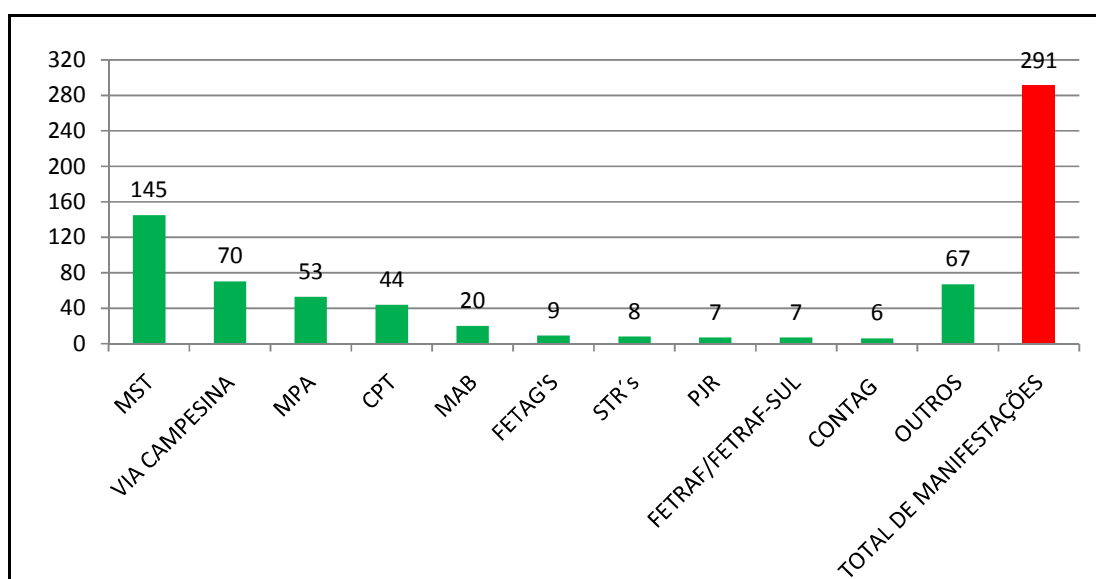


GRÁFICO 7 – Participação dos movimentos sociais rurais nas manifestações contra o agronegócio (2002–8)
Fonte: CPT, 2008.

Esse dado reforça a presença do MST como organização da sociedade civil mais expressiva nas mobilizações de luta pela terra e de enfrentamento dos problemas agrários. Especificamente nas manifestações contrárias ao agronegócio, comparece também como movimento social rural mais atuante: participou de 145 (49 %) das 291 manifestações. A Via Campesina, rede de movimentos sociais que reúne, no Brasil, MST, MPA, MAB, MMC, CPT, Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e Pastoral da Juventude Rural (PJR), figurou como segunda organização mais envolvida nas manifestações contra o agronegócio: atuou em 70 delas (24%). Cabe dizer que a agenda de contestação e luta política contrária ao modelo de desenvolvimento do agronegócio representa hoje um dos eixos centrais de mobilização da Via Campesina no Brasil e em dezenas de outros países. Essa realidade revela a estratégia de ação global dessa organização.⁴⁷ O MPA, a CPT e o MAB também tiveram atuação de destaque nessas ações, sendo que o primeiro participou de 53 (18%); a segunda, de 44 (15%); o terceiro, de 20 (7%).

A leitura do gráfico em questão revela outra realidade: a atuação da CONTAG e da FETRAF, entidades representativas do movimento sindical de trabalhadores rurais notórias no cenário de mobilizações de luta pela terra por reforma agrária, nas greves de trabalhadores rurais, nas reivindicações de políticas sociais para o campo e demais temas atinentes à questão agrária. Ambas agregam um contingente muito expressivo de assalariados rurais, agricultores familiares, assentados, extrativistas e outras categorias sociais do campo em todo o país, sobretudo pela afiliação de centenas de sindicatos de trabalhadores rurais. Ainda assim, segundo dados do “Relatório conflitos no campo”, não participaram expressivamente das manifestações de massa contra o agronegócio: a FETRAF esteve envolvida em sete manifestações (2,4%); a CONTAG, em seis (2 %); as Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG’S), entidades estaduais vinculadas ao sistema CONTAG, em 9 (3%) das 291 manifestações. A categoria “outros” atingiu quantidade significativa em relação aos demais (67), pelo fato de termos agregado nela a participação de outras 30 organizações civis que registraram entre uma e cinco ocorrências nas manifestações contra o agronegócio entre 2002 e 2008, ou seja, baixa participação.

Além de ações diretas (manifestações) que alcançam a esfera pública e, em alguns casos, ganham repercussão nacional graças à veiculação em veículos de comunicação de massa, há outras formas de ação política acionadas pelos movimentos sociais rurais. Isso se

⁴⁷ Para Fabrini (2008) enquanto o capital procura se internacionalizar pela produção de mercadoria, estabelecendo um mercado globalizado (produção de *commodities* do agronegócio, por exemplo), os camponeses têm desenvolvido um conjunto de ações políticas nos movimentos sociais, meio pelo qual tem procurado se internacionalizar politicamente, inclusive sua concepção de produção no campo.

observa em estratégias, diretrizes, princípios, deliberações e resoluções construídas nos próprios espaços de organização política dos movimentos ou em redes que os articulam (como no caso da Via Campesina e do Fórum Nacional de Reforma Agrária), por meio de reuniões, encontros, jornadas, seminários de formação, congressos nacionais etc. Todas essas ações contribuem essencialmente para a formulação, reorientação ou atualização de seus projetos políticos, incluindo as estratégias imediatas de atuação e aquelas mais amplas. Além disso, os próprios discursos de militantes e líderes, ao afirmarem visões, posicionamentos políticos, demandas e reivindicações no cenário público (ao Estado e para outros setores da sociedade), explicitam uma estratégia importante de ação política.

Dentre os movimentos sociais que despontaram como atores centrais de enfrentamento e luta política contra o agronegócio, ou seja, aqueles vinculados à Via Campesina no país, selecionamos o MST para analisarmos mais detidamente, isto é, para compreendermos alguns elementos de seu projeto político, sua perspectiva atual de mobilização no cenário público e para trazer à tona traços da questão agrária neste limiar de século.

3.4 Luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra contra o modelo do agronegócio

Compreendemos os embates e enfrentamentos do MST frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio como parte de seu projeto político e da agenda de mobilização e luta no cenário público nacional, acionados, sobretudo, nesta década. Esse processo envolve subordinações, resistências e respostas de trabalhadores rurais, camponeses e suas organizações políticas às transformações por que passa a agricultura brasileira e mundial nos termos do “[...] ajuste constrangido à ordem econômica globalizada” (DELGADO, 2005, p. 62). Para essa abordagem, recorreremos: a entrevistas semiestruturadas feitas na pesquisa de campo com dirigentes do movimento, a entrevistas dadas por dirigentes do MST para seu setor de comunicação e divulgadas no sítio eletrônico <http://www.mst.org.br>, à observação direta e ao acompanhamento de atividades organizadas pelo MST, como mobilizações, eventos de formação e outras, além do registro de atividades em que integrantes do movimento puderam se pronunciar, a exemplo de palestras, debates e atos políticos em espaços da sociedade civil ou do poder público. Consideramos, ainda, falas e discursos de militantes, em particular aqueles com posição de liderança na estrutura de organização política e na trajetória de desenvolvimento do MST, nas Unidades Federativas onde está territorializado e em nível nacional. Recorreremos, também, a dados e informações sobre manifestações organizadas pelo MST, algumas em parceria com os demais movimentos

sociais rurais do país, em especial os vinculados à Via Campesina, com destaque àquelas cuja pauta de denúncia e combate ao agronegócio se apresentava como central.

A luta política e o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio surge, entre os movimentos sociais rurais, em particular o MST, como resultado de debates, reflexões, análises de conjuntura e balanços de conquistas e retrocessos, encaminhados em seus espaços de socialização política (eventos de formação, encontros regionais ou nacionais, trabalhos de base, reuniões em acampamentos e assentamentos etc.). Buscam a compreensão dos diversos processos sociais, econômicos e políticos envolvidos no desenvolvimento da agricultura em nível internacional, nacional e regional, que de alguma maneira atingem, em maior ou menor grau, a realidade da agricultura de base familiar, a pequena produção, a perspectiva de democratização do acesso à terra (via reforma agrária ou outros mecanismos) e de justiça social no campo, dentre outras bases que alicerçam o modelo de desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa. Num primeiro nível de luta política levado a efeito pelo MST, este faz crítica aos efeitos negativos do agronegócio e denuncia relações sociais e princípios que asseguram a sustentação econômica e política desse modelo (exploração, expropriação, violência de classe, impactos ambientais e outros), bem como prejuízos que essa “opção” traz ao conjunto da sociedade, tanto no Brasil como noutros países emergentes, especialmente na América Latina.

Essa posição se evidencia em relatos de líderes, discursos e notas públicas do movimento, fruto de debates e posições construídas em seus espaços de socialização política, como se observa nos exemplos a seguir. Assim ocorreu na construção do V Congresso Nacional do MST,⁴⁸ quando foram definidas linhas centrais de luta e atuação do movimento para os próximos anos. A dirigente Marina dos Santos destaca os rumos apontados à agenda política do movimento, considerando nesse percurso dois anos de acúmulo e organização por meio de atividades regionais, estaduais e nacionais, momento em que sua base social e militância pode se articular. O evento ocorreu entre 11 e 15 de junho de 2007, em Brasília, e reuniu cerca de 17,5 mil pessoas, segundo os organizadores. Diz a dirigente:

[...] em cada congresso, o nosso povo aponta o rumo norteador de nossas ações a partir da definição da palavra de ordem. Desta vez, o debate nas bases aponta para a existência de dois projetos que estão em disputa no campo: o projeto do agronegócio, com a interferência das transnacionais que traz numa perda de soberania enquanto nação e, por outro lado, da necessidade da realização da Reforma Agrária como forma de se fazer justiça social neste país; como forma de distribuição de terra, gerar empregos saudáveis e garantir a soberania alimentar dos brasileiros. (SANTOS, 2007).

⁴⁸ Conforme Fernandes (2004; 1999), os congressos nacionais são fóruns de decisão política na estrutura organizativa do MST e compõem como instância principal de representação nacional, além dos encontros nacionais. Nesses espaços, são construídas as políticas estruturais e conjunturais de atuação do movimento. O primeiro é realizado a cada cinco anos; o segundo, a cada dois.

A palavra de ordem definida para esta edição do congresso foi “Reforma agrária: por justiça social e soberania popular”. Conforme a dirigente ressalta, como uma das pautas principais de debates e estratégias de atuação política, definiu-se a conjuntura entre dois projetos de desenvolvimento postos em disputa na sociedade brasileira: o modelo do agronegócio *versus* o desenvolvimento da agricultura camponesa e a realização da reforma agrária. Essa conjuntura exprime objetivamente os embates e enfrentamentos que o MST projeta para o presente e futuro. As propostas construídas nessa agenda de mobilização resultaram na elaboração de um programa agrário,⁴⁹ apresentado à sociedade brasileira por meio da carta final do quinto congresso e com base na qual extraímos alguns dos 18 itens formulados, expostos a seguir.

- Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
- Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados, prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
- Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra, pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas
- Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio.
- Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente.
- Combater o uso de agrotóxicos e a monocultura em larga escala de soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.
- Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso e outras. Impedir que continuem explorando a natureza, a força de trabalho e o país.
- Exigir o fim imediato do trabalho escravo e da superexploração do trabalho, assim a punição dos responsáveis. Todos os latifúndios que usem qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem indenização, como prevê o projeto de emenda constitucional já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados.

⁴⁹ Documento disponível no *website* do MST: < <http://www.mst.org.br/node/872>>.

- Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

Uma leitura atenta dos itens do programa agrário mostra a dimensão de enfrentamento da base de sustentação da agricultura capitalista, representada pelo latifúndio (patrimonialista e rentista) e pelo agronegócio (produtivista e “moderno”). Como contraposição a esse modelo, o MST destaca a necessidade de se democratizarem o uso e o acesso à terra, posição demarcada na defesa de iniciativas como estabelecimento de um limite máximo para o tamanho de imóveis rurais no Brasil, endossando, como proposta, a desapropriação para fins de reforma agrária daqueles que excederem 25 módulos fiscais. A luta política contra o monopólio de atuação das empresas transnacionais sobre a cadeia de negócios agrícolas (pesquisa biotecnológica, produção agropecuária, processamento, distribuição, consumo), também, é ponto de destaque no documento, que salienta, dentre outras questões, a luta contra as sementes transgênicas. Além disso, algumas posições expostas na declaração final do congresso buscam reforçar e avançar no preceito da função social da propriedade da terra (Constituição de 1988 e Lei Agrária de 1993).

Aliás, uma estratégia recorrente do MST em discursos, notas públicas ou pautas de reivindicação é empregar a legislação existente, sobretudo a que trata do temário agrário, na argumentação e nos momentos de negociação. Além disso, o movimento expressa repúdio às práticas predatórias de exploração dos recursos naturais (solo, florestas, corpos hídricos, biodiversidade etc.) e o uso excessivo de agrotóxicos. Ainda sobre a função social da propriedade da terra, o programa agrário destaca a necessidade de combate e punição à prática do trabalho escravo e sobre-exploração da mão-de-obra rural, proposta que, além de pautar o enfrentamento contra quem explora a mão-de-obra escrava (especialmente em imóveis rurais de grande extensão), visa destinar as terras onde houve emprego de trabalho escravo ao assentamento de famílias sem-terra por meio de programas de reforma agrária. Como forma de contribuir, apontam a aprovação da PEC 438 no Congresso Nacional.

O posicionamento crítico e de denúncia relativo à reprodução do modelo do agronegócio no campo brasileiro é demarcado em discursos e falas dos dirigentes do MST em eventos realizados por organizações da sociedade civil ou pelo poder público, a exemplo dos que tratam da temática agrária e de assuntos afins. Em 2008, nas comemorações do Dia

Internacional da Luta Camponesa, em Brasília, a dirigente do MST Marina dos Santos fez a seguinte exposição:

Companheiros e companheiras! Certamente, essa homenagem feita para nós e com nós nesta noite, ela acontece num momento muito importante, porque nós estamos vivendo uma etapa muito complexa no campo brasileiro. E ela é complexa porque os governos fazem uma ampla propaganda, um amplo discurso das ações que estão fazendo em torno da reforma agrária, mas na prática o que nós vemos nas ações do governo é o apoio, o incentivo aos setores do agronegócio. E nesse momento em que o mundo todo está preocupado com o que a intervenção das empresas transnacionais tem feito na apropriação da terra, da água, dos recursos naturais, da biodiversidade e se apropriando de todos esses recursos naturais dos países, com a prioridade para a produção dos agrocombustíveis, dos monocultivos para a exportação, como soja, cana, pinus e eucalipto. E, em detrimento de tudo isso, deixando de lado um projeto de reforma agrária, de distribuição da terra que garanta a produção de alimentos, a geração de empregos, que garanta — de fato — a recuperação e preservação do meio ambiente e que garanta, também, a geração de empregos no campo. Nós todos temos clareza e temos debatido aqui, neste encontro, nestes dias, que a fome vem matando muita gente no mundo e, em especial, nos países nossos vizinhos, aqui da América do Sul. Mas o capital e muitos governos não estão preocupados com isso, não estão preocupados que o povo vem morrendo de fome. Estão preocupados com a produção que gere mais lucro para as empresas, tanto dos seus países como as transnacionais.⁵⁰

A dirigente expõe alguns aspectos relevantes da questão agrária recente acerca da conjuntura nacional e internacional que concorre ao desenvolvimento e avanço do agronegócio no Brasil e noutros países da América Latina. Denuncia a questão dos incentivos concedidos pelo governo federal aos setores do agronegócio (com o suporte de organismos financeiros internacionais, como Fundo Monetário Internacional/FMI, Banco Mundial), a exemplo do que ocorre com o fomento às monoculturas direcionadas à exportação ou, então, na estruturação de uma política energética baseada no emprego de matérias de origem vegetal, como os chamados agrocombustíveis, derivados da cana-de-açúcar e de plantas oleaginosas como mamona, girassol, dendê e soja; produzidos e processados por grandes empreendimentos agroindustriais. Ela ainda ressalta a ofensiva mundial do poder privado, operada por empresas transnacionais, com vistas à apropriação e ao controle de uso e acesso aos recursos naturais em vários países. Logo, o que se depreende é o tom de denúncia com relação ao papel do Estado, materializado nas ações de governo (nesse caso em particular, a gestão do presidente Lula), ao encaminhar uma política de direcionamento ao agronegócio como eixo essencial da agricultura brasileira, em detrimento de outros caminhos de desenvolvimento aos quais o Estado não dispensa o mesmo tratamento, “deixando de lado”, como diz Marina dos Santos, a efetiva estruturação de uma política de fortalecimento da

⁵⁰ Relato registrado por nós na sessão solene em comemoração ao Dia Internacional da Luta Camponesa, realizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 15 de abril de 2008.

agricultura camponesa e da reforma agrária, de larga produção agrícola de alimentos ao mercado interno e geração massiva de emprego e renda no campo

A fala de outras lideranças expressam, igualmente, a dimensão crítica e denunciativa presente na agenda de mobilização do MST contra o agronegócio:

[...] infelizmente o balanço que o MST faz do processo de reforma agrária durante o ano de 2007 é negativo para os camponeses e para a classe trabalhadora em geral, porque na essência, reforma agrária significa democratização do acesso à propriedade da terra. Já o que nós assistimos ao longo desse ano é que as forças do capital e as empresas capitalistas avançaram mais sobre a agricultura, compraram mais terra, controlaram mais a produção e os bens da natureza, isso gerou um processo maior de concentração da propriedade da terra nas mãos de menos pessoas. [...] estima-se que a produção de cana-de-açúcar vai dobrar, passando de cinco para dez milhões de hectares. Isso também trará grandes consequências para a expulsão das pessoas do campo. O aumento do monocultivo da cana que destrói outras formas de biodiversidade vai atingir a renda dos trabalhadores porque diminui o emprego, e também vai expulsar a produção de alimentos para regiões mais distantes, e com isso, o preço dos alimentos, como já aconteceu em relação ao milho e ao leite, devem aumentar devido a essa ofensiva dos capitalistas. (STÉDILE, 2007).

O MST e todos os movimentos da Via Camponesa do Brasil, vão seguir fazendo luta, com ocupações de terras e protestos para denunciar a destruição ambiental e a concentração de terra pelo avanço do agronegócio. Em 2007, fizemos grandes mobilizações. Vamos seguir no trabalho de conscientização da população e alertar para esse perigo de desnacionalização de nossa agricultura. (OLIVEIRA, 2008).

A leitura crítica desses relatos, assim como de vários outros divulgados pelo setor de documentação do MST, e ainda as entrevistas de campo que fizemos permitem-nos constatar a recorrência de uma visão entre integrantes do movimento: de que o avanço da agricultura capitalista/agronegócio tem gerado efeitos sociais e ambientais significativos nas regiões onde se territorializa. Várias são as realidades e situações de expropriação de populações locais, de sobre-exploração da mão-de-obra no campo, de alterações em sistemas de produção agrícola de base familiar, as quais revelam a deterioração das condições de vida e de trabalho no meio rural, além da degradação de recursos naturais e ecossistemas onde se instalam grandes lavouras e pastagens. São impactos como os que João Pedro Stédile — da direção nacional do MST — salientou no caso da intensificação das áreas de monocultivo de cana-de-açúcar em algumas regiões. Ele ainda denuncia o cenário desfavorável de conquistas em favor das organizações camponesas no período recente (faz o balanço do ano de 2007), em particular no que se refere às ações de reforma agrária, argumentando que um dos obstáculos para seu avanço são justamente “a força do capital” e a atuação de corporações nacionais e transnacionais sobre a agricultura na direção de aprofundar a concentração da propriedade da terra, em detrimento da democratização de seu acesso.

O relato de uma líder do MST no RS também ressalta a prioridade dada ao agronegócio, em detrimento das ações de reforma agrária:

Nos últimos cinco anos [isso em 2008], assentamos [o MST] apenas 850 famílias, sendo que em nenhuma dessas áreas isso se deu por desapropriação, mas sim através de negociações com os proprietários. É um processo muito lento, temos hoje algo em torno em torno de 2.500 famílias acampadas, das quais muitas se encontram há 5, 6 anos vivendo em barracos. Por outro lado, vemos um movimento onde, em vez de se buscar destinar essas terras para a reforma agrária, produção de alimentos, diversificação da propriedade, geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, se articula para realizar um processo contrário: produzir matéria-prima para exportação. [...] para que se tenha uma idéia, a metade sul do estado [RS], que era uma potencial área a ser destinada para assentamentos, já está sendo toda entregue às empresas de celulose para produção de eucalipto, tanto que há uma empresa multinacional, a Stora Enso, que comprou ilegalmente terras para produção na área de fronteira. Ou seja, quando essas empresas cometem um crime, o que ocorre é um movimento para se reduzir a área de fronteira, e não para punir essas empresas, que cometem atrocidades contra o bioma dos pampas aqui em nosso estado. (OLIVEIRA, 2008).

A fala da dirigente mostra que, como consequência da dinâmica de expansão do agronegócio no RS — visto pela implantação de monoculturas de eucalipto (sobretudo para produção de celulose) e outras frentes —, as ações de reforma agrária têm recuado, acima de tudo a desapropriação de terras para assentamento de famílias. E uma das razões — tanto no RS quanto nos demais estados — é o movimento de reestruturação de diversos empreendimentos agropecuários, em especial grandes propriedades rurais. Muitas eram caracterizadas como de baixo grau de exploração produtiva, o que poderia indicar legalmente sua classificação como imóvel improdutivo, portanto passível de desapropriação pelo poder público (INCRA). Nesse novo cenário, elas se convertem em imóveis produtivos, isto é, passam a compor os territórios do agronegócio.

Com efeito, Fernandes (2008a) considera que o latifúndio exclui pela improdutividade, enquanto o agronegócio o faz pela produtividade. Logo, “[...] se o território do latifúndio pode ser desapropriado para implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra” (FERNANDES, 2008a, p. 210). Nesse contexto, a conflitualidade entre agentes da agricultura capitalista e trabalhadores rurais e suas organizações políticas se torna mais complexa e criam outros espaços de enfrentamento que não só o latifúndio improdutivo, alvo tradicional de ocupações de terras e demais formas de pressão política. Agora há tensionamentos quanto à propalada eficiência produtiva dos monocultivos, de todo aparato científico, tecnológico e do capital que empreende o chamado agronegócio em busca de se legitimá-lo como signo do moderno e inovador na agricultura.

Todavia, essa forma de agricultura opera mecanismos de concentração, exploração e desigualdade, assim como noutras fases da modernização técnica do campo, como nas décadas de 1960 e 1970.

Assim, entre militantes do MST, impõe-se como central o entendimento de que a realidade do campo brasileiro e os problemas agrários a serem enfrentados supõe confronto e disputa de territórios entre agronegócio *versus* agricultura camponesa e reforma agrária, que se manifestam como modelos de desenvolvimentos divergentes, como se pode verificar em alguns relatos:

[...] temos de compreender que o problema que ocorre aqui está atrelado ao modelo de desenvolvimento implantado em nosso país, sobretudo na agricultura. Houve uma adesão ao agronegócio, e percebemos que não existe compatibilidade entre um modelo e outro, entre o agronegócio e a reforma agrária. São dois modelos que evidentemente se confrontam. E a partir do momento em que se adere ao agronegócio, a reforma agrária vai ficar aquém das necessidades, em número de assentamentos ou de áreas apropriadas, não somente no RS, mas em todo país. [...] portanto, é uma disputa grande e temos ciência de que hoje não se pode fazer apenas o enfrentamento com o latifúndio improdutivo, mas também com essas grandes empresas que estão se apropriando de nossas terras e nossas riquezas para produzir matéria-prima para os países centrais. (OLIVEIRA, 2008).

[...] há um acirramento na disputa porque as áreas que interessam à reforma agrária também são áreas de interesse do agronegócio. Hoje não existe mais diferença entre áreas produtivas e improdutivas, pois as improdutivas são áreas de expansão do agronegócio, deixando a disputa cada vez mais acirrada. Além do mais, há uma opção muito clara do governo por um desses projetos de desenvolvimento, que é o agronegócio. O governo também não tem tomado as iniciativas e medidas para facilitar o processo de desapropriação. O que nos leva a acreditar na necessidade de nos prepararmos para fazer essa disputa de forma mais qualificada. É uma disputa palmo a palmo, ou há agronegócio ou há reforma agrária. A prova é o resultado do número de assentamentos em 2007. (MISNEROVICZ, 2008).

De fato, nesta primeira década do século XXI, a realidade da luta pela terra e da ação política dos movimentos sociais rurais, em especial do MST e dos demais movimentos vinculados à Via Campesina no Brasil, situa a disputa territorial dos modelos de desenvolvimento agropecuário como questão central e incorpora as dimensões econômica, política, social e ambiental por onde se desdobra tal problemática.

Além de análises conjunturais, estudos e reflexões sobre questões centrais relativas à realidade agrária brasileira, a estratégia do MST no “campo de disputas” político e ideológico se volta à difusão, na sociedade em geral, dos efeitos negativos da expansão do agronegócio sob vários aspectos por um lado, e, por outro, dos ganhos sociais alcançáveis mediante um processo efetivo de reforma agrária e desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar, agregando também outras bandeiras e projetos, a exemplo da agroecologia, da soberania

alimentar,⁵¹ da educação do campo e outros. Daí a necessidade de se “seguir no trabalho de conscientização da população”, como afirma o dirigente José Batista em seu relato, dando a entender que os investimentos em formar opinião e combater o discurso hegemônico não se restringem aos que integram o movimento e tem de ir ao encontro de diversos setores da sociedade. Essa visão é manifestada no relato de Valdir Misnerovicz (2008), membro da coordenação nacional do MST:

A nossa terceira grande tarefa é a disputa com o agronegócio no campo das idéias na sociedade, porque temos argumentos. Aquilo que defendemos é o que interessa para a maioria da sociedade. Precisamos fazer com que essas boas idéias e boas iniciativas possam ser de conhecimento de outras forças, principalmente as organizadas, como os estudantes, as igrejas, enfim, para ganharmos apoio e defesa. A nossa luta vai ao encontro de um projeto de desenvolvimento de inclusão e responsabilidade com os recursos naturais, que é o que precisamos ter principalmente nesse momento em que se discute tanto a necessidade de cuidar do meio ambiente. Enquanto militantes da luta pela reforma agrária, precisamos entender essa nova fase do capitalismo no campo para termos a capacidade de nos organizar nessas frentes, tanto na parte da organização da luta quanto na disputa das idéias na sociedade.

Através de sua propagação em espaços de visibilidade pública (entrevistas na imprensa, artigos em jornais, participações em palestras, eventos e redes de articulação da sociedade civil etc.), o discurso de integrantes do MST busca reforçar a ideia de que os projetos e as iniciativas que defendem são de interesse social, ou seja, visam alcançar um conjunto amplo da sociedade brasileira, e não só os sem-terra, os assentados e os movimentos sociais rurais. Ora, distribuição de renda, geração de empregos no campo, estímulo a economias locais, diminuição de problemas sociais nas cidades, oferta de alimentos à população, preservação e sustentabilidade ambiental são ganhos sociais apontados pelo MST, como alcançáveis mediante uma política efetiva de reforma agrária e de desenvolvimento da agricultura camponesa, em conjunto com outras reivindicações e outros projetos políticos da classe trabalhadora.

A intenção de se aproximar e construir alianças com outros segmentos sociais do campo e da cidade cuja atuação segue a luta popular da classe trabalhadora, também, surge como estratégia política de destaque do movimento, de modo que, na agenda de confronto e disputa político-ideológica (portanto territorial) com o modelo do agronegócio, não é diferente. Na formulação desse discurso de denúncia e contestação, integrantes do movimento

⁵¹ Segundo Thomaz Júnior (2006, p. 108–9), “[...] os movimentos sociais comprometidos com os princípios de liberdade e autonomia dos trabalhadores na construção e condução de políticas alternativas de acesso à terra ou mais propriamente Reforma Agrária e organização coletiva para a produção, têm demonstrado muito interesse em compartilhar com os fundamentos da Soberania Alimentar. São vários fóruns e reuniões que já se dedicaram ao tema, em especial no arco organizativo da Via Campesina”.

recorrem a indicadores sociais, econômicos, ambientais, agrícolas e fundiários, representativos da dinâmica impactante da territorialização desse modelo agrícola no país por meio de dados e informações divulgadas por centros de pesquisa nacionais e internacionais, órgãos públicos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, IBAMA, INCRA, MDA, Ministério do Meio Ambiente), ONGs, associações, entidades civis e outros movimentos sociais que se identificam ou estão envolvidos diretamente com a agenda agrária (ABRA, Via Campesina, Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos⁵² e várias outras), além da própria experiência e dos episódios concretos vividos por milhares de sem-terra, assentados, camponeses e demais segmentos sociais do campo.

⁵² Essa organização civil lida com a violação de direitos humanos no Brasil e tem os direitos humanos no meio rural como um eixo de trabalho. Em articulação com representantes de movimentos sociais e organizações civis diversos, publica o relatório anual “Direitos humanos no Brasil”, com análises críticas, denúncias e propostas de atuação. Para mais informações, acessar: <<http://www.social.org.br>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou assinalar elementos que trazem à tona a questão agrária brasileira neste momento histórico — primeira década do século XXI. Ele foi encaminhado numa perspectiva de contribuir para a atualização das análises empreendidas nos últimos anos, sobretudo, por pesquisadores dos campos disciplinares da geografia, ciências sociais, história e economia, que por tradição refletem sobre essa problemática. Dos caminhos possíveis, optamos por evidenciar os embates e as conflitualidades entre a agricultura camponesa/familiar e a agricultura capitalista/agronegócio: duas formas sociais, econômicas, políticas e simbólicas que, no passado e no presente, definem a trajetória de desenvolvimento da agricultura no país sob a égide do modo de produção capitalista.

Na ótica geográfica, esta pesquisa focaliza o conceito de território e sua abordagem entre diferentes autores, em especial os que refletem sobre aspectos sociais, econômicos e políticos da realidade agrária brasileira. Dentre as leituras interpretativas, compartilhamos das que destacam os conflitos essenciais de classe no interior do desenvolvimento capitalista no campo e as relações de poder que moldam e configuram o território (sem recortes territoriais rígidos, pois este se estrutura mediante arranjos e rearranjos, desenhados nos marcos da lógica hegemônica capitalista).⁵³ Portanto, no território se exprimem interesses, visões de mundo e projetos político-ideológicos distintos.

Na questão agrária, definem-se territórios e modelos de desenvolvimento divergentes, edificados no seio das contradições e lutas entre classes, frações de classes e segmentos sociais — que reivindicam para si o uso, o acesso e a propriedade da terra, mediante estratégias hegemônicas ou contra-hegemônicas. Tais configurações territoriais podem ser observadas nas práticas e representações de uso da terra e de exploração agrícola dos produtores, nos mecanismos de reprodução social e econômica da agricultura (por exemplo: capitalista e não capitalista) e nas estratégias de atuação acionadas por organizações políticas da agricultura capitalista/agronegócio (CNA, OCB, ABAG e outras) e da agricultura camponesa/familiar (MST, Via Campesina, CONTAG e outras).

Ao observarmos a questão agrária atual, deparamo-nos com uma diversidade de atores sociais envolvidos, atuantes tanto na sociedade civil quanto nos espaços político-institucionais do Estado e que assinalam uma arena sociopolítica (interesses, projetos, estratégias de atuação, modelos de desenvolvimento) marcada por tensões e embates. Os principais atores

⁵³ Sobre essa compreensão do conceito de território, consultar Paulino (2008) e Oliveira (2004b).

sociais incluem grandes proprietários de terras e/ou produtores agropecuários, agronegociantes, empresários rurais, camponeses, agricultores familiares, movimentos sociais rurais, setores da Igreja, entidades representativas patronais e trabalhistas dos produtores agrícolas (confederações, federações, sindicatos), partidos políticos, segmentos parlamentares, setores do meio acadêmico e órgãos públicos ligados às demandas agrárias e agrícolas.

Outro ponto de reflexão deste estudo tratou do contexto de mediação e representação de interesses no âmbito político-institucional do Estado, considerando a centralidade alcançada pelos embates entre a agricultura camponesa/familiar e o agronegócio na esfera política nacional, sobretudo nesta década. Assim, as arenas políticas do Poder Executivo federal e do Congresso Nacional se configuram como espaços ocupados e disputados por grupos e classes sociais distintos, com projetos políticos e valores ideológicos divergentes, os quais se confrontam na esfera político-institucional e, por consequência, definem espaços e territórios de atuação política e de conflitualidades no Estado.

No caso do Executivo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e suas entidades vinculadas (EMBRAPA, CONAB) representam os principais espaços-territórios de formulação e execução de políticas destinadas à reprodução do modelo de desenvolvimento do agronegócio, pois se voltam ao fomento de segmentos mais viabilizados do ponto de vista econômico e produtivo da agricultura, bem como aos produtos agrícolas de maior potencial de mercado, em que se destacam as *commodities* agrícolas para exportação. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sua entidade vinculada (INCRA) figuram como principal espaço-território no âmbito do Poder Executivo — direcionados ao planejamento e à execução de políticas públicas aos segmentos da agricultura camponesa e familiar (pequenos agricultores, assentados, populações tradicionais, posseiros etc.). Nessa condição, MDA e INCRA comparecem como instituições frente às quais os movimentos sociais rurais mais se mobilizam no âmbito do Estado, em favor de avanços e conquistas para suas demandas e reivindicações. Isso ocorre mediante a criação de espaços de negociação e acordos, bem como — em vários casos — por meio de táticas de maior enfrentamento — ocupação de propriedades rurais e prédios públicos, marchas em cidades ou rodovias, além de outras manifestações empreendidas por esses atores sociais na esfera pública.

A outra arena político-institucional do Estado analisada nesta pesquisa foi o Congresso Nacional, espaço político por excelência, visto que parlamentares, bancadas suprapartidárias e demais segmentos — como representantes — levam ao seu interior interesses e demandas de atores sociais diversos, não raro antagônicos e conflituosos. Quanto aos espaços em que se discutem e se deliberam sobre as pautas agrárias e agrícolas, identificamos algumas comissões

parlamentares (permanentes e temporárias) em que isso ocorre; dentre estas, a Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados se destaca. Nela, o controle político tem sido exercido predominantemente pela bancada ruralista, segmento parlamentar suprapartidário que domina a agenda de debate e deliberação sobre as proposições que tramitam nessa comissão. No caso das audiências públicas realizadas pela CAPADR, entre 2005 e 2008 a participação predominante foi das entidades que representam o modelo do agronegócio (CNA, OCB, ABAG), com 56 ocorrências ante 12 ocorrências para entidades representativas da agricultura camponesa/familiar (CONTAG, Via Campesina, Liga dos Camponeses Pobres). Esse dado reforça a proximidade e articulação estreita dos segmentos ruralistas tanto da sociedade civil quanto do parlamento no espaço político da CAPADR nos últimos anos.

Dentre os grupos políticos que acionam interesses, demandas e proposições voltados à agricultura brasileira no Congresso Nacional, a bancada ruralista e o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores estão entre os principais nos últimos anos — a trajetória de presença e atuação política de ambos remonta ao período pós-constituente de 1988. Do ponto de vista da reflexão acadêmica, a realidade dessas duas agremiações ressaltou a possibilidade de se empreenderem análises dos embates entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio/agricultura capitalista e da agricultura camponesa/familiar nos espaços político-institucionais do Estado, sobretudo porque defendem projetos e posicionamentos político-ideológicos antagônicos quanto ao agro brasileiro, dentro dos limites e enquadramentos que a arena do parlamento lhes impõe. Nesta primeira década do século XXI, vários pontos de disputas e tensionamentos entraram em cena na agenda de debate e de decisão do Estado, em especial nos poderes Executivo e Legislativo, em torno de questões como: índices de produtividade da agropecuária brasileira; trabalho escravo no campo; ações governamentais de reforma agrária e assentamentos rurais; ação política de movimentos sociais rurais (a exemplo da ocupação de terras); legislação ambiental (por exemplo, unidades de conservação ambiental, Código Florestal etc.); direitos sociais de povos tradicionais (tais como reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, como indígenas e quilombolas) e outras.

A perspectiva de luta social e política dos movimentos sociais rurais frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio foi o último tópico abordado neste trabalho e buscou sublinhar mais um traço da questão agrária atual. A nova etapa de modernização técnica da agricultura, encaminhada a partir de meados dos anos de 1990, trouxe transformações importantes para a agricultura brasileira, em que corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas passaram a atuar de forma central nas etapas de produção, processamento,

pesquisas e difusão de biotecnologia e no setor alimentício, num movimento econômico e de reestruturação produtiva que marca o meio rural brasileiro e a atividade agropecuária de maneira geral segundo a ótica da internacionalização da economia e presença marcante do capital financeiro global. Como contraponto à dinâmica de expansão da agricultura capitalista e aos notáveis efeitos sociais e ambientais daí advindos, os movimentos sociais rurais passaram, em maior ou menor proporção, a reelaborar seu projeto, atualizar sua agenda política e reorientar seu campo de conflitos, recriando assim suas concepções de luta pela terra e de reforma agrária. Dessa forma, passaram a dirigir ações políticas de enfrentamento e combate ao modelo do agronegócio, mediante discursos e manifestações na esfera pública, a exemplo de: jornadas de lutas; ocupação de propriedades privadas; protesto em companhias do agronegócio; marchas; vigílias; bloqueio de rodovias; eventos de formação técnica e política; declarações na imprensa, notas públicas e resoluções de encontros, dentre outras estratégias acionadas por esses atores sociais.

Com base em nossa sistematização de dados da Comissão Pastoral da Terra, verificamos que entre 2002 e 2008 os movimentos sociais rurais e suas organizações aliadas realizaram 3.661 manifestações públicas no país, as quais abrangeram 2.260.132 manifestantes e um conjunto diversificado de demandas e reivindicações (cerca de 30). De acordo com nossos critérios metodológicos, 7,94% dessas manifestações pautaram a denúncia e/ou contraposição ao modelo do agronegócio, ou seja, 291 ocorrências das 3.661 manifestações gerais. Os movimentos que se destacaram mais na participação e/ou realização dessas manifestações contra o agronegócio foram os vinculados à Via Campesina no Brasil: MST, MPA, CPT e MAB — destes, o MST foi o mais atuante: envolveu-se em 49% das manifestações contra o agronegócio, ou seja, 145 ocorrências das 291. A análise tanto das ações políticas levadas a efeito pelo MST quanto de seus discursos na cena pública (em eventos, veículos jornalísticos, notas divulgadas, entrevistas com militantes etc.) permitiu apreender posicionamentos e visões que enunciam com nitidez a dimensão de conflitualidade acionada frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio e seus agentes propulsores, como as empresas transnacionais de negócios agrícolas. O MST critica e denuncia com recorrência o papel do Estado na sustentação e no avanço desse projeto de desenvolvimento, mediante medidas políticas e subsídios de várias ordens — sobretudo econômico-financeiros — encaminhados pelos poderes Executivo e Legislativo federal, pois os agronegociantes contam com representação política de peso nesses poderes constitutivos.

Por fim, como reflexões e encaminhamentos que surgiram no percurso desta pesquisa, cabe ressaltar a pertinência do debate acadêmico e da perspectiva de intervenção política

quanto às disputas territoriais e aos embates políticos entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar no país.

O campo disciplinar da geografia agrária se mostrou rico em análises e reflexões que dão relevo aos conflitos essenciais de classe, às relações sociais de produção e às estratégias territoriais hegemônicas e contra-hegemônicas que envolvem diversos atores sociais no campo contraditório e conflituoso da questão agrária. Entretanto, salientamos que, além da problemática das relações sociais de produção no campo (capitalistas *versus* não capitalistas) e da dinâmica econômico-produtiva operada pelos modelos de desenvolvimento da agricultura,⁵⁴ um campo vasto de análise surge nos processos de mediação e representação de interesses no âmbito da agricultura. Eles são acionados, por exemplo, nas estratégias de atuação política de organizações da sociedade civil no cenário público, nos espaços/territórios de formulação e deliberação política do Estado e, ainda, em interações, acordos e conflitos entre esses dois domínios — Estado e sociedade civil.

Da forma como compreendemos, a perspectiva teórico-analítica das disputas territoriais entre agronegócio *versus* agricultura camponesa/familiar, levada adiante pelos pesquisadores da geografia agrária e de disciplinas correlatas na década de 2000, revela grande potencial de abordagem sob escopo da dimensão política, trajeto este que o presente estudo pretendeu percorrer.

⁵⁴ A exemplo de pesquisas feitas especialmente por geógrafos que buscam mensurar o montante fundiário controlado pelo agronegócio *versus* o campesinato (a partir de imóveis rurais, estabelecimentos agropecuários ou outra categoria censitária que revele formas de distribuição e/ou acesso à terra) ou que analisam e confrontam a esfera produtiva dessas duas agriculturas. Trata-se de enfoques relevantes ao entendimento das disputas territoriais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 353–61.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses *versus* agronegócio. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 303–25.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA/ABRA. **Qual é a questão agrária atual?** 2007. Disponível em: <<http://www.reformaagraria.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.
- BONELLI, Moema. **Proposições legislativas e desenvolvimento rural**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Brasília, 2005, Coleção Nead Estudos.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**, 1989, p. 19–20. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/regimentointerno.html>>. Acesso em: 23 jul. 2009.
- BRASIL. **Decreto 5.033/04**, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dá outras providências, 2004.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 6.424–2005**, apresentado no plenário do Senado Federal em 14/12/2005. 2005a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/365049.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. Decreto 5.351 (de 21 de janeiro de 2005). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências. 2005b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2005/Decreto/D5351.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 1.207–2007**, apresentado no plenário do Senado Federal em 14/12/2005. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/465221.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ministro participa do lançamento da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar**. 5/7/2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/13178>>. Acesso em: 23 maio 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**, 2009a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/comissoes/permanentes/capadr>>. Acesso em: 25 set. 2009.

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **O papel das comissões**. 2009b. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/papel.html>>. Acesso em: 23 ago. 2009.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB. **Agricultura familiar**. 2009c. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=14#opaa>>. Acesso em: 23 ago. 2009.
- BRASIL. Ministério Público Federal. **Subcomissão de combate ao trabalho escravo participará do Fórum Social Mundial**. 2009d. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/janeiro-2009/subcomissao-de-combate-ao-trabalho-escravo-participara-do-forum-social-mundial/>>. Acesso em: 23 ago. 2009.
- BRUNO, Regina Landim. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.
- BRUNO, Regina Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284–310, jul./dez. 2003.
- BRUNO, Regina Landim. A grande propriedade fundiária ontem e hoje. Quais as razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: MELO, João Alfredo Telles (Org.). **Reforma Agrária quando?** Brasília: Senado Federal, 2006.
- BRUNO, Regina Landim. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. In: FERNANDES, B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 83–105.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: editora da UNICAMP, 2008, p. 17–128.
- CARMARGO, Renata. A nova estratégia dos ruralistas. **Congresso em Foco**, 14/5/2008. Disponível em: <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=22282>>. Acesso em: 28 abr. 2008.
- CARVALHO, Francisco Cristiano Noronha. **O crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2002**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2006.
- CARVALHO, Horácio Martins de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Conflitos no campo — Brasil, 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008, p. 36–39.
- CASTRO, Iná Elias. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Conflitos no campo — Brasil**. Goiânia: CPT, 2002–8.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NACIONAL/CNA. **Produtor alertou governo sobre crise**. 2004. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6328>>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NACIONAL/CNA. **Tratoração reúne 20 mil produtores em Brasília**. 2005. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=6328>>. Acesso em: 12 mar. 2009.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/CONTAG. MSTTR mobiliza 10 mil pessoas. **Jornal da Contag**, Brasília, abr. maio/2008, ano V, n. 46. Especial,

p. 5–5. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/fl1106jornaldacontag.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

DA ROS, César Augusto. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha** (1999–2002). 2006. Doutorado (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950–2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51–90.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). **Bancada ruralista ganha reforço de novos parlamentares e de antigas lideranças que retornam ao Congresso**. 2006. Disponível em: <<http://diap.ps5.com.br/file/1677.doc>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

ECODEBATE. **Ruralistas dominam Comissão de Meio ambiente da Câmara**. 6/3/2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/03/06/ruralistas-dominam-comissao-de-meio-ambiente-da-camara/>. Acesso em: 6 maio 2009.

FABRINI, João Edmilson. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Pegada**, v. 9, n. 1, p. 35–62, jun. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/03-9-1-JoaoEdmilsonFabrini.pdf>>. Acesso em 23 out. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra** — MST (1979–1999). São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inêz (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p. 273–94.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: ed. da UNICAMP, p.173–230, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular, 2008b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45–69.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008c, p. 273–301.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, ano 9, n. 24, p.73–85, out. 2008d.

FRADE, Laura. Bancadas suprapartidárias no Congresso Nacional. Brasília, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília.

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA/FPA. **Destino das florestas brasileiras entregue aos ruralistas**. Texto disponível em: <<http://frenteambientalista.com.br/nota-das-ongs-destino-das-florestas-brasileiras-entregue-aos-ruralistas>>. Acesso em: 11 maio 2009.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial al expansión del “agronegocio”: el caso argentino. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 139–64.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A oligarquia fazendo justiça com as próprias mãos. In: CANUTO, Antônio et al. (Coord.). **Conflitos no Campo — Brasil, 2007**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (Secretaria Nacional), 2008, p. 143–8.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; ALENTEJANO, Paulo. **Geografia agrária da crise de alimentos no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 15 set. 2009.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Vozes, Petrópolis, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> 2004>. Porto Alegre, 2004. Acesso em: 15 fev. 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HEREDIA, Beatriz et al. **Os impactos regionais da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Resumo Executivo), 2002. (Mimeo).

INSTITUTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICOS/INESC. **A bancada ruralista**: legislatura 1999–2002. Brasília, 2000.

INSTITUTO DE ESTUDO SOCIOECONÔMICOS/INESC. Bancada ruralista: o maior grupo de interesse do Congresso Nacional. **Brasília**, outubro, ano VII, n. 12. 2007.

JB ONLINE. **Frente Parlamentar da Terra vai ser lançada da Câmara**. 7/3/2009. disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/04/10/e100429847.html>>. Acesso em: 22 set. 2009.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicología social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984, p. 31–61.

LIZÁRRAGA, Pilar; VACAFLORES, Carlos. Proyecto de dominación y resistência campesina — el caso de Tarija, Bolívia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225–48.

LOCATELLI, Piero. Ruralistas “ocupam” Comissão do Meio Ambiente na Câmara; Sarney Filho vê “distorção”. **BOL notícias**, 7/3/2009. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2009/03/07/ult5773u746.jhtm>>. Acesso em: 22 set. 2009.

- LÓPEZ, Mildred. La función social de la propiedad y la quimera de los agronegocios en Guatemala — una posibilidad en el corazón de la globalización neoliberal. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo, Expressão Popular, 2008, p. 107–37.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, p. 65–72, 1997.
- MELO, João Alfredo Telles. **Projeto de lei PL 7.113–2006**. Senado Federal, Brasília, 2006.
- MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História e Perspectiva**, Uberlândia: Edufu, v. 32, n. 33, p. 91–132, jan./jul./ago./dez. 2005.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento — 1964/1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MIGUEL, Luís Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 123–93, fev. 2003.
- MISNEROVICZ, Valdir. “Precisamos implantar nosso modelo nos assentamentos”. Entrevista concedida a Ana Maria Straube. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5327>>. Acesso em: 11 set. 2009.
- MONDRAGÓN, Héctor. Colômbia: a “colheita” paramilitar. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008, p. 121–38.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA/MST. **MST entrega pauta da marcha ao ministro Rosseto**. 3/5/2005. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2020>>. Acesso em: 5 maio 2009.
- NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL/NEAD. Parlamentares relançam Frente da Agricultura Familiar. **Notícias Agrárias**, n. 213, 1º–7 dez. 2003. Disponível em: <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?noticia=909&boletim=213>. Acesso em: 5 maio 2009.
- NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA/NERA. Banco de dados da luta pela terra (Rede DATALUTA). **Relatório 2007**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, agosto de 2008. Disponível: <http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_2007.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo, Ática, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63–110.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL/CONCRAB (Org.). **O agronegócio x agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília: CONCRAB, 2004a, p. 7–81.

- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004b, p. 29–70.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “não reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária**, v. 33, n. 2, p. 165–201, ago./dez. 2006.
- OLIVEIRA, José Batista. **50 empresas controlam preço dos alimentos**. 2008a. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/5268>>. Acesso em: 11 set. 2009.
- OLIVEIRA, Cedenir de. A contrapartida da adesão ao agronegócio. **Correio da Cidadania**, 2008b. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/5869>>. Acesso em: 11 set. 2009.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, 1989, p. 87–108.
- PAOLI, Maria Célia; TELIS, Vera da Silva. Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo horizonte: ed. da UFMG, 2000, p. 103–48.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: ed. da UNESP, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia agrária e questão agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 339–51.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 213–38.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008.
- PENA, Felipe. **1000 perguntas sobre jornalismo**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Editorial>>. Acesso em: 25 out. 2008.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Org.). **Capturando a terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 13–47.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAMOS FILHO, Eraldo. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003–2006)**. 2008. 428 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita”, Presidente Prudente.
- REPÓRTER BRASIL. **Ato simboliza novo ciclo de pressões para destravar PEC 438**. 12/3/2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1308>>. Acesso em: 17 ago. 2008.
- RODRIGUES, João Paulo. **Por um novo modelo agrícola**. 2009. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/node/8455>>. Acesso em: 11 set. 2009.
- RUSSO, Osvaldo. A constituinte e a reforma agrária. In: SEMINÁRIO CONSTITUIÇÃO 20 ANOS: ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR, Brasília, 7–28 de novembro

de 2008. **Caderno de textos**, Brasília: Câmara dos Deputados — Comissão de Legislação Participativa, p. 107–8.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, José Vicente Tavares; TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando Tadeu Gonçalves. Conflitualidade e violência nos espaços agrários do Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 57–58, jul./nov. 2000, p. 147–68.

SANTOS, Manoel José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 225–38, dez. 2001.

SANTOS, Marina dos. **Os novos desafios do MST**. Entrevista concedida a Jorge Pereira Filho e Mayrá Lima, Brasil de Fato. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4243>>. Acesso em: 11 set. 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério; TUBINO, Nilton. O parlamento e a criminalização dos movimentos sociais: um balanço da CPMI da Terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, v. 33, n. 2, p. 41–65, ago./dez. 2006.

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilton. A sustentação financeira do agronegócio. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 131–48, jul./dez. 2007.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109–30, jan./abr. 2006.

SILVA, Anderson Antônio; FERNADES, Bernardo Mançano. A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT. **Conflitos no campo — Brasil, 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008.

SILVA, José Gomes da Silva. **Caindo por terra: crises da reforma agrária na Nova República**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

SILVA, José Gomes da Silva. **Buraco negro: a reforma agrária na constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA; Marcos Rogério; SAUER, Sérgio. A reforma agrária e a constituinte. In: SEMINÁRIO CONSTITUIÇÃO 20 ANOS: ESTADO, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR, Brasília, 27–28 de novembro de 2008. **Caderno de textos**, Brasília: Câmara dos Deputados — Comissão de Legislação Participativa, p. 85–8.

STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária no Brasil. **Revista Agrária — Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, editorial “Luta pela terra e desenvolvimento sustentável”, v. 29, n. 3, set./dez. 1999; v. 30, n. 1, 2, 3; dez./jan. 2000, p. 13–4.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil** (vol. 3). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro. **Contra-reforma agrária marca 2007**. Entrevista concedida a Juliano Domingues, Radioagência NP. 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4243>>. Acesso em: 11 set. 2009.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 139–60.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Pegada**, v. 7, n. 2, p. 103–22, nov. 2006.

UNINTER GRUPO EDUCACIONAL. **Desastre anunciado**: projeto de lei pode significar, no prazo de algumas décadas, o fim da floresta Amazônica. Disponível em:

<<http://www.grupouninter.com.br/gtenade/index.php/artigoprincipal/2008/06/15/desastre-anunciado-projeto-de-lei-pode-significar-no-prazode-algumas-decadas-o-fim-da-floresta-amazonica/>>. Acesso em: 14 maio 2009.

VILADESAU, Tomás Palau. El agronegocio de la soja en Paraguay — antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17–43.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional. **Revista Nera**, ano 8, n. 6, p. 35–45, jan./jun. 2005. Disponível em:

<<http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Welchc.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

Entrevistas

T. Brasília (DF), 22 de maio de 2009. Arquivo digital de áudio (23 minutos). Entrevista concedida a nós.

S. Brasília (DF), 5 de dezembro de 2008. Arquivo digital de áudio (99 minutos). Entrevista concedida a nós.

T. Brasília, 15 de maio de 2009. Arquivo digital de áudio (26 minutos). Entrevista concedida a nós.

F. Brasília, 12 de dezembro de 2008. Arquivo digital de áudio (77 minutos). Entrevista concedida a nós.